

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**METAMORFOSES DO RURAL NO PENSAMENTO DE CELSO
FURTADO (1948-1964)**

Gustavo Louis Henrique Pinto

São Carlos

2012

**METAMORFOSES DO RURAL NO PENSAMENTO DE CELSO
FURTADO (1948-1964)**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**METAMORFOSES DO RURAL NO PENSAMENTO DE CELSO
FURTADO (1948-1964)**

Gustavo Louis Henrique Pinto

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Centro de Educação e Ciências Humanas, da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientadora: Prof. Dra. Vera Alves Cepêda

São Carlos

2012

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

P659mr Pinto, Gustavo Louis Henrique.
 Metamorfoses do rural no pensamento de Celso Furtado
(1948-1964) / Gustavo Louis Henrique Pinto. -- São Carlos :
UFSCar, 2012.
 136 f.

 Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2012.

 1. Ciência política. 2. Furtado, Celso Monteiro, 1920-2004.
3. Brasil - subdesenvolvimento. 4. Dualismo (economia). 5.
Brasil - desenvolvimento rural. 6. Pensamento político. I.
Título.

CDD: 320 (20^a)



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
Gustavo Louis Henrique Pinto.

27/02/2012

Profa. Dra. Vera Alves Cepêda
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Prof. Dr. José Marcos Nayme Novelli
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Profa. Dra. Rosa Maria Vieira
Fundação Getúlio Vargas/FGV

Submetida à defesa em sessão pública
Realizada às 10h00 no dia 27/02/2012.

Banca Examinadora:
Profa. Dra. Vera Alves Cepêda.
Prof. Dr. José Marcos Nayme Novelli.
Profa. Dra. Rosa Maria Vieira.

Homologado na CPG-PPGPOL na
22^a. Reunião no dia 28/03/2012

Prof. Dr. Thales Haddad Novaes de Andrade.
Coordenador do PPGPOL

E andavam para o sul, metidos naquele sonho. Uma cidade grande, cheia de pessoas fortes. Os meninos em escolas, aprendendo coisas difíceis e necessárias. Eles dois velhinhos, acabando-se como uns cachorros, inúteis, acabando-se como Baleia. Que iriam fazer? Retardaram-se, temerosos. Chegariam a uma terra desconhecida e civilizada, ficariam presos nela. E o sertão continuaria a mandar gente para lá. O sertão mandaria para a cidade homens fortes, brutos, como Fabiano, Sinha Vitória e os dois meninos (*Vidas secas* Graciliano Ramos).

Aos meus pais, Fábio e Eunice, pela
dedicação.

À Lica, pelo amor.

RESUMO

O rural no pensamento de Celso Furtado, entre os anos de 1948 e 1964, caminhou entre dois momentos históricos de sua obra: uma *teoria do subdesenvolvimento* (formação histórica) e um *projeto desenvolvimentista*. Este trabalho delimitou o fenômeno do rural dentro de cada um destes momentos no que corresponde ao período inicial da produção furtadiana-cepalina, buscando compreender uma metamorfose de sentidos entre os dois campos (interpretação e projeto). Na *teoria do subdesenvolvimento* delimitou-se primeiro a noção de modelo primário-exportador que fundou o dual-estruturalismo como marca da colonização, a partir dos setores de exportação e de subsistência, fato presente em todos os sistemas (ciclos) da economia brasileira identificados por Furtado. O modelo primário-exportador atingiu determinado esgotamento diante da brecha histórica da industrialização pós a década de 1930, o que repôs a *vocação agrária* em novas bases, limitada frente à modernização industrial. A modernização produziu novos dualismos, a partir da relação entre a economia Nordeste e a Sulina, e a estrutura agrária em oposição ao industrialismo. A década de 1950 e 1960, de formulação do *projeto desenvolvimentista* furtadiano, o rural ganhou outro *status*, de atraso diante do desenvolvimento industrial, utilizando uma chave de rural diferente em relação àquela utilizada no modelo primário-exportador. Então se identifica no plano de ação da Sudene o diagnóstico de Furtado para o seu *projeto*, na qual se busca relações e distinções com a *teoria do subdesenvolvimento*, e foca-se no papel dos intelectuais. Busca-se os elos e as dissonâncias entre a interpretação e o *projeto* do autor no período considerado, com atenção aos usos dos conceitos e das representações realizados pelo autor entre os dois momentos delimitados na sua obra.

Palavras-chave: Celso Furtado; Subdesenvolvimento; Dual estruturalismo; Rural; Nacional-desenvolvimentismo; Pensamento político brasileiro.

AGRADECIMENTOS

Primeiro agradeço aos meus pais pela oportunidade nos estudos e dedicação de uma vida inteira. Agradeço também ao carinho dos meus irmãos, Fábio Jr. e Donovan.

Agradeço à Lica, pelo amor e companheirismo em todas as etapas deste trabalho, desde sua atenção com meu trabalho acadêmico, por tanto compartilhar do debate sobre Furtado, mesmo a contragosto, com toda dedicação, e por partilhar da sua vida comigo, meu muito obrigado.

Agradeço imensamente à Prof^a. Vera Cepêda pelos anos de paciência e orientação desde a graduação, em que muitas das ideias aqui desenvolvidas foram a partir de disparadores que ela me ofereceu, e se não acreditasse no meu trabalho não concluiria esta etapa. Agradeço também pelas sérias reflexões sobre o Brasil e o pensamento de Celso Furtado, da qual compartilhamos com apreço e consideração. Agradeço ao Prof. José Marcos N. Novelli pelas críticas e ideias recebidas no exame de qualificação e na defesa. Agradeço também à Prof. Rosa Maria Vieira por participar da banca de defesa e por contribuir com suas ideias da qual muito me instigaram na construção deste tema.

Agradeço aos integrantes do Projeto Temático FAPESP “Linhagens do pensamento político-social brasileiro” (CEDEC), um espaço de debate e pesquisa de grande importância para a minha formação, e em especial aos Professores Gildo Marçal Brandão (*in memoriam*) e Elide Rugai Bastos. Agradeço também ao Grupo de Pesquisa do DCSO/UFSCar “Democracia e Desenvolvimento”, e aos amigos e integrantes Daniel Laporta, Fabrícia Viviane, Daniel Miranda, Rafael Gumiero, Rafael Souza e Rafael Cabral.

Agradeço aos meus queridos amigos. Amanda, amiga da qual dividi tantos momentos da graduação e do mestrado, meu obrigado pela sinceridade e partilha. Ao Danilo pelos anos de moradia e amizade. Agradeço à Fernanda e Roze-Marri pela amizade e pela correção textual atenta. Aos amigos e amigas de São Carlos meu muito obrigado ao Henrique Oliveira, Ivan Ervolino, Victor Hugo, Joeverson Evangelista, Rodrigo Espinoza, Gladys Salgado e Cristiano Junta.

Todo este trabalho se deu de forma compartilhada com a vida docente, então agradeço a todos os meus alunos e alunas do Colégio Cassiano Ricardo e da Escola Moppe, e a todos os companheiros de trabalho. Em especial ao Rodrigo, Maria do Carmo, Vanessa, Luciano e Gisele.

Agradeço, por último, a CAPES pelo financiamento deste trabalho.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. Capítulo I – As faces do rural na <i>teoria do subdesenvolvimento</i>	26
1.1 O modelo primário-exportador: a formação da colonização.....	33
1.2 O dual-estruturalismo colonial: o setor dinâmico exportador e a vastidão pré-capitalista.....	43
1.3 A vocação agrária	51
2. Capítulo II – Os limites da vocação agrária e a brecha histórica	57
2.1. A desagregação do modelo primário-exportador: os limites da <i>vocação agrária</i>	62
2.2. A brecha histórica da industrialização: o deslocamento do centro dinâmico.....	78
2.3. A reposição do antigo dual estruturalismo: as necessidades da industrialização.....	88
3. Capítulo III – O <i>projeto</i> furtadiano do Nordeste: a <i>intelligentsia</i> , a SUDENE e a estrutura agrária	96
3.1. O papel dos intelectuais e a questão do Nordeste	99
3.2 O rural diante dos desequilíbrios estruturais	107
3.3. A Operação Nordeste e a SUDENE: reforma agrária e o desenvolvimento nordestino.	115
Considerações finais.....	121
Referências bibliográficas	123

Introdução

O processo de modernização brasileira e latino-americana na primeira metade do século XX foi marcado pelo debate da condição de atraso dos países periféricos pelo tema do subdesenvolvimento. A condição colonial foi reconfigurada sob novas relações de dependência em relação aos países centrais, e o atraso tomou parte na noção de herança colonial como elemento importante nas interpretações da formação da economia e da sociedade brasileira. Os chamados “intérpretes do Brasil” (CÂNDIDO 1986), principalmente pós década de 1930, procuraram desvendar o passado histórico realizando um amplo diagnóstico das condições da formação da nossa sociedade e instituições para, a partir dele, pensarem as condições (ou limitações) do presente e os projetos de futuro. Neste movimento intelectual pós-30 uma chave inovadora se colocou principalmente com a obra de Roberto Simonsen e Caio Prado Júnior: a conversão da questão econômica em questão nacional e a configuração de um novo papel para a ação do Estado; este passou a personificar não somente o agente corretor de desequilíbrios, mas o promotor de desenvolvimento como estratégia de superação do atraso (DRAIBE 1985, BIELSCHOWSKY 2004 [1988], MANTEGA 1989, CEPÊDA 1998, OLIVEIRA 2001).

Conforme Draibe (1985), durante o processo de consolidação do capitalismo brasileiro – na sua fase industrial – foi atribuído um papel protagônico ao Estado, como agente construtor das estruturas nacionais centralizadas e unificadoras necessárias à geração de políticas de sustentação do próprio processo de consolidação e aperfeiçoamento do modelo de industrialização em curso. Neste momento, *policy makers*, intelectuais e empresários colocaram suas questões consoantes a diversos interesses na delimitação de alternativas para tal processo de industrialização. Draibe define essa relação estreita entre interesse de classe (ou fração de classe) e conformação de um projeto ou arranjo institucional como vias de desenvolvimento operado por meio do Estado – que no caso brasileiro poderiam ser sintetizadas em desenhos muito distintos. Os projetos de nação são alternativas, diante das alianças e das relações de poder, as quais carregam uma forma política de desenvolver as possibilidades de organização da sociedade. Neste período, da história política brasileira, o papel teórico e a imersão prática dos intelectuais foram responsáveis pela produção, por estes grupos (como a *intelligentsia* mannheimiana), de algumas destas alternativas, críticas e balanços destes processos de desenvolvimento (PECÁUT 1990, BASTOS 2003).

O nacional-desenvolvimentismo constituiu-se como força política de transformação da questão econômica em questão nacional, e este processo se deu no pós década de 1930 até a

de 1970. Bielschowsky (2004) mapeou os diversos atores e grupos políticos que realizaram formulações sobre o desenvolvimento entre a década de 30 e o Golpe de 64, na tentativa de se estabelecerem filiações teóricas das escolas do pensamento econômico do período e suas respectivas posições políticas (um quadro classificatório). Duas características aparecem ali como fundamentais entre as correntes de pensamento: a necessidade de superação da condição de atraso e o aprofundamento do processo de industrialização iniciado na década de 30 (DINIZ 1981, ZAHLUTH BASTOS 2006). A disputa política em torno da intervenção política e econômica, por parte do Estado, mobilizou projetos diferentes, desde a associação teórica com o pensamento liberal de livre mercado e abertura ao capital estrangeiro, até as posições marxistas, de controle e regulação do domínio econômico como via etapista (BIELSCHOWSKY 2004).

Nessa classificação, o pensamento de Celso Furtado foi caracterizado na corrente nacional-desenvolvimentista de setor público, com forte influência da Comissão Econômica Para a América Latina – Cepal, instituição ligada à ONU e criada no final da década de 1940, marcada pela centralidade do papel regulador do Estado no planejamento e direção do desenvolvimento econômico através de esforços realizados por técnicos sociais e políticos – papel da *intelligentsia*. Furtado, o principal nome do estruturalismo cepalino brasileiro, formulou a *teoria do subdesenvolvimento*: (a) como interpretação da formação brasileira (o processo de formação do atraso desde as estruturas coloniais) em obras que se tornaram clássicas do pensamento brasileiro, como por exemplo: *A economia brasileira* (1954) e especialmente, *Formação econômica do Brasil* (1980 [1959]). A interpretação histórica era, para Furtado, apenas um passo seguro – porque cientificamente amparado (um diagnóstico) – para a transformação do futuro. Conforme Cepêda (2008) a segunda metade dessa equação viria com o *projeto desenvolvimentista* (b) enquanto uma defesa da ação planejadora e corretiva do Estado, eliminando os pontos de estrangulamento e os desequilíbrios estruturais (problemas característicos de países emersos na condição de subdesenvolvimento em brecha de industrialização)¹.

O nacional-desenvolvimentismo foi diagnosticado por Furtado com base na interpretação histórica que ganhou forma através da formulação de sua *teoria do subdesenvolvimento*. Outro momento do pensamento de Furtado foi a construção de vias planejadas de desenvolvimento que correspondem ao seu *projeto desenvolvimentista*. Furtado

¹Ignacy Sachs assim delimitou a ideia de desenvolvimento presente em Furtado “Na medida em que o desenvolvimento é um processo – *um desenvolver* -, só pode ser apreendido e compreendido na sua dimensão histórica, na transição do passado, já ocorrido, para um futuro, em parte predeterminado pelo passado, em parte

identificou na brecha histórica da industrialização, que se intensificou pós década de 1930, um processo de diferenciação estrutural a partir da formação de um núcleo industrial voltado para o mercado interno; o que significava a desagregação de uma estrutura colonial que era econômica e socialmente constituída no mundo rural e voltada para fora (modelo primário-exportador). A economia surgida nos centros urbano-industriais se diferenciava da economia rural de herança colonial. O setor moderno e dinâmico da economia brasileira tornou-se o processo industrial, o que geraria um novo tipo de assimetria na economia nacional – um novo tipo de regionalismo (e mais grave): a concentração econômica na região Centro-Sul.

Para efetivar a ideia de “sistema nacional” cepalino e garantir a perspectiva de uma federação mais equilibrada, caberia ao Estado realizar a modernização dos setores atrasados, eliminando atavismos da herança colonial que separaram as regiões, ou seja, a dicotomia polos dinâmicos *versus* setores pré-capitalistas. Esta mudança orientada (em especial aquela descrita em *Operação Nordeste 1959* e *A pré-revolução brasileira 1962*) possibilitaria que através da alteração das estruturas produtivas se gerassem mudanças sociais e políticas profundas através de reformas operadas pelo Estado; assim, enfrentando não só o regionalismo, mas a economia e a política clientelista do atraso (elegendo como foco problemático e meta de transformação o problema do Nordeste). As mais significativas formulações de projetos desenvolvimentistas de Furtado aparecem em *Perspectivas da economia brasileira* (1958), *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961) e *Dialética do desenvolvimento* (1964), além das análises combinadas destes textos, o tema do dualismo, a questão do atraso rural (pré-capitalista) e o problema regional nordestino ganham força.

Tomando como ponto de partida o reconhecimento das duas dimensões apontadas por Cepêda (2008), de uma justaposição e combinação entre (a) a *teoria do subdesenvolvimento* e (b) *um projeto de transformação nacional-desenvolvimentista*, uma questão interessante seria observar o lugar que a questão rural tomou em ambos movimentos teóricos. Podemos supor que no pensamento furtadiano a noção de rural se desloca e se ressignifica de acordo com uma gramática de definições cujo sentido tem correspondência com *os usos* (SKINNER 2001) que o autor faz do termo. O rural é uma única palavra, mas as realidades que ela contém são múltiplas na realidade furtadiana. Os significados heurísticos e a capacidade de explicar movimentos de análise e interpretação são variados e multifacetados, normalmente isso passa despercebido nas críticas e balanços *ad hoc* realizados sobre o autor. Quando Furtado se referiu ao rural no modelo colonial presente na interpretação histórica da formação (na *teoria do subdesenvolvimento*) não se trata do mesmo rural evidenciado na etapa do

subdesenvolvimento, período da formulação do seu projeto nacional-desenvolvimentista (*no projeto político desenvolvimentista*).

Mas qual o ponto de partida desta suposição, aqui apresentada? O lugar *privilegiado* que o tema do rural assume em qualquer teoria da modernização, principalmente em seu momento de constituição teórica e histórica: os momentos áureos da modernização.

O rural na interpretação de Furtado – e dos cepalinos – assumiu uma condição diferente nos países periféricos daquela tradicionalmente associada à ideia de modernização, já que toda forma de rural esteve geralmente associada ao campo da tradição, do orgânico, em que ele era o não moderno em dissonância com o moderno industrialista e urbano. O rural na *teoria do subdesenvolvimento* (a), a partir do pensamento furtadiano-cepalino, conseguiu ser moderno e ao mesmo tempo não ser desenvolvido, o que caracterizou a condição de subdesenvolvimento brasileiro da década de 1950.

O rural é um signo com muitos significados e por isso se torna legítimo estudar as metamorfoses do tema em Furtado. O interesse está em analisar a forma como o conceito foi ressignificado de acordo com o objeto e com o foco de análise – em que função e período, ou seja, em qual posição esteve o conceito na tese da formação/interpretação (momento da herança colonial) e como limite estrutural e empecilho para o avanço das etapas da industrialização (no momento da “brecha histórica” ou da substituição de importações). Primeiro aponta-se a força do rural na interpretação histórica de constituição da noção de subdesenvolvimento para, em seguida, analisar o rural contemporâneo ao autor, presente no projeto furtadiano reformista (VIEIRA 2007) elaborado até o Golpe de 1964. Significa tentar apontar as várias faces para o mesmo termo, mas não o mesmo fenômeno. Na periferia o rural inseriu a economia colonial na divisão internacional do trabalho e da produção, modernizando-a de maneira incompleta e dependente (reflexa, cf. Furtado, 1964, ou híbrida, como Fernandes, 2006 [1975]). O rural constituiu a base da formação da sociedade e da economia brasileira, apontado desde Caio Prado Júnior; foi o espaço onde se estabeleceram as relações de sociabilidade, de trabalho e as relações políticas. Há uma análise presente em um primeiro momento na interpretação furtadiana que vai da formação da economia e da sociedade brasileira até a passagem para a chamada brecha da industrialização na década de 1930, o que foi explicado e explicitado na *teoria do subdesenvolvimento* (BIELSCHOWSKY 2004 [1988], CEPÊDA 1998). Num segundo momento, o rural foi apresentado de forma distinta no projeto desenvolvimentista planejado dos anos 50.

O rural apareceu de diferentes formas nestes dois momentos e, assim, *não podem ser tomadas enquanto sinônimos*. O meu objetivo é isolar as obras de Furtado no período em que

ele cruzou as duas dimensões (*formação e projeto – a e b*), entre 1948 e 1964, identificando os múltiplos significados das palavras como mecanismo da realidade que o autor se propôs a interpretar quanto à questão do rural.

As duas dimensões do rural

O modelo primário-exportador, noção elaborada pelo pensamento furtadiano-cepalino, foi uma criação do processo de colonização, momento em que o rural atendia a uma modalidade diferente daquela que o associava à condição de pré-capitalismo, feudal ou de subsistência (em especial no caso da transição dos países genéticos do capitalismo onde a terra não assumia a dimensão de mercadoria e nem seu uso a de acumulação). A *teoria do subdesenvolvimento* não compreendeu o rural como o *atraso*, mas sim como *subdesenvolvido*, que é outra condição, absolutamente diferente porque é um “desenvolvimento truncado”, problemático, um círculo vicioso (NURSKE 1951, MYRDAL 1972 [1956], ROSTOW 1972 [1956], ZAMORA 1976 [1966], FURTADO 1967). A colonização brasileira, formatada a partir do modelo primário-exportador, foi para Furtado um caso extremado de especialização do capitalismo agrário, apontado como a primeira experiência produtiva na etapa subsequente ao mercantilismo europeu (o “braço estendido” do moderno na Europa e sua conformação/apropriação da periferia segundo suas necessidades, cf. Caio Prado Júnior 2000 [1942]). A passagem tradicional do feudalismo para o capitalismo foi uma etapa que o capitalismo brasileiro desconheceu, já que a forma político-social do feudalismo nunca ocorreu aqui (“toda terra com senhor”, os mecanismos extra-econômicos da ocupação fundiária e da acumulação, os laços de vassalagem que organizavam um *modus operandi* com base no tipo ideal do tradicionalismo weberiano).

De maneira genérica, seria válido afirmar que todos os países adentraram a modernidade do capitalismo começando pela transformação da terra e da agricultura, mas não fizeram isso da mesma maneira. A periferia capitalizou a terra, mas não permitiu a continuidade do seu potencial de desenvolvimento na fórmula industrial (cf. importante tese de List 1997), lugar comum de onde se sustentou a abordagem explicativa do subdesenvolvimento como outro momento (ou fórmula) da expansão capitalista (cf. Furtado 1980 [1959]). A ideia de subdesenvolvimento vai requalificar o problema do que é pré-moderno e do que é moderno. A forma do rural na periferia não tem continuidade com a forma que o rural tinha no centro.

A *teoria do subdesenvolvimento* furtadiana analisou a colonização a partir do mecanismo teórico do dualismo estrutural. Dois polos foram delineados como integrantes da

economia colonial e estiveram presentes nos principais sistemas econômicos que o Brasil teve até o século XIX (economia açucareira, mineira e cafeeira) estabelecidos por Furtado como o modelo primário-exportador: o polo dinâmico capitalista de acumulação, marcado pela produção de exportação, e outro polo pré-capitalista, que formava uma vastidão da chamada economia de subsistência. O dual estruturalismo colonial como característica do modelo primário-exportador formou sistemas (ciclos²) que foram apresentados na interpretação furtadiana, a partir das obras históricas (FURTADO 2001 [1948], 1954 e 1980 [1959]), em dois movimentos aqui identificados.

O primeiro movimento é esta relação entre os polos dinâmicos enquanto “ilhas de excelência” em um “mar de nada” formado pelo polo pré-capitalista. Um setor exportador de monocultura como unidade-chave da economia colonial em meio a uma vastidão pré-capitalista que não sofria mudanças com o ritmo de acumulação do polo dinâmico. O modelo primário-exportador, até a brecha para a industrialização na década de 1930, foi marcado por Furtado, em todos os sistemas, como economias de enclave, insuladas, sem vasos de comunicação entre os setores nacionais (não configurando um sistema nacional de economia como apontado por List). Segundo a tese furtadiana, o modelo primário-exportador, na forma de ciclos de enclave e dual-estruturais, tinha como lógica a condição de seu esgotamento – historicamente estava predestinado ao ritmo externo e deletério, com começo, meio e fim. O fundamento dessa condenação explicava-se pelo inteiro direcionamento de toda a organização e vitalidade da monocultura primário-exportadora à demanda internacional o que, segundo os cepalinos, submetia a economia ao limite de crescimento (da produção, da produtividade e da acumulação) pelo efeito trágico dos tetos de demanda do comércio internacional – já que a demanda por produtos primários é inelástica, atingindo no próprio processo de sua expansão o teto de seu crescimento. Significa que a vitalidade do polo dinâmico não ressoava e não gerava dinamismo no conjunto da sociedade e das outras economias paralelas à colônia. Outros problemas estruturais apareciam somados à inelasticidade da demanda internacional para os produtos mercantil-exportadores, como a queda tendencial da taxa de preço/ lucro também em razão da deterioração dos termos de troca³.

² Furtado abandona ao longo do período analisado (1948-1964) a noção de ciclo e passa a utilizar a ideia de sistema econômico, o que se aproximava mais da concepção de economia nacional.

³ Bielschowsky afirma sobre o conceito cepalino aplicado ao subdesenvolvimento de *deterioração dos termos de troca*: “Na periferia, que teve a função de suprir o centro com alimentos e matérias-primas a baixo preço, o progresso técnico só foi introduzido nos setores de exportação, que eram verdadeiras ilhas de alta produtividade, em forte contraste com o atraso do restante do sistema produtivo.

Com base nesse diagnóstico, a Cepal elaborou a tese da deterioração dos termos de troca, construída como uma contestação ao princípio ricardiano, de acordo com o qual (o princípio ricardiano) a distribuição física desigual das técnicas modernas é compensada através da transferência dos ganhos de maior produtividade por meio de

O polo dinâmico do modelo primário-exportador caracterizou a formação de um sistema econômico colonial que, quando em retrocesso, abre um o segundo movimento de análise do dualismo estrutural. O polo dinâmico, diante da demanda internacional, não se comunica com a economia de subsistência e acaba não trocando nada. Quando o polo dinâmico está em crise diante da inelasticidade da demanda internacional, ele retrocede à forma da economia de subsistência. Há uma cisão entre os dois polos enquanto o ciclo econômico tem vitalidade, porém o fim da energia de um ciclo (diante da diminuição da demanda internacional por produtos primários) significava o retrocesso do setor exportador à economia de subsistência.

Até a brecha da industrialização, resultado da especialização da economia cafeeira, todos os ciclos anteriores foram marcados por este duplo movimento, caracterizando desta maneira o dualismo estrutural. O dual estruturalismo tem um polo dinâmico que não puxou nenhum tipo de mudança estrutural sistêmica, não transformava a racionalidade econômica, as formas de trabalho e os mecanismos de acumulação. Como o sistema tem começo, meio e fim, o retrocesso do polo dinâmico à economia de subsistência marca o chamado *ciclo vicioso* do subdesenvolvimento (MYRDAL 1972 [1956]).

O polo dinâmico constituiu um caso extremado de especialização do capitalismo agrário, diferente de todas as experiências do mercantilismo europeu. O problema estava que nesta forma moderna de produção agrícola, voltada para o mercado internacional, havia um empecilho estrutural para a superação da sua própria condição de economia colonial. A falta de comunicação entre o polo dinâmico e o de subsistência impossibilitava, na interpretação furtadiana, a criação de um impulso interno, o que não permitiu a transformação dos sistemas econômicos desde a colônia até a brecha histórica. O modelo primário-exportador criava um dual estruturalismo que constituía um entrave à conjugação dos dois polos, à comunicação, ao mesmo tempo em que a crise retrocedia o polo dinâmico em economias pré-capitalistas. Aqui está o hibridismo apontado por Florestan Fernandes (1981 [1968]), fato que levou intérpretes como Ignácio Rangel (1956) a analisar um dualismo estrutural que operava na relação de economias coloniais, estas para fora são capitalistas, mas para dentro são feudais. O modelo primário-exportador – a conjugação latifúndio de exportação, monocultura, trabalho escravo e

preços menores – via mecanismos de mercado –, desde que prevaleça a concorrência perfeita. Dessa maneira torna-se irrelevante saber onde ocorre o progresso técnico, já que os bens produzidos com as novas técnicas podem ser adquiridos no mercado internacional, com todas as vantagens introduzidas pelos aumentos de produtividade.

A tese da deterioração dos termos de troca reverte o argumento, com a ideia de que não apenas a transferência de ganhos não ocorre, como, na verdade, o que se passa é o oposto: *são as regiões atrasadas que transferem os seus ganhos de produtividade para as desenvolvidas*?. (BIELSCHOWSKY 2004 [1988] com grifo nosso: p. 16).

produção extensiva – mostrava para Furtado que o ciclo estava datado para as economias que se especializaram em um produto primário-exportador que sofria de problemas estruturais.

Até a brecha histórica da industrialização, que abriu a possibilidade de aprofundar uma diferenciação estrutural iniciada a partir da especialização cafeeira, segundo Furtado, o modelo primário-exportador marcou as primeiras décadas do século XX com a noção da manutenção de uma vocação agrária. A teorização do subdesenvolvimento foi constituída através da formulação do dual estruturalismo. O rural preponderou sobre a colonização e formou as bases da vocação agrária, fator paradigmático ao nacional-desenvolvimentismo. Associado desde o processo de colonização como elemento dinâmico da economia e da sociabilidade brasileira, o rural marcou os embates em torno dos projetos desenvolvimentistas, principalmente aqueles de cunho industrialista.

A rigidez dos setores exportadores na concentração dos seus esforços produtivos para o mercado externo, diante das crises internacionais subsequentes desde o final do século XIX e que culminou na década de 1930, foram elementos que marcaram profundamente novas formas de rural diante do processo de industrialização. O rural diante da diversificação industrial, da brecha histórica, apontou o fim do modelo mercantil-exportador, já que forças voltadas para o mercado interno na forma de manufaturados abriam novas possibilidades de inversões para a economia nacional, criando um novo papel e uma nova função para as atividades rurais: uma nova forma de produção de matérias-primas (com foco interno, portanto, sob controle do mercado e instituições domésticas); uma produção diversificada para a realização da demanda urbano-industrial (pautada na renda gerada pelo trabalho assalariado industrial direto e indireto); um novo modelo fundiário que escapasse das exigências intensivas e extensivas da monocultura; e, por último, uma multiplicação de interesses e projetos políticos na anterior monolítica classe latifundista (como o modelo terrateniente apresentado por Barrington Moore em 1975 [1966]).

O *projeto desenvolvimentista* furtadiano marcou a necessidade da superação da vocação agrária; principalmente diante do fim do modelo primário-exportador enquanto unidade-chave do sistema. Com a superação da vocação agrária um novo papel foi atribuído ao rural, claramente delineado na tese e no pensamento de Furtado como parte do processo de configuração madura do desenvolvimento da economia brasileira. O “novo papel do rural” foi importante para o polo dinâmico na produção de alimentos voltados ao mercado interno, tornando-se assim parceiro do projeto industrial. Havia também a necessidade de manter as exportações agrícolas, pois eram fundamentais na produção de divisas que poderiam financiar os pesados investimentos industriais necessários à superação dos gargalos estruturais da

economia nesse período de transição. Não houve abandono da questão da agricultura no *projeto desenvolvimentista*, mas sim o empenho em sua modernização. Este novo papel atribuído ao rural tinha que superar o insulamento da economia de subsistência, incorporando a herança do dual-estruturalismo diante da nova economia sistêmica, nacional, federativa e moderna (este é o foco de superação do atraso herdado do modelo colonial) e, ao mesmo tempo, tinha que implodir o paradigma primário-exportador (base e limite do subdesenvolvimento na brecha nacional-desenvolvimentista).

O núcleo industrial que sofreu diversificação estrutural após a brecha histórica teve sua base territorial presente na região Centro-Sul. O *projeto* furtadiano-cepalino elegeu o Estado como agente propulsor do desenvolvimento econômico de base industrial. Foi o Estado moderno capitalista que Draibe (1985) apontou como o *Leviatã*. O Estado, através da centralização das decisões econômicas, poderia eliminar entraves ao desenvolvimento e à superação do atraso. Guido Mantega afirma sobre a teoria do subdesenvolvimento cepalina:

Quais eram os pressupostos básicos da nova teoria? Os países subdesenvolvidos, deixados à mercê das leis naturais do mercado, tendem a permanecer agroexportadores e a perpetuar o atraso e o próprio subdesenvolvimento. Cabe aos Estados, portanto, assumir a condução do processo de desenvolvimento, implantando ou impulsionando a industrialização por meio do planejamento econômico. (MANTEGA 1989: 32)

O *projeto* furtadiano foi construído com base na noção cepalina de planejamento. Os técnicos sociais, a *intelligentsia* agindo enquanto *policy makers*, direcionou Furtado para a formulação de um projeto de desenvolvimento do Nordeste através da experiência da SUDENE.

A SUDENE foi um grande projeto do Estado interventor, idealizada por Furtado, como uma tentativa de compreender as relações do Estado com a sociedade brasileira e nordestina, através da perspectiva do planejamento regional (CAMARGO 1981, COHN 1976). O projeto da SUDENE constituiu um esforço de sistematização na forma de planejamento político, e sua formulação, através destes homens de ação, significou uma tentativa de implantação de elementos que eram resultados de interpretações teóricas do desenvolvimento.

A perspectiva histórica foi relacionada a análises de planejamento do processo de desenvolvimento no pensamento furtadiano. O planejamento para Furtado (1967) é, segundo Fernando Henrique Cardoso (2009), a coordenação das decisões econômicas, a possibilidade de realizar mudanças nos padrões de desigualdade, que nos países subdesenvolvidos são acompanhadas da necessidade de reformas estruturais. A SUDENE estava imersa neste

contexto. O planejamento oferece, segundo Jaguaribe (2001), racionalidade aos gastos públicos no direcionamento dos subsídios para setores estratégicos no desenvolvimento. Furtado, quando dirigiu a Operação Nordeste e posteriormente a SUDENE, formulou expectativas de mudanças estruturais para o Nordeste. As análises realizadas sobre o Nordeste estavam, para o autor, respaldadas em uma interpretação histórica do desenvolvimento brasileiro. Furtado retoma muitas teses sobre o processo histórico da colonização para analisar na década de 1950 a região nordestina.

As convulsões político-sociais do Nordeste que marcam a década de 1950 demonstram a transformação da questão da região em questão nacional. A diferenciação estrutural do núcleo industrial sulino contribuiu para aprofundar a distância desta região com o Nordeste de base essencialmente agrária. A importância do Nordeste estava em seu peso político, já que as elites nordestinas reuniam enorme força no cenário político nacional enquanto representantes da maior população da década de 1950. O desafio de Furtado foi expresso na tentativa de se estabelecer um consenso político para uma ação conjugada com o Estado através da SUDENE, de maneira que se alterasse a condição do Nordeste, marcado pelo atraso. O projeto furtadiano de desenvolvimento da região nordestina foi aqui isolado como forma de aprofundar a análise sobre a configuração do rural na década de 1950 até o Golpe de 64. O Nordeste enquanto questão nacional foi representativo do atraso diante do processo de industrialização e envolveu grande parte da trajetória política e intelectual de Furtado no período aqui delimitado, o que reforça a necessidade de se analisar tal processo.

As formas do rural no Nordeste acabaram por caracterizar a região na chave do antigo dualismo estrutural e que deveria, para Furtado, ter seu processo de desenvolvimento associado ao projeto industrialista. Os latifúndios das oligarquias nordestinas foram marcados pelo atraso estrutural da sua produção, das relações de trabalho e das relações políticas pretéritas. A crise do setor exportador canavieiro no século XX, para Furtado, foi compensada pela renda obtida através da posse da terra, o que permitia extrair rendimentos da economia de subsistência que se ligava aos latifúndios através das relações de “parceria”. O dual estruturalismo colonial foi reposicionado diante do projeto industrialista, também se atribuindo um novo papel a este rural nordestino.

Furtado realizou a crítica à agricultura Nordestina, diagnosticando que a região necessitava cumprir um novo papel na produção de alimentos para o desenvolvimento urbano-industrial. A herança do dual estruturalismo foi reconfigurada diante de um novo fenômeno: o fluxo migratório nordestino em direção à região sulina. Compreender especificamente as propostas políticas para o Nordeste permite uma melhor análise do que

consistiu o deslocamento da noção de rural da *teoria do subdesenvolvimento* para o *projeto desenvolvimentista*. A herança do dual estruturalismo em meio ao processo do nacional-desenvolvimentismo produziu dinâmicas na estrutura rural diferenciadas daquelas que Furtado apontou no modelo primário-exportador. O diagnóstico do nacional-desenvolvimentismo está na forma de *projeto*, que será aqui comparado com a *teoria* do subdesenvolvimento.

A análise dos diferentes momentos

Para o estudo das obras de Furtado no período determinado (1948-1964), a partir de dois momentos, utiliza-se de uma proposição que agrupou os argumentos que concernem à interpretação do subdesenvolvimento e a *formação* das estruturas políticas, econômicas e sociais no Brasil de um lado, e do outro lado as análises respectivas ao projeto furtadiano reformista.

A divisão entre *teoria do subdesenvolvimento* e *projeto desenvolvimentista* foi um recurso analítico que visou apresentar os *momentos diferenciados* da obra de um autor dentro de uma mesma delimitação temporal, mas ambos os momentos partem de uma prática teórica que é reformadora (OLIVEIRA 2001, VIEIRA 2007). O pensamento cepalino permitiu grande cruzamento entre a construção teórica e os efeitos de uma ação política, o que não permite cindir totalmente a *teoria do subdesenvolvimento* do *projeto desenvolvimentista*.

A elaboração teórica da história econômica por Furtado visava à ação desenhada no seu próprio *projeto desenvolvimentista*, mas isso não significa que os termos do rural tenham o mesmo significado e se trate do mesmo fenômeno em ambos os momentos delimitados. Apresenta-se assim a necessidade de identificar as continuidades e as rupturas entre as diferentes análises (*teoria do subdesenvolvimento* e *projeto desenvolvimentista*). Qualificar o rural na ação política do pensamento furtadiano através do seu respectivo *projeto* permite uma análise dos usos dos termos quanto aos momentos, fruto de interesses delimitados, o que difere dos usos realizados na *interpretação do subdesenvolvimento*. As conexões entre os conceitos e a dispersão destes nos momentos diferenciados (*teoria* e *projeto*) constituem a direção da análise, cuja separação entre *teoria* e *projeto* é admissível enquanto um recurso analítico.

A *teoria do subdesenvolvimento* será analisada no capítulo I a partir de três pontos fundamentais: *a.* o rural foi formador da sociabilidade brasileira; não somente da economia brasileira; *b.* o rural foi formador do dual-estruturalismo, a partir do duplo movimento apresentado (um setor nunca tocado pela energia da economia dinâmica e a economia

dinâmica que retrocede à economia de subsistência – daí a teoria dos ciclos); *c.* o modelo primário exportador e os limites da *vocação agrária*. Esta perspectiva reside nas obras de interpretação histórica de Furtado que no período aqui delimitado correspondem a sua tese de doutoramento (2001 [1948]), *A economia brasileira* (1954) e a principal obra de Furtado *Formação econômica do Brasil* (1980 [1959]).

O *projeto desenvolvimentista* de Furtado foi analisado no capítulo II a partir da delimitação de dois pontos fundamentais: *a.* a necessidade de superação da vocação agrícola diante do fim do modelo mercantil-exportador; *b.* a transição do modelo primário-exportador para a brecha histórica da industrialização; *c.* o novo papel atribuído ao rural através da modernização do setor primário-exportador e a incorporação da herança do dual estruturalismo. O *projeto* foi delineado nas respectivas obras do período acima citadas (FURTADO 1958, 1961, 1962, 1964).

O projeto furtadiano para o Nordeste contido na proposta da SUDENE será aqui analisado em três pontos: *a.* o papel dos intelectuais e a questão do Nordeste; *b.* o rural diante dos desequilíbrios estruturais entre as regiões; *c.* a Operação Nordeste e o projeto da SUDENE. O projeto furtadiano do Nordeste está presente em dois conjuntos de palestras proferidas por Furtado e intituladas *Perspectivas da economia brasileira* (1958 [1957]) e *Operação Nordeste* (1959), além das obras *A pré-revolução brasileira* (1962) e *Dialética do desenvolvimento* (1964).

Método

A análise da interpretação de Furtado quanto ao rural na *formação* e no *projeto desenvolvimentista* insere-se num campo de observação que deseja verificar as elaborações teóricas do autor enquanto uma leitura histórica do processo político e das ideias, que se conjugaram em uma ideologia do *nacional-desenvolvimentismo* (BIELSCHOWSKY 2004 [1988], CEPÊDA 1998) e produziram uma metamorfose do rural entre a *formação* e o *projeto*. A construção teórica empreendida por Furtado realiza uma reflexão sobre uma realidade que está em movimento. Ou seja, a teoria é uma representação da conjuntura histórica e das mudanças sociais, do autor que faz parte de uma realidade, e diante do evento utiliza-se de um quadro de referências na forma de discurso (representações) imbuído de determinada capacidade de intervenção na realidade. “O autor habita um mundo historicamente determinado, que é apreensível somente por meios disponíveis graças a uma série de linguagens historicamente constituídas” (POCOCK 2003 [1995]: p. 27).

O intelectual detém um papel na sociedade, de interpretar a realidade e pensar o devir. Analisar a interpretação de Furtado parte da consideração que o pensamento é parte constitutiva da realidade, através de uma linguagem que é representação das mudanças de mentalidades diante das mudanças materiais. Observar a linguagem empreendida nas obras, e localizar historicamente o diagnóstico, constrói mais do que o cenário, mas também o movimento de transformação da sociedade. Cepêda aponta o que se intenta analisar ao tratar uma história das ideias.

[...] A escolha de textos teóricos como base da análise e a combinação com um quadro histórico não significa e não pretende significar que um (textos) ou outro (conjuntura) sejam dados reais e absolutos. Cruzar estas duas perspectivas tem como objetivo entender como um momento da história é percebido e elaborado em um discurso que pretende representá-la. (CEPÊDA 2004: p. 14)

O pensamento político-social e econômico brasileiro é o *locus* de resignificação que permitiu reinventar a forma de pensar o Brasil (CÂNDIDO 1986). Primeiro o intelectual faz um diagnóstico que mira a síntese dos processos sociais, políticos e econômicos. Da estrutura simbólica (o pensamento) se realiza uma prognose, que se relaciona diretamente com a sua capacidade de uso institucional e político de dada interpretação. A ação na história como alternativa à superação do atraso e do subdesenvolvimento pressupõe uma determinada ideologia, de influência de Karl Mannheim, em que uma *intelligentsia* assume a “responsabilidade” de construir respostas de elaboração teórica sobre qual é a condição histórica das nações periféricas e quais são os rumos que as estruturas tomaram. Apresentando onde é passível de intervenção consciente e deliberada através de proposições fruto de observação e denotação, realizado por técnicos sociais, intelectuais, passam a defender politicamente um projeto de desenvolvimento de protagonismo estatal, produzindo mudanças sociais no campo da política. Estes indivíduos que realizam um diagnóstico e propõem uma intervenção na realidade estão inseridos em determinados grupos, de onde as ideias emergem, a partir dos intelectuais, mas conectados a um momento histórico-social localizado. Mannheim afirma, a respeito da delimitação do método da sociologia do pensamento (conhecimento):

Cumpre-nos, em primeiro lugar, chamar a atenção para o fato de que o método da sociologia do pensamento não parte do indivíduo isolado e de seu pensamento, para passar diretamente, à maneira dos filósofos, às alturas abstratas do “pensamento em si”. Muito pelo contrário, a sociologia do conhecimento procura compreender o pensamento dentro da moldura concreta de uma situação histórico-social, de que o pensamento individualmente diferenciado emerge mui gradualmente. Assim, não são os homens em geral que pensam, nem mesmo os indivíduos isolados, mas os

homens dentro de certos grupos que elaboram um estilo peculiar de pensamento graças a uma série interminável de reações a certas situações típicas, características de sua posição comum. (MANNHEIM 1954 [1931]: p. 2)

Há uma unidade na construção teórica de um respectivo grupo, que funda segundo Mannheim, um determinado estilo de pensamento, em que a ação é mediada pelas ideias que emergem em certo contexto histórico. A história é percebida no seu movimento dialético entre “consciência teórica” e “exigências da realidade histórica”, sendo a questão principal a reforma do Estado sobre bases de maior racionalização dos seus mecanismos (VIEIRA 2007). Furtado (1964) afirma que não se pode deixar nas mãos das forças do mercado a responsabilidade pelo desenvolvimento, mas sim atribuir a uma classe de intelectuais, a *intelligentsia*, já que o tempo urge por mudanças integradas e racionalizadoras dos processos políticos, através de relações institucionais mais democráticas.

A investigação histórica de Celso Furtado quanto ao pensamento social brasileiro, segundo Rosa Maria Vieira (2007), coloca o Brasil em novas bases teóricas, afastando-se de abordagens raciais e deterministas, observando que a sociedade brasileira estava em transição para uma nova etapa do capitalismo.

A preocupação com a história, [é] a um só tempo elemento conformador do atraso periférico e instrumento teórico capaz de propiciar o conhecimento consistente da realidade e orientar a superação do subdesenvolvimento através do ‘planejamento democrático’ (VIEIRA 2007: p. 34).

A história, assim como as ideias, são formas sociais, constituídas pelos homens, e podem ser superadas na busca de um sentido histórico. A teoria do desenvolvimento de Furtado atribui sobre as construções conceituais uma determinada função, opera um sentido de realizar um diagnóstico da realidade, estabelecendo, assim, um lugar central aos intelectuais, chamados a identificar as estruturas correspondentes ao período, e intervir deliberadamente, agindo acima dos grupos sociais, partindo de uma verdade científica (FURTADO 1964). Furtado preocupa-se em analisar o conjunto dos fenômenos econômicos enquanto um processo social, e, para tal feito, constitui modelos das estruturas econômicas. O que diferencia a interpretação histórica de Furtado da historiografia é que o foco não é a realização de uma reconstituição dos fatos históricos para compreendê-los (BIELSCHOWSKY 2004 [1988]). O autor, como apontou no prefácio de *A economia brasileira* (1954), se coloca em distintas posições no tempo e, fazendo um corte vertical no processo histórico, deseja apreender pontos estratégicos que evidenciem a forma como funcionava o sistema, visando à construção de modelos que identifiquem o mecanismo de cada sistema.

Os sistemas econômicos são distintos; cada tipo de economia colonial se diferenciava entre si, assim como a expansão do capitalismo industrial no século XX produziu uma estrutura econômica distinta do sistema colonial. Cada sistema tem caminhos e possibilidades de expansão e estagnação que são próprios a cada um destes sistemas. Pensar um projeto desenvolvimentista de natureza estatal a partir de planejamento como empreendeu Furtado na década de 1950 e 1960 apontava a necessidade de considerar múltiplas variáveis em uma realidade dinâmica para a construção de um *modelo*. A aposta do pensamento furtadiano na fase aqui determinada (1948-1964) estava em estabelecer o funcionamento dos mecanismos do sistema econômico referente ao momento histórico contemporâneo à Furtado.

O autor elaborou um projeto utilizando-se da análise histórica das estruturas econômicas e sociais, e realizou proposições políticas, com base histórica, mas adequadas à conjuntura política e econômica que estava à frente do intelectual. Interessante observar o deslocamento entre o conceito de natureza histórica e a aplicabilidade do conceito na forma política do planejamento. A complexidade da realidade para a ação política está radicada na necessária definição dos conceitos referentes ao projeto político desenvolvimentista, que devem ser então compreendidos.

A construção de uma teoria da mudança social que tenha como problema central a superação do subdesenvolvimento é um desafio de grande monta em razão da necessidade de apreender as múltiplas variáveis constituintes do mesmo. É preciso ter em vista também que tais variáveis vão mudando no decorrer do próprio processo social que vai redefinindo as condições e as especificidades das nações periféricas. Os motivos endógenos e exógenos vão exigindo a introdução de novas e múltiplas variáveis para a análise da dinâmica tanto do próprio sistema capitalista no Brasil, quanto das ações políticas dos diversos grupos sociais. (REZENDE 2004: p. 16)

A ação via planejamento, mediante estudo das áreas de atuação das políticas de desenvolvimento, como no caso da SUDENE, é fundamentada por interpretações históricas. As análises históricas e de conjuntura se cruzam e se legitimam. Então, o caminho que a noção de estrutura agrária realiza será identificado em todas as obras do período, além de artigos e conferências. As posições teóricas enquanto escolhas políticas serão exploradas, e a trajetória pessoal do autor e do político será apontada a partir da chave *teoria do desenvolvimento e projeto desenvolvimentista*.

O movimento que um conceito, uma ideia, realiza no pensamento de um autor por um dado período pode apontar mudanças significativas de sua interpretação num determinado tempo histórico. Há um deslocamento conceitual, do pensamento que tem raiz temporal, que não perde sua natureza, mas que se movimenta na realidade, e, a partir das experiências dos portadores sociais, confere a mudança do conceito. Esta concepção de estudo do pensamento

contribui, como Mannheim (1954 [1931] apontou, e Pocock (2003 [1995]) posteriormente, para uma “análise da significação”, ou seja, perceber as variações de sentido de um mesmo conjunto de pensamento dentro de um grupo ou de um indivíduo, o que é fundamental para melhor caracterizar o pensamento intelectual, e identificar as forças sociais presentes nos valores que motivam a ação reflexiva.

Deseja-se analisar o pensamento de Furtado a partir de uma “leitura contextual”, método apontado por Quentin Skinner (2001). O contexto aponta a formação e a troca de ideias, e as ideias contribuem para a formação e trocas no contexto social. Não se busca atribuir a intenção do autor que se é analisado, mas parte-se do estudo de uma ideia identificando a natureza das ocasiões e das atividades em que a ideia se desenvolveu. Anseio olhar os jogos de linguagem, cuja mesma expressão pode ter atribuição de significados distintos por outros autores. Não é o *significado* somente o foco de atenção, mas a *compreensão* da força prevista pelo autor ao elucidar determinado enunciado. A ideia não reside simplesmente na análise da obra do autor em si, como se interessasse somente o significado das palavras contidas nos textos do autor.

O interesse está nas variadas e possíveis formas que as palavras podem ser utilizadas logicamente, ou seja, não apenas o seu *significado*, mas o seu *uso*. Skinner (2001) aponta que talvez a única história das ideias a se escrever seja a dos diversos enunciados construídos com as expressões que vieram a ser utilizadas pelo autor. Não é o sentido nem o status da ideia, mas partir do pressuposto que uma ideia diante de ocasiões e atividades de agentes determinados é utilizada de variadas formas, com estratégias distintas dos autores num dado momento que é específico.

Investigar os enunciados presentes no pensamento de Celso Furtado através de uma “leitura contextual” de suas obras, na tentativa de compreender os diferentes lugares que o rural foi representado em suas ideias. Isto é, havia uma intenção declarada de Furtado em elaborar uma teoria do desenvolvimento própria da história econômica do capitalismo em países periféricos; um pensamento produzido dentro das ex-colônias latino-americanas, o que significa a *teoria do subdesenvolvimento* furtadiana. Existem enunciados tanto na *teoria* quanto no *projeto* que possuem algo muito difundido entre os intelectuais nas décadas do período aqui delimitado para a observação: o uso da teoria científica na elaboração de soluções aos problemas da realidade que os cercavam.

Esse esforço de teorização tem, a nosso ver, interesse metodológico, pois auxilia a identificar com mais precisão e rapidez as categorias básicas de um processo histórico, e subministra um instrumental analítico que poderá servir para uma prognose desse processo.

Uma teoria científica pressupõe a existência de um ou mais problemas cuja solução é motivo de preocupação de algum grupo social. É indispensável, portanto, que se conheça a existência do problema para que sua solução possa constituir objeto de especulação dos homens de pensamento (FURTADO 1954: p. 191).

A tarefa aqui apontada empreende num trabalho de análise dos contextos específicos e do como suas ideias buscaram representar, em momentos políticos e sociais delimitados, a ideologia do nacional-desenvolvimentismo. Quando o autor tentou analisar a formação histórica das estruturas econômicas e sociais do Brasil colonial, a agricultura ocupou um lugar fundamental neste processo através do modelo primário-exportador, sendo o espaço maior de realização material da população, da sociabilidade e da política brasileira (FURTADO 1948, 1954, 1956, 1959a). E quando o autor ocupou posições políticas, em determinados momentos históricos, a interpretação firma a crítica na sobrevivência de uma estrutura agrária e de um poder local das oligarquias rurais que impedia o desenvolvimento destas áreas. A defesa e os projetos para uma intervenção nas estruturas do Nordeste foram os momentos mais enfáticos cuja posição política utilizou-se de uma leitura do processo histórico, e através de análises técnicas e de planejamento, pensaram uma estratégia para o Nordeste. A necessidade de um novo papel para a agricultura, enquanto produtora de alimentos, estimulando o crescimento e a autonomia da economia do Nordeste (Furtado 1958, 1959b, 1962, 1964) vai recolocar os termos da *teoria do subdesenvolvimento* em relação ao *projeto*.

Novas esferas de ação se delineavam aos economistas para a elaboração de políticas, ideias que se expandiram no período do nacional-desenvolvimentismo, cujo rompimento, em sua maioria com o pensamento econômico clássico, de matriz liberal, e de forte influência keynesiana, apontava a capacidade diretiva do Estado. Mannheim (1954 [1931]), ao pensar os “homens de ação”, afirma a necessidade de uma ação dos intelectuais, que, ao penetrarem no campo da política, se utilizam do pensamento como instrumento para ação coletiva, que realiza uma intervenção reguladora do processo social. Como as políticas de desenvolvimento são ancoradas no papel do Estado, pensar diagnósticos para o desenvolvimento re-significa a função do Estado. A mudança da condição de atraso somente ocorreria, para Furtado, com a ação do Estado na transformação das estruturas econômicas e sociais. Políticas de desenvolvimento racionalizam a política e as instituições, pois partem de valores democráticos com argumentos técnicos.

As análises históricas se cruzam com uma teoria do desenvolvimento, cuja noção de rural permeia primeiro os aspectos da formação nacional, nos ciclos da colônia, para se tornar no período do nacional-desenvolvimentismo o fulcro, o problema, o espaço de reprodução do

capitalismo colonial em contrapartida à industrialização, em sua teoria do desenvolvimento. Como foi apontado, não se tem uma divisão exata quanto à sequência das publicações, que dividam o seu pensamento histórico dos projetos de desenvolvimento. O rural como espaço de reserva de mão-de-obra em forte imigração para os centros industriais, cuja questão social era eminente, foi um dos principais espaços de crítica de Furtado, em que se ancorava a herança colonial e a forte presença das oligarquias rurais.

Ao olhar para a região Nordeste, um foco de análise privilegiado do período de produção delimitado (1948-1964), as oligarquias rurais foram tratadas por Furtado como grupos parasitários premiados pela manutenção do controle da propriedade da terra. A inelasticidade da oferta de alimentos levava a um aumento da renda da terra, e os latifúndios ocupavam as principais áreas de terra úmidas, fundamentais à produção agrícola do Nordeste. Após a crise do mercado internacional que não expandiu mais sua demanda por bens primários no século XX, foi a região Centro-Sul que passou a consumir os principais produtos agrícolas do Nordeste que antes tinha destino no comércio internacional.

Diante da crise internacional do mercado para os bens primários, os grandes proprietários de terra mantiveram suas posses, momento em que a propriedade de terra manteve-se intocável e a reforma agrária não obteve meios de realização. Segundo Fiori (1994), aí está o “nó cego do desenvolvimentismo” no Brasil, pois o deslocamento do centro econômico dinâmico para a indústria realizou-se com um “pacto” de manutenção das garantias às oligarquias rurais, como a propriedade de terra. Lidar com o problema do Nordeste na tentativa de formular políticas de desenvolvimento para a região na década de 1950, sendo esta região das mais baixas condições de vida, era para Furtado combater as elites da oligarquia patriarcal detentoras do poder local nesta região então predominantemente rural, que perpetuava o atraso e os desequilíbrios.

As opções por uma determinada forma de projeto de desenvolvimento, assim como a escolha dos métodos estruturais para a análise histórica, sustenta um rural em cada uma destas dimensões, sendo o que se deseja analisar. Nas ex-colônias latino-americanas, houve em determinados países um processo de industrialização que via a especialização dos principais produtos exportados pelas antigas colônias. O Estado foi apontado como um fator fundamental para dada industrialização. A função dos economistas era, para Furtado, compreender o atual momento de transformações, e dedicar-se ao estudo das estruturas econômicas e sociais a fim de intensificar o processo de desenvolvimento industrial.

Realizar políticas de desenvolvimento somente é possível, para Furtado (1964), com a ação técnica de economistas e cientistas sociais, que têm a *função* da investigação social com

vistas a estabelecer, através de métodos científicos, diagnósticos de intervenção regulada pelo Estado. Planejamento técnico motivado pela ação política. A SUDENE então fechará o raciocínio como um exemplo de delimitação do *projeto furtadiano* e da influência da *teoria do subdesenvolvimento* sobre tal projeto para o Nordeste.

Capítulo 1. As faces do rural na *teoria do subdesenvolvimento*

A história está no começo de tudo. Lembro uma coisa que descobri recentemente em meus arquivos, um diário que escrevi o seguinte: “O objetivo de minha vida é compreender a história do Brasil, escrever uma nova história, para entender este país”. Na verdade, a história me interessava como meio de compreender o presente. Não me interessava escavar o passado e reunir documentos sobre ele. Isso era secundário. A lógica e a história do presente é que me interessavam. (Celso Furtado)⁴

A análise do processo de formação do capitalismo brasileiro, presente no pensamento de Celso Furtado, produziu uma interpretação histórica que caracterizou uma forma própria de funcionamento da economia brasileira, a partir da formulação de uma teoria do subdesenvolvimento. As estruturas econômicas do período colonial foram identificadas pelo autor como expressão do modelo primário-exportador, e qualificadas ao longo de uma vasta produção científica no período aqui delimitado das obras do autor (1948-1964). Na explicação dos elementos condicionantes do desenvolvimento da economia colonial há uma imagem presente da forma tomada pela estrutura agrária. A intenção é identificar quais são as características do rural na *teoria do subdesenvolvimento* no que concerne à etapa da formação da sociedade e da economia brasileira. O foco está na compreensão do modelo primário-exportador a partir das relações entre o polo dinâmico e o de subsistência.

No processo histórico da economia colonial estão as bases de formação do subdesenvolvimento. A análise histórica desta economia permitia compreender, no pensamento de Furtado, o funcionamento da estrutura subdesenvolvida, e, além disso, como a economia subdesenvolvida “chegou a ser o que era”. Latifúndio exportador, economia de subsistência, atraso técnico, foram elementos de permanência, de herança colonial, desenrolados na estrutura agrária ou a partir dela. Bielschowsky dividiu *Formação* em duas partes afirmando que primeiro analisou-se a formação da estrutura subdesenvolvida, depois se realizou um estudo do crescimento na expansão cafeeira e na substituição de importações.

Este capítulo se preocupa com a primeira chave apontada por Bielschowsky: de entender a *teoria do subdesenvolvimento* a partir da noção de modelo primário-exportador e da formação do dual estruturalismo na etapa colonial. Observar as características tomadas pela estrutura agrária na interpretação histórica, para depois perceber metamorfoses entre a análise histórica e o projeto de desenvolvimento de Furtado.

Este capítulo está distribuído em três partes de análise:

I – O modelo primário-exportador: a formação da colonização

⁴ Celso Furtado em entrevista a Aspásia Camargo e Maria Andréa Loyola (2002: p. 15)

II – O dual-estruturalismo colonial: o setor dinâmico exportador e a vastidão pré-capitalista

III – A vocação agrária

Primeiro pretende-se apontar a colonização como uma etapa de formação não só da economia colonial, mas também da sociabilidade, a partir do empreendedorismo português e da construção do modelo primário-exportador no pensamento furtadiano. O modelo primário-exportador delineou as formas do dual estruturalismo cepalino-furtadiano, através da construção da noção de um polo dinâmico conectado ao setor exportador e uma “vastidão” formada pela economia de subsistência. A energia que vigorou na economia de exportação não chegou a transformar, a tocar a economia de subsistência.

O modelo primário-exportador concentrava todo fluxo de capitais mobilizados na economia de exportação, estabelecendo trocas somente com a economia internacional, o que acabava por imobilizar a economia de subsistência. O problema das economias coloniais – tidas como economias de enclave – estava na limitação da expansão da demanda internacional por bens primários, o que sempre acabava por datar o ciclo. O ciclo era disparado pelo fluxo da demanda internacional até um determinado limite, que acabava por resultar em crises subsequentes. Ai estava um mecanismo importante do dual estruturalismo furtadiano, pois nos momentos de crise o setor exportador acabava retornando para as formas de economia de subsistência.

Ao mesmo tempo em que o ciclo é diacrônico, com polos diferenciados e contrapostos, nos momentos de crise o setor exportador retorna à condição de subsistência, tornando a relação entre os polos algo sincrônico. Diacronia e sincronia são temporalidades que sempre apareceram no pensamento furtadiano. A relação entre os polos e a condição do dual estruturalismo acabou por impedir a transformação de todo o sistema colonial, pois não criou vitalidade para um mercado interno. Deseja-se analisar este processo, de consolidação da formação da economia nacional e dos respectivos limites da vocação agrária.

A colonização portuguesa de exploração produtiva do Brasil iniciou o modelo primário-exportador com base no rural. Furtado buscou na história de Portugal a forma da empresa agrícola empreendida na colônia brasileira. As raízes do capitalismo agrário estão na primeira forma de riqueza empresada na produção agrícola em terras americanas, o que significou para Furtado o “grande feito” português. A estrutura da economia açucareira que formou o *complexo econômico nordestino*, assim nomeado por Furtado, foi construída a partir dos elementos do expansionismo português, e é o ponto de partida deste capítulo, observar a

maneira como o processo de colonização brasileira deu sentido à ideia presente na concepção de *formação* da economia e da sociedade brasileira que Furtado empreendeu.

As características do modelo primário-exportador furtadiano são apresentadas na segunda parte do capítulo, formado pelo conjunto “latifúndio, escravidão, monocultura e o engenho”. O funcionamento da empresa agrícola fundou as bases da estrutura agrária da economia colonial, já que proporcionou determinada distribuição de terras, a manutenção do privilégio da monocultura exportadora como setor-chave, a permanência da escravidão como “necessidade” diante da falta de mão-de-obra na colônia e a constituição da classe dos senhores-de-engenho como elite colonial. O *modus operandi* da economia colonial açucareira na interpretação furtadiana foi fundamental na construção do como se expandiu esta economia, e como sofreu as retrações do comércio internacional.

A economia açucareira enquanto um polo dinâmico presente no primeiro sistema econômico da colônia brasileira analisado por Furtado entre os séculos XVI e XVII⁵, não absorveu toda a população colonial, o que contribuiu para a formação de uma economia de subsistência que desempenhou outras funções paralelas ao modelo primário-exportador. A pecuária e a produção de alimentos para a subsistência foram economias que cresceram à margem da economia de exportação, e, na interpretação furtadiana, desenvolveu uma heterogeneidade estrutural da economia colonial, uma primeira forma de dualismo.

O *complexo econômico nordestino* é o conceito a ser analisado na obra de Furtado na terceira parte deste capítulo, que abarca a relação entre a economia de subsistência e a economia de exportação. A estrutura agrária do complexo nordestino apareceu em Furtado como algo duradouro, mantendo-se por mais de quatro séculos. A caracterização da economia nordestina foi uma das principais distinções do pensamento histórico de Furtado e será fruto de comparação nos capítulos posteriores.

Quando Furtado realizou diagnósticos econômicos na década de 1950 e estabeleceu projetos para o Nordeste através da Sudene, a perspectiva de dualismo estrutural apontado por ele naquela década é um desmembramento da tese do dualismo estrutural da economia colonial. Analisar o como foi pensado a teoria do subdesenvolvimento, ou seja, o como se deu a formação do dualismo no subdesenvolvimento, para depois compreender o dualismo no projeto furtadiano, de forma que se possa apontar a distinção entre estes dois momentos centrais do pensamento furtadiano (*formação e projeto*).

⁵ A primeira análise de Furtado da economia brasileira colonial consiste na sua tese de doutoramento a respeito da economia nordestina no respectivo período, entre os séculos XVI e XVII.

Questões preliminares

Os trabalhos voltados para a questão histórica da economia brasileira que serão aqui utilizados compõem a primeira fase do pensamento furtadiano. Consiste na sua tese de doutorado intitulada a *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII: elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais* (2001 [1948]), o primeiro livro publicado no Brasil *A economia brasileira* (1954), *Uma economia dependente* (1956) e a obra fundamental da trajetória intelectual de Furtado *Formação econômica do Brasil* (2009 [1959]). A tese de 1948 somente veio a público em 2001, com a tradução de Tamás Szmrecsányi.

Os quatro trabalhos apresentados acima compõem um *continuum*, pois realizam uma interpretação histórica da economia brasileira. Apesar de haver uma continuidade, entre os trabalhos históricos de Furtado, a obra de 1948 privilegia o debate sobre o sentido da colonização, elemento que de alguma maneira desaparece nas análises vindouras (1954 e 1959 principalmente)⁶.

A temática do desenvolvimento ganha relevo e apresenta uma inserção mais profunda do autor na economia. O que separou a *Formação* da tese de doutorado foi um período determinante no pensamento de Furtado e latino-americano, que foi a criação da Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL, em 1948 (OLIVEIRA 2003, VIEIRA 2007). O órgão, do qual Furtado foi membro entre 1949 e 1958, direcionou-se para a produção intelectual de interpretações econômicas e diagnósticos na forma de planejamento a respeito das estruturas periféricas latino-americanas. A teoria do desenvolvimento somente surge após a entrada na Cepal e é marcada pela primeira publicação na forma de livro de Furtado em 1954.

A interpretação histórica presente nos trabalhos já no período cepalino forma uma determinada síntese teórica, repetindo-se argumentos esboçados nestas obras. Bielschowsky, neste sentido, afirma:

A economia brasileira já contém o arranjo conceitual básico de análise histórica que figuraria no trabalho final, isto é, *Formação econômica do Brasil*. (...) *Formação econômica do Brasil* corresponde a *A economia brasileira*, destituído desses capítulos mais abstratos⁷. Entre um e outro livro

⁶ Em relação à tese de Furtado de 1948 Szmrecsányi afirmou: “Diversamente da *Formação econômica do Brasil*, esse trabalho foi desenvolvido no contexto mais genérico de uma ciência social voltada tanto para a História quanto para a Economia. Celso Furtado era então apenas um estudante de pós-graduação, bacharel em Direito e funcionário do Serviço Público brasileiro, ainda à procura de novos caminhos teóricos e práticos. Só mais tarde é que ele optaria por uma inserção mais especializada nas ciências econômicas.” (1999: p. 209).

⁷ Os capítulos que Bielschowsky se refere são de ordem teórica, e serão publicados novamente no importante trabalho *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961), além de aprofundado e acrescentado na obra *Teoria e política do desenvolvimento econômico* (1967).

o autor publicou outro texto (Furtado, *Uma economia dependente* 1956), em que a única modificação importante em relação ao primeiro, além da exclusão dos capítulos metodológicos e teóricos, é a substituição do termo “economia colonial” por “economia dependente”, na caracterização da economia subdesenvolvida especializada em exportação de produtos primários. (BIELSCHOWSKY 2004[1988]: p. 165)

As duas primeiras partes de *Formação* apontam alguns elementos presentes já na tese (1948), além de retomar alguma bibliografia como *Historia econômica do Brasil*, de Roberto Simonsen, e o historiador português Antonio Sérgio (SZMRECSÁNYI 1999: p. 209). Szmrecsányi (cf. BIELSCHOWSKY 2004 [1988]) afirma que o conteúdo expresso na tese não tem ligação direta com o conjunto dos textos posteriores. O primeiro livro publicado por Furtado, em 1954, *A economia brasileira*, este sim aponta em uma direção e utiliza de um caminho muito próximo do trabalho realizado em 1959 com *Formação*. Assim também o trabalho de 1956, *Uma economia dependente*, pouco se modifica do texto de 1954 (SZMRECSÁNYI 2004).

O modelo interpretativo do processo histórico do desenvolvimento das economias coloniais que Furtado utilizou partiu de uma nova forma de analisar os elementos formadores do capitalismo periférico. Francisco de Oliveira apontou qual seria o rompimento fundamental que Furtado realizou em relação ao conjunto das análises econômicas anteriores a ele.

(...) Furtado emerge nos anos 1950, a partir dos estudos da Cepal, inaugurando o que veio a ser chamado “método histórico-estrutural”, adequado para explicar a formação dessas economias e sociedades no sistema capitalista *para além* da dominação colonial. O nome dado ao tipo de análise, menos que um método, é simultaneamente uma denúncia da falência do método neoclássico, a-histórico, então soberano na análise econômica, e um reconhecimento da necessidade de historicizá-la. O vigor de sua contribuição reside precisamente na tentativa de descobrir a especificidade da formação dessas economias e sociedades subdesenvolvidas. Sua marca característica é o abandono do clichê do colonialismo em que havia naufragado a teorização marxista (...). Por outro lado, a teorização furtadiana recusa também o velho e surrado esquema da divisão internacional do trabalho comandada pelas “vantagens comparativas”, de inspiração ricardiana e malbaratamento neoclássico e marginalista (OLIVEIRA 2003 [1983]: p. 12).

A construção explicativa do funcionamento do modelo primário-exportador pela *teoria do subdesenvolvimento* parte da constatação do modo diferenciado de compreender a História do Brasil que o autor empreendeu. Sugere-se que a busca por uma “nova história” presente no depoimento inicial do autor (cf. epígrafe p. 29) se fez na forma teórica de uma análise da economia brasileira que se propôs perceber a especificidade das sociedades subdesenvolvidas, como afirma Oliveira. O abandono da noção de colonialismo está na

distinção que Furtado fez entre o processo de desenvolvimento das economias centrais desenvolvidas, diferenciando-o do processo das economias periféricas subdesenvolvidas.

A forma de análise que o autor utilizou não foi adequar a teoria neoclássica do desenvolvimento produzida nos países centrais ao processo colonial, mas foi o intento de produzir uma análise com características próprias da economia brasileira que prevaleceu. No pensamento cepalino, aparece a noção de uma economia colonial que não criava seu próprio impulso de crescimento já que não tinha mercado consumidor, então, toda a renda da colônia ficava praticamente retida nas mãos dos senhores de terras, o que impossibilitava a diversificação da economia.

Há a forma diferenciada da economia colonial⁸ em relação à economia desenvolvida, o que produz assimetrias internas também distintas dos países centrais. Aqui se identifica a diferenciação realizada com a noção de dual estruturalismo, formado pela relação entre a economia de exportação (polo dinâmico) e a economia de subsistência (polo de subsistência). O dual estruturalismo foi a marca cepalina na interpretação econômica da América Latina e Furtado foi sua maior expressão no que se trata do pensamento brasileiro.

Há um conjunto de referências conceituais que permearam os primeiros trabalhos dos cepalinos, e Bielschowsky apontou alguns destes elementos fundamentais a partir do que se compreende por subdesenvolvimento. O capitalismo é desigual e produz diferenciações entre um centro, dos países desenvolvidos, e uma periferia, das ex-colônias, agora subdesenvolvidas. Os países periféricos são economias reflexas, e as economias coloniais não conseguiam internalizar as decisões sobre as suas próprias economias, que padeciam com as oscilações cíclicas do capitalismo internacional.

A economia foi compreendida pelo economista e também liderança da CEPAL Raúl Prebisch enquanto ciclos de expansão e retração do crescimento econômico. As colônias eram economias voltadas para o mercado internacional, e estes países periféricos eram dependentes do movimento econômico dos países centrais. O crescimento interno das economias periféricas dependia da expansão do setor agroexportador, ou seja, as oscilações na demanda dos países desenvolvidos por matérias-primas e gêneros básicos refletiam diretamente nas economias periféricas (BIELSCHOWSKY 2004 [1988]). Ou seja, as economias subdesenvolvidas constituíam economias reflexas, dependentes da ação e da decisão tomadas

⁸ Preocupa-se aqui com os dualismos presentes na análise histórica realizada por Furtado, e não com o dualismo posterior identificado durante a década de 1950, que era fruto das desigualdades regionais entre o Centro-Sul e o Nordeste e constituía entrave ao nacional-desenvolvimentismo. Este dualismo será especificado no segundo capítulo.

nas economias centrais e não formavam um sistema econômico, sendo uma extensão das economias centrais.

Toda a economia colonial era dependente dos fluxos de demanda mobilizados na economia internacional, o que sempre atingia um limite, o que caracteriza a expansão do mercado de produtos primário-coloniais. Os produtos coloniais, pela situação de dependência, sofriam para os cepalinos de uma tendência crônica à queda da taxa de preços e de lucros por parte do empresário colonial, além da demanda internacional ser limitada. As economias de enclave não conseguiam criar alternativas para a formação de um mercado interno e de transformação da economia colonial, já que, segundo os cepalinos, sofriam com a deterioração dos termos de troca.

A condição de subdesenvolvimento está marcada pela economia exportadora de base agrícola ou mineradora, de herança colonial, dependente das economias centrais. O argumento da deterioração dos termos de troca é uma das principais características das economias periféricas no estruturalismo cepalino. A teoria das vantagens comparativas de Ricardo pressupõe que o progresso técnico aumentava a produtividade, o que permitiria baixar os preços dos produtos manufaturados resultantes deste aumento de produtividade. Em momentos de uma situação de concorrência perfeita, que tende ao equilíbrio, não se prejudicariam as relações entre produções de alta e baixa tecnologia. A deterioração dos termos de troca dos cepalinos repunha a questão, afirmando que as transferências de ganhos não ocorrem e os países periféricos é que transferiam seus ganhos de produtividade para as economias desenvolvidas exatamente devido ao seu atraso técnico (BIELSCHOWSKY 2004 [1988]).

A distância entre estes países tendia então a se ampliar caso os países periféricos continuassem dependentes dos manufaturados importados, e se mantivessem as estruturas arcaicas da agricultura de exportação. Assim se afirma, de maneira ampla, no que consiste o subdesenvolvimento enquanto interpretação do processo de desenvolvimento dos países periféricos pelos cepalinos, e que será aqui analisado sob a perspectiva furtadiana.

Furtado empreendeu uma análise keynesiana da economia brasileira que tem determinado diálogo com as historiografias econômicas anteriores a ele. Francisco Iglesias ao prefaciar a publicação de *Formação econômica do Brasil* na coleção Biblioteca Básica Brasileira, em 1963, afirma que a consistente análise econômica da história do Brasil, apresentado por Furtado desde *A economia brasileira*, se valoriza pelo *déficit* de estudos sobre a história do Brasil no período, ainda mais de perspectiva econômica. A metodologia de Furtado foi abordar os fatos históricos em conjunto, em que *pontos estratégicos* foram eleitos

com o propósito de compreender o *mecanismo do sistema*, no caso, a economia brasileira. Em Iglesias (1963) há uma crítica à noção de conjunto utilizada por Furtado – pontos estratégicos selecionados na explicação do modelo primário-exportador –, o qual forma sistemas, que segundo Iglesias seriam mais frutos de interpretação do que comprovado com dados e documentos, cuja teoria parece acompanhar certo caminho lógico e justo, formando um sistema muito rígido.

Apesar da crítica, o próprio Iglesias apontou a dificuldade de se analisar a história do Brasil devido à escassez de material de pesquisa e de fontes. Identificar os fatos históricos determinantes ao desenvolvimento foi o objetivo de Furtado na análise econômica do processo histórico, identificando o que causava retração e o que estimulava o crescimento desta economia. Há todo um debate⁹ sobre como o autor de *Formação* teria capturado os processos históricos da economia brasileira, pois em um determinado momento haveria certa defasagem de dados historiográficos em contrapartida a uma leitura que busca a interpretação. Não é obra historiográfica, mas tem seu valor pela força interpretativa, segundo Iglesias.

Em uma tentativa de estabelecer quais são os importantes trabalhos de uma fase considerada formativa da historiografia econômica, Szmrecsányi (2004) apontou Celso Furtado como o desfecho do período, com sua obra *Formação econômica do Brasil* (1959 [2009])¹⁰. O fato está na consideração sobre a natureza do trabalho de Celso Furtado, se é econômica e/ou histórica, já que a natureza econômica da análise furtadiana é considerada na literatura há décadas como primordial (BIELSCHOWSKY 2004 [1988], SACHS 2001, CARDOSO 2009).

A obra *Formação* não é um simples esforço de síntese da história econômica, mas é a ligação deste trabalho com a tese de doutorado de Furtado que comprova a ligação do autor com uma interpretação no campo da história (SZMECSÁNYI 2004), que foi realizada não somente com análise bibliográfica, mas também com pesquisa documental na tese de doutorado (1948)¹¹. Elemento importante para demonstrar a presença de diálogo com os

⁹ Debate encontrado em: Fernando Novais (2009 [1961]) em resenha sobre a *Formação econômica do Brasil* (1959) publicada na *Revista de História* da FFLCH/USP; Paul Singer (2009 [1959]) também publicou resenha no Suplemento Literário de *O Estado de S. Paulo* sobre *Formação* (1959). A continuidade destas questões aparecem também em Bielschowsky (2004 [1988]) e Szmrecsányi (2004).

¹⁰ Szmrecsányi (2004) aceita a proposta da historiadora econômica Alice Canabrava, que delimita a fase formativa da história econômica brasileira com início em João Lúcio de Azevedo, com a publicação de *Épocas de Portugal econômico* (1928), que apesar de autor português, teve ampla circulação entre os autores brasileiros. Segue com Roberto Simonsen e o seu trabalho pioneiro *História econômica do Brasil* (1937); Caio Prado Júnior e a publicação de *Formação do Brasil contemporâneo – Colônia* (1942) e por último Celso Furtado com *Formação econômica do Brasil* (1959).

¹¹ A diferença entre a tese (FURTADO 1948) e os textos históricos do período cepalino do autor (FURTADO 1954, 1956, 1959) já foram aqui referenciados.

intérpretes do Brasil, como Gilberto Freyre e Roberto Simonsen, e com documentos e relatos de viajantes do Brasil colônia, análises fundamentais no debate da formação da sociedade e da economia brasileira. Há também uma determinada bibliografia de história econômica com atenção voltada à comparação entre as colônias da América como uma forma de especificação do funcionamento do modelo primário-exportador em distinção às outras colônias americanas.

Pretende-se então iniciar o debate através da delimitação do expansionismo português como base na inclusão da colônia brasileira na divisão internacional do trabalho e da produção, aquilo que Furtado delimitou como um caso pioneiro de especialização do capitalismo agrário por parte do mercantilismo europeu: a construção cepalino-furtadiana do modelo primário-exportador.

I – O modelo primário-exportador: a formação da colonização

O Brasil “nasceu” como a primeira colônia de exploração agrícola do capitalismo mercantil do mundo moderno, o que proporcionou uma primeira experiência de expansão do capitalismo produtivo em uma colônia fora da Europa¹². A constatação inicial de Furtado está presente em sua interpretação, que identificou na exploração colonial do Brasil a preponderância dos portugueses na etapa produtiva do capitalismo até então mercantil. A economia colonial brasileira significou a passagem de uma etapa essencialmente mercantilista para outra, produtiva, de exploração das terras da colônia não somente via extração. A exploração mercantil inicial de pau-brasil não permitiu estabelecer os vínculos necessários de dominação do território colonial. A possibilidade de prolongar na colônia brasileira experiências que o expansionismo português teve anteriormente nas ilhas do Atlântico com a produção açucareira permitiu o início da produção extensiva desta monocultura. Este papel acabou por inserir o Brasil na divisão internacional do trabalho e da produção. Na tese, Furtado assim afirmou:

Tem-se observado que a colonização portuguesa iniciada no Brasil com as donatarias representa a primeira experiência de fixação do homem europeu nos trópicos. As relações econômicas dos europeus com as terras tropicais e seus habitantes tinham sido, até então, de simples extração de riquezas – metais, produtos exóticos da terra, escravos. O instrumento desse sistema de

¹² Furtado em entrevista citada afirma: “Na verdade, era necessário pensar o Brasil num contexto maior. Como imaginar nosso país sem entendê-lo como uma projeção do que acontecia na Europa? Na época do Descobrimento, não havia Brasil; existia o continente constituído pelo Novo Mundo. Portanto, sempre me preocupei em compreender que lógica, que forças levaram à construção da primeira grande colônia agrícola em terras tão longe da Europa. Antes desse projeto português, não se pensava em colonizar, fomentar uma grande produção agrícola para exportação. Podia haver algo semelhante no Mediterrâneo, mas o espaço era muito menor.” (CAMARGO & LOYOLA 2002: p. 16).

relações econômicas era a feitoria. O português será o primeiro a empregar a criação de riqueza na terra. (FURTADO 2001[1948]: p. 91)

A expansão comercial dos portugueses pela África e Ásia não significou, para Furtado, uma colonização em si. Para se configurar colonização, tem de haver, além da dominação, a emigração, o que ocorreu apenas na América para o autor. O comércio de especiarias e tecidos realizou-se com a dominação militar, aliás, com o monopólio comercial de exploração do Estado monárquico pela burguesia comercial lusitana. O grau de emancipação de Portugal e a autonomia da burguesia comercial lusitana são elementos que apareceram na tese e em *Formação*, a partir da análise do historiador português António Sérgio. Interpretação importante na consideração do “grande feito português”.

A análise de António Sérgio foi fundamental na tese de Furtado (1948) ao apresentar a hipótese e a estrutura da pesquisa de doutorado de Furtado, indexadas no início do trabalho.

A ideia central discutida na primeira parte desta tese – a de que a burguesia comercial marítima portuguesa, precocemente desenvolvida, foi a força propulsora do movimento das Descobertas – apareceu como *hipótese de trabalho*, pela primeira vez, nas *Considerações histórico-pedagógicas* do ensaísta português António Sérgio, publicadas em 1915 (FURTADO 2001 [1948]: p. 14).

António Sérgio contribuiu na ideia furtadiana de estabelecer um sentido na ação de expansão econômica dos portugueses, de empresa agrícola e inserir esta empreitada num contexto de desenvolvimento do capitalismo europeu. O expansionismo português estava imerso num sistema capitalista mercantil, e para este mercado internacional a expansão portuguesa se direcionou. Furtado retomou António Sérgio em *Formação* logo no primeiro capítulo, a partir de uma análise que reafirmou a importância do expansionismo português para o desenvolvimento do capitalismo mercantil.

O desenvolvimento econômico de Portugal no século XV – a exploração da costa africana, a expansão agrícola nas ilhas do Atlântico e finalmente a abertura da rota marítima das Índias Orientais – constitui um fenômeno autônomo na expansão comercial europeia, em grande parte independente das vicissitudes crescentes criadas ao comércio do Mediterrâneo oriental pela penetração otomana. (...) O grande feito português, eliminando os intermediários árabes, antecipando-se à ameaça turca, quebrando o monopólio dos venezianos e baixando o preço dos produtos foi de fundamental importância para o subsequente desenvolvimento comercial da Europa. Sobre as causas do início da expansão marítima portuguesa veja-se o lúcido estudo de António Sérgio, *A Conquista de Ceuta, Ensaios*, tomo I, 2ª edição, Coimbra, 1949 (FURTADO 1980 [1959]: p. 5-6).

Há a ideia de primazia na expansão portuguesa, como um reino que não se manteve subjugado ao reino de Castela, sendo os interesses na expansão tanto da monarquia quanto da burguesia lusitana. O modelo primário-exportador de uso das terras coloniais foi um feito da burguesia lusitana e Furtado aponta que neste modelo de exploração econômica das terras coloniais estão as raízes do capitalismo agrário. Desta maneira Furtado conclui o capítulo I de *Formação*, que vale apontar, se chama “Da expansão comercial à empresa agrícola”.

Coube a Portugal a tarefa de encontrar uma forma de utilização econômica das terras americanas que não fosse a fácil extração de metais preciosos. Somente assim seria possível cobrir os gastos de defesa dessas terras. (...) De simples empresa espoliativa e extrativa – idêntica à que na mesma época estava sendo empreendida na costa da África e nas Índias Orientais – a América passa a constituir parte integrante da economia reprodutiva europeia, cuja técnica e capitais nela se aplicam para criar de forma permanente um fluxo de bens destinados ao mercado europeu. (...) É fato universalmente conhecido que aos portugueses coube a primazia nesse empreendimento. (FURTADO 1980 [1959]: p. 8)

O monopólio da economia do pau-brasil foi via o arrendamento das áreas de extração através do seu consórcio. O monopólio da Coroa estava já inicialmente ancorado em um sistema de privilégios com a classe comercial. A exploração colonial ficaria a cargo da iniciativa privada portuguesa sob controle e julgo da monarquia portuguesa, e esta característica persistiu na análise furtadiana por todo o período colonial.

Os trabalhos de abordagem histórica de Furtado apontados realizam a análise da economia colonial brasileira sempre em comparação com outras formas de colonização. A expansão econômica da colônia portuguesa na América somente ocorreu quando esta foi organizada enquanto uma colônia de produção, em distinção com a noção de colônia de povoamento. A colônia de produção começou com a produção açucareira, o que constituiu também o início da colonização.

O feito português é ressaltado quando o autor apresenta qual é a diferença da exploração colonial lusitana em relação aos outros países colonizadores, e a diferença está no modelo primário-exportador. Este modelo caracterizou a colônia de produção: importar mão-de-obra escrava, produzir em amplo território, voltando a produção para a demanda do sistema internacional através da monocultura de extensão, ou seja, criar um polo dinâmico no qual toda a energia mobilizada pela economia colonial estará concentrada neste setor de exportação.

A distinção entre as formas de colonização utilizada por Furtado está presente também nas interpretações de Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior. Segundo Oliveira (2001) há uma

influência constante nos autores do período do economista francês Pierre Leroy-Beaulieu. Experiências de produção agrícola na expansão portuguesa nas ilhas do Atlântico como Madeira e Cabo Verde não constituíram colônias de produção nem povoamento, para Furtado, devido às suas dimensões restritas e ausência de domínio. As colônias de produção dos séculos XVI e XVII¹³ foram tidas como exitosas diante das colônias de povoamento de emigração européia, como nas Antilhas e nas colônias inglesas do Norte¹⁴. As colônias espanholas não avançaram, segundo Furtado, na empresa agrícola como a produção açucareira. A produção açucareira garantiu que Portugal pudesse manter domínio sobre as terras da colônia brasileira, e o modelo primário-exportador constituiu especialização produtiva exitosa do capitalismo. Oliveira assim afirma sobre a diferença entre colônia de produção e a de povoamento:

Há uma comparação com as colônias do Norte da América, trabalhando a diferença entre as chamadas “colônias de povoamento” (...) e as “colônias de produção” (...); essa distinção é de Paul Leroy-Beaulieu, um autor francês citado na tese de doutoramento de Furtado, presente também entre as citações de Gilberto Freyre em *Casa-grande & senzala* e de Caio Prado Jr. em *Formação do Brasil contemporâneo*, o que, de certa forma, unifica o tratamento que dão ao moderno fenômeno colonial. Há uma diferença notável: as colônias de produção ou de exploração são exitosas, e o êxito funda uma estrutura de produção escravista, muito concentrada em termos da propriedade da terra e das rendas produzidas. Esse êxito será, contraditoriamente, um dos maiores obstáculos futuros. Ao contrário, a colônia de povoamento, de que os Estados Unidos e o Canadá, assim como a Austrália e a Nova Zelândia, são exemplares, é um rotundo fracasso comercial (OLIVEIRA 2001: p. 321-322).

A economia colonial enquanto especialização produtiva do capitalismo foi decisão de elites mercantis lusitanas e flamencas, e, segundo Furtado, a implantação da produção açucareira foi elemento formador da economia brasileira, espaço constitutivo de instituições coloniais e relações de sociabilidade. O historiador Henri Pirenne contribuiu na tese de doutorado de Furtado com o argumento de que determinados períodos da história social do capitalismo relacionam-se com a formação de novas elites dirigentes. E a empresa colonial

¹³ Os latifúndios escravistas constituíram êxito nas colônias portuguesas e, também, nas colônias inglesas do hemisfério Norte. Furtado afirmou em *Formação*: “Na Virgínia, onde as terras não estavam todas divididas em mãos de pequenos produtores, a formação de grandes unidades agrícolas se desenvolveu mais rapidamente. (...) As colônias de povoamento destas regiões, com efeito resultaram ser simples estações experimentais para a produção de artigos de potencialidade econômica ainda incerta. Superada essa etapa de incerteza, as inversões maciças exigidas pelas grandes plantações escravistas demonstram ser negócio muito vantajoso” (FURTADO 1980 [1959]: p. 24).

¹⁴ Ao apontar as principais linhas de argumentação utilizadas em *Formação*, Bielschowsky afirma: “Uma delas (linha de argumentação) consiste num feliz artifício de confronto do subdesenvolvimento brasileiro com o desenvolvimento norte-americano, a que o autor é levado por sua preocupação em esclarecer os determinantes históricos da formação de distintas estruturas econômicas na “periferia do capitalismo europeu” (BIELSCHOWSKY 1989: p. 42)”.

contribuiu na formação da elite agrária preponderante sobre a economia colonial, que perpetuou desde o expansionismo português o sentimento de dominação sobre as terras coloniais.

O importante foi apontar a análise histórica de Furtado que inseriu a economia colonial em um sistema do capitalismo internacional, de uma economia do Atlântico. As raízes da economia colonial estão inseridas na análise do papel do expansionismo português, mas que fundou uma estrutura colonial com características que por mais dependentes que sejam possuem lógicas próprias de funcionamento. O “grande feito” português inaugurou formas características do capitalismo agrário, com escravidão moderna e exploração por iniciativa privada sob domínio de um Estado-Nação.

O que o autor chamou de primazia portuguesa submeteu a análise da economia brasileira à determinada distinção, pois o modelo primário-exportador se tratou de uma diferenciação estrutural do capitalismo, uma especialização. E por isso necessita de compreensão desta caracterização do sistema econômico colonial, pois fundou toda a estrutura de sociabilidade e de raízes da formação social, econômica e política. A experiência da economia açucareira do Nordeste foi o esboço da natureza do dual-estruturalismo colonial e é o problema agora desta análise.

Oliveira aponta que na interpretação contida em *Formação* (1959) há uma relação fundamental entre escravidão e o modelo de agricultura tropical na colônia brasileira:

A segunda parte (*de Formação, 1959*), que se desenvolve em cinco capítulos, já é uma redefinição das fases da economia e uma “interpretação”, tratando os séculos XVI e XVII como uma “economia escravista de agricultura tropical”. Representa um esforço além, posto que aqui o centro dinâmico já é a produção de açúcar, e não mais o extrativismo; o elemento redefinidor em relação à historiografia brasileira clássica é a conjunção entre “escravismo e agricultura tropical”, cujos termos não estavam ausentes da produção anterior, mas cuja conjunção renova e redefine o sentido da exploração e do ciclo açucareiro. A interpretação beneficia-se claramente do aporte keynesiano, já referido, ao estudar a capitalização e nível de renda na região açucareira, capítulo VIII, e os fluxos de renda e crescimento, no capítulo IX. Furtado avança além de seus predecessores na história econômica da colônia e da nação, ao conceder especial atenção ao que chamará “complexo econômico nordestino” (OLIVEIRA 2001 com grifos nossos: p. 323).

A especificidade do modelo brasileiro estava na diferenciação do funcionamento das economias coloniais em relação às economias industriais, no que corresponde principalmente à formação do capital e à direção das rendas e das inversões nos países coloniais. A situação de dependência, segundo Furtado, formou uma economia de enclave que nunca conseguiria transformar sua estrutura diante da ausência daquilo que Furtado chamou *impulso de*

crecimento. O núcleo central da economia colonial, o setor exportador enquanto parte dinâmica deste sistema existia sem criar veias de comunicação e relações econômicas com uma imensidão, a economia de subsistência. Um setor dinâmico e um setor atrasado, com relações sem vitalidade econômica, cujo fluxo de capital do principal setor da colônia estabelecia relações somente com a economia metropolitana.

Furtado, desde 1954, já afirmava que todo o fluxo de capital da colônia resumia-se à relação entre a economia colonial e a da metrópole como um “simples cálculo de relações contábeis”, resultado das relações entre as fazendas e os entrepostos comerciais. O setor exportador, essencialmente monocultor, era dependente somente da demanda internacional, o que conferiu a lógica da condição de esgotamento a todo sistema (ciclo) colonial. A monocultura como base do modelo primário-exportador não formava um sistema nacional (no sentido de List), já que todo o fluxo de capitais limitava-se somente ao setor moderno da colônia em contrapartida a imensidão pré-capitalista. Compreende-se que analisar o complexo nordestino define o primeiro dual-estruturalismo, base da economia colonial dependente.

A economia açucareira não surgiu do aproveitamento dos fatores já disponíveis nas terras coloniais, já que para Furtado a economia estacionária dos nativos não oferecia bens disponíveis para exportação. Capital, mão-de-obra escrava e técnica foram empregadas na colônia, e constituiu o meio de produção da grande lavoura, formando a colônia de produção. Estes elementos enviados à colônia e a forma como foram utilizados formaram as características próprias da economia e da sociedade colonial na análise furtadiana e dos intérpretes (como Roberto Simonsen e Caio Prado Júnior.). Há uma ideia presente em *A economia brasileira* (1954) de que a colônia reproduziu o padrão cultural da economia metropolitana, enquanto um “braço estendido” das economias centrais, cuja estrutura submeteu-se às necessidades do capitalismo europeu.

A inexistência de recursos humanos em quantidade suficiente para serem economicamente aproveitados exige a exportação, para a região a ser colonizada, de força de trabalho, além da de capital e técnica. Dessa forma a colônia tenderá a ser um prolongamento da economia metropolitana, cujos padrões culturais conservará (FURTADO 1954: p. 51).

Em *Formação* esta ideia de prolongamento da economia metropolitana tomou outra expressão, diferente desta citada acima em 1954, através da nova consideração de que as economias subdesenvolvidas são economias reflexas, porque suas estruturas foram criadas e direcionadas para o mercado externo. A especialização do setor exportador na forma da produção açucareira inicia a delimitação de uma economia que além de reflexa é de enclave. Há uma energia proveniente da demanda internacional e que expandiu a produção do setor

exportador, ao mesmo tempo em que o ciclo tem seu esgotamento diante da inelasticidade da demanda internacional, que atinge um teto de crescimento. Ressalta-se que existem elementos da estrutura produtiva açucareira que persistiram nos sistemas econômicos posteriores da colônia.

A forma de expansão em Furtado foi a utilização de terra e clima enquanto os únicos capitais disponíveis na colônia. A mão-de-obra escrava foi exportada para a colônia, assim como o capital e a técnica. Para iniciar a produção colonial, necessitava-se de vultuosas inversões, o que em pequenas produções, para o autor, não garantiria a prosperidade do empreendimento colonial. A escravidão e o latifúndio apareceram como preponderantes na formação das estruturas econômicas e sociais.

As relações de sociabilidade, as instituições, a expansão e o crescimento econômico colonial, na interpretação furtadiana, são resultados da formação colonial calcadas no conjunto latifúndio, escravidão e exportação. O uso destes fatores na empresa agrícola tem justificativa econômica na *teoria do subdesenvolvimento* a partir da delimitação de um polo dinâmico, aquele definido pela ideia de modelo primário-exportador.

Desde a obra *A economia brasileira* (1954) até *Formação* (1959), Furtado se preocupou com a natureza diferente da formação do capital nas economias coloniais e nas economias desenvolvidas. A partir da análise do como se formava o capital na economia colonial foi que Furtado buscou compreender a necessidade do uso do latifúndio e da escravidão na expansão do setor exportador. Furtado afirmou em *Formação*:

O que mais singulariza a economia escravista é, seguramente, a forma como nela opera o processo de formação de capital. O empresário açucareiro teve, no Brasil, desde o começo, que operar em escala relativamente grande. As condições do meio não permitiam pensar em pequenos engenhos, como o fora o caso nas ilhas do Atlântico (FURTADO 1980 [1959]: p. 47).

O que favoreceu a grande plantação foram as condições climáticas e a colonização dirigida pelo governo português com fins políticos. A grande propriedade com monocultura foi a saída para a colonização poder ficar a cargo da iniciativa privada. A terra era concedida àqueles que tivessem condições de explorar o território, e recebiam grandes extensões de terra. A empresa nos trópicos tinha de produzir uma mercadoria de elevado lucro, como o açúcar, o que necessitava de grandes propriedades voltadas à monocultura. “A monocultura é, certamente, a característica principal do sistema econômico dito ‘colonial’” (FURTADO 1948 [2001]: p. 121). A monocultura e a grande propriedade tropical eram para Furtado fatos correlatos que derivam da própria causa, que foi a produção de excedentes para o mercado europeu, e, portanto, as bases do modelo primário-exportador.

Aqui se atenta para a justificativa furtadiana de que o êxito do modelo primário-exportador estava exatamente na sua proporção: com extensa produção agrícola, de ampla necessidade de mão-de-obra escrava em trabalho intensivo nos latifúndios. Furtado em *A economia brasileira* (1954) afirma sobre a “necessidade” das grandes inversões na agricultura tropical e na quantidade de escravos, de forma que a empresa seja rendosa.

O regime do trabalho escravo, na primeira etapa da colonização brasileira, surge como uma necessidade iniludível, determinada pela escassez de mão-de-obra na região e pela natureza da agricultura tropical em exploração. Essa agricultura não podia ser organizada em unidades familiares, o que seria a única solução alternativa para o trabalho escravo. A unidade produtora-açucareira compreendia instalações que representavam vultuosas inversões iniciais, e a capacidade de produção dessas instalações implicava na dependência de grandes plantações (FURTADO 1954: p. 88).

Há uma relação intrínseca entre a interpretação furtadiana e a análise de Caio Prado Júnior. em *Formação contemporânea do Brasil* (1948) quanto à necessidade do empresário de realizar grandes inversões, já que as pequenas propriedades não cabiam na agricultura tropical. Ambos apontam que a tríade latifúndio, escravidão e monocultura compôs a natureza do empreendimento agrícola colonial, o setor dinâmico. Assim Caio Prado Júnior afirmou em *Formação*:

Na agricultura, o elemento fundamental será a grande propriedade monocultural trabalhada por escravos. Este tipo de organização agrária, que corresponde à exploração agrícola em larga escala, em oposição à pequena exploração do tipo camponês, não resulta de uma simples escolha, alternativa eleita entre outras que se apresentavam à colonização. (...) A grande exploração agrária- o engenho, a *fazenda* – é consequência natural e necessária de tal conjunto; resulta de todas aquelas circunstâncias que concorrem para a ocupação e aproveitamento deste território que havia de ser o Brasil (...). São estes, em última análise, os fatores que vão determinar a estrutura agrária do Brasil colônia. Os três caracteres apontados: a grande propriedade, monocultura, trabalho escravo, são formas que se combinam e completam; e derivam diretamente e com consequência necessária daqueles fatores. Aliás, em todas as colônias em que concorrem, não só no Brasil, tais caracteres reaparecem (PRADO JÚNIOR 2000 [1948]: p. 118).

Daí ser fundamental discutir estes três elementos, como conformadores da formação da sociedade e da economia pela via do rural, o que desde Capistrano de Abreu, Prado Júnior e Simonsen já foi esboçado por estes autores (CEPÊDA 1998, 2004; OLIVEIRA 2001, SZMRECSÁNYI 2004). O setor dinâmico do rural no modelo primário-exportador, delimitado por Furtado, requalificou o rural em vista da designação do que seria moderno neste modelo, que teve por base a mão-de-obra escrava e o latifúndio controlado pelo patriarcado (a inovação analítica de Furtado cf. Oliveira apontou acima na relação *agricultura*

tropical e escravidão). Furtado apontou o que constitui o dinamismo na formação do capital e direção das rendas do setor moderno de exportação do sistema colonial utilizando categorias distintas da acumulação primitiva do capitalismo agrário europeu. A escravidão, que foi o monopólio mais rentável da Coroa, somente poderia ser empregada, segundo Furtado, em atividades altamente lucrativas de grande porte, elemento fundamental do modelo primário-exportador (junto ao latifúndio e a monocultura), distinto do trabalho livre ou servil do capitalismo europeu.

A mão-de-obra foi um dos principais problemas para a produção na colônia, e a escravidão africana, para o autor, permitiu uma produção mais eficiente e densamente capitalizada. “A escravidão demonstrou ser, desde o primeiro momento, uma condição de sobrevivência para o colono europeu na nova terra” (FURTADO 1980 [1959]: p. 41). As relações verificadas no processo de colonização no Brasil foram explicadas por Furtado a partir de suas raízes políticas e econômicas no expansionismo português e assim também ocorreu com a escravidão. À deficiência da força de trabalho por parte dos portugueses foi somado o estágio inferior de cultura das populações ameríndias, no caso do Brasil. Furtado afasta-se de determinismos raciais em sua análise, segundo Vieira (2007), apresentando desde o seu primeiro texto um tratamento econômico da questão racial¹⁵. Assim Furtado na tese (1948) refere-se à possibilidade de utilização da força de trabalho das sociedades nativas na empresa agrícola colonial:

O homem da terra, pelo seu estágio inferior de cultura, não estava, porém, preparado para a disciplina do trabalho sistemático e rotineiro. Quando não puderam suprir essa deficiência com toda sorte de engodos, os portugueses apelaram para a força. E com o trabalho forçado generaliza-se a escravidão, já anteriormente praticada com a exportação de índios para a Europa. (FURTADO 2001 [1948] p. 73)

O fato não é a determinação da raça, mas seu nível de cultura inferior. Este elemento foi transportado para as relações entre senhor-de-engenho e escravos. Furtado apontou na tese que o poder do senhor-de-terra era fortalecido quanto maior fosse a degradação social do escravo. A partir das relações econômicas obtidas na colônia se organizaram as relações sociais, pois, para Furtado, a base social da colônia estava nas unidades de produção, nos engenhos (FURTADO 2001 [1948], p. 100-101). Todos estavam sobre a tutela econômica e

¹⁵ Rosa M. Vieira afirmou: “E isso porque o Brasil, nos anos 30, ao iniciar o lento e contraditório trânsito para a modernidade capitalista, instigou sua *intelligentsia* a tratar a questão nacional de modo a superar as abordagens raciais e deterministas dominantes no pensamento brasileiro desde o final do século XIX. As elites intelectuais confrontaram-se com a necessidade de atualizar as bases teóricas da discussão da problemática nacional, já que as doutrinas deterministas – alicerces intelectuais dos debates nas décadas precedentes – revelaram-se insuficientes ante as novas exigências ideológicas dos movimentos da história, que recolocavam a acumulação do capital em bases urbano-industriais (VIEIRA 2007: p. 15)”.

social do senhor-de-engenho, principalmente pela ausência da ação estatal. A determinação das relações sociais a partir das relações estruturadas no modelo primário-exportador apareceu na tese de Furtado por influência dos intérpretes Caio Prado Júnior e Gilberto Freyre. Furtado cita o seguinte trecho de *Formação do Brasil contemporâneo* de Prado Júnior:

Constituído assim numa sólida base econômica, e centralizando a vida social da Colônia, o grande domínio adquirirá aos poucos os demais caracteres que o definirão. De simples unidade produtiva torna-se, desde logo, célula orgânica da sociedade colonial; mais um passo e será o berço do nosso clã, da grande família patriarcal brasileira. Processo que não vem de chofre, que se desenvolverá aos poucos, mercê das condições peculiares em que o numeroso grupo humano que habita o domínio passa a existência nesta comunhão forçada e estritamente circunscrita a seus limites. (PRADO JÚNIOR 2000 [1942]: p. 286)

No pensamento de Furtado, apresenta-se também a circulação das ideias de Gilberto Freyre quanto ao processo de formação do patriarcado e das relações sociais em torno dos grandes proprietários de terra. Furtado, em entrevista concedida à Vieira, afirma sobre a influência importante de Gilberto Freyre, que é apontada por cientistas sociais (OLIVEIRA 2001, RICUPERO 2006) e está presente desde o primeiro trabalho de Furtado (1948 [2001]). Furtado apresenta na sua tese (2001 [1948]), em seção intitulada “Preconceitos a superar”, a seguinte afirmação:

A economia açucareira, ponto de partida da colonização do Brasil, será igualmente o elemento fundamental da modelagem da sociedade brasileira. Num país colonial, mais que em qualquer outra parte, o conhecimento da sociedade pressupõe a análise de sua base econômica. No Brasil esse estudo foi, até pouco tempo, dificultado por uma série de fatores, o menor dos quais não tendo sido os preconceitos e tabus relativos às coisas da escravidão e à participação da raça negra na formação da sociedade nacional. (...) Tais preconceitos, felizmente, estão sendo superados. Nos últimos anos somente é que se vem realizando um trabalho de real valor científico no campo da antropologia social, da sociologia genética e da história econômica. Esses trabalhos, contudo, ainda são fragmentários e nem sempre estão feitos com o necessário rigor. Na história econômica, particularmente, quase tudo está por ser feito (FURTADO 2001 [1948]: p. 107).

O patriarcalismo foi assim delineado por Furtado (2001 [1948], p. 130-136): é o cruzamento da grande propriedade territorial, imposta pelas condições de vida dos trópicos, com regime de iniciativa privada, que, diante da “dura tarefa”, foram-lhe concedidas vantagens de mando e de posse. A centralização era imposta pela natureza tropical, o que garantia o domínio das terras e dos homens. Assim, a divisão do trabalho na unidade de produção acabou por condicionar a evolução do grupo social.

Das relações que marcaram a dominação de uma raça sobre outra na forma de escravidão, o estigma da raça foi a marca da própria decadência da escravidão. Para o autor,

relações raciais se desenvolveram no entorno da casa-grande, o que possibilitaram uma relação mais próxima entre o branco e o negro, principalmente com o uso da força de trabalho escrava nos serviços domésticos. Este foi o processo de aristocratização do senhor latifundiário, que abandonou aos poucos a mentalidade de feitor de escravos e se aristocratizou. E nesse ínterim o autor lembra que o mestiço foi o que melhor se adaptou ao meio, além de cobrir “o hiato profundo existente então entre senhores brancos e escravos negros” (FURTADO 2001 [1948]: p. 137).

Cabe estudo aprofundado sobre o papel das interpretações raciais nas análises de história econômica da formação da sociedade brasileira, o que não compete a esta análise. Mas é evidente a necessidade de realizar uma ressalva no tocante a questão racial no pensamento de Furtado, por ser ponto central no processo de formação e dominação política e social das oligarquias latifundiárias. Primeiro, apontar que as culturas nativas como econômica e culturalmente inferiores é uma noção facilmente contestada pelas análises da antropologia política em Pierre Clastres. Este autor, citando Marshal Sahlins, apontou a necessidade de repor a caracterização das economias nativas enquanto economias de escassez, já que as economias nativas constituíam economias da abundância, pois a escassez era desconhecida entre os nativos.

No que concerne à questão do negro na sociedade colonial há uma literatura recente de análise, que diante da complexidade e relevância do tema, não pode ser brevemente tratada. Aponta-se que em nenhum momento Furtado analisou as formas de dominação dos escravos africanos. Compreende-se que Furtado não analisou a questão racial, por mais que esta seja fundamental na interpretação da formação econômica, social e política do Brasil. Retomamos a preponderância da interpretação econômica, cuja escravidão – entendida em Furtado como força de trabalho – associada ao latifúndio e à monocultura formaram os elementos da expansão do setor dinâmico exportador.

Esta delimitação do setor exportador tomou um lugar na análise cepalino-furtadiana do que foi então o moderno no processo de constituição das economias subdesenvolvidas, ou seja, o Brasil. Elementos pertinentes das economias coloniais, todos distintos das economias centrais. Escravidão e latifúndios dominados por um patriarcado colonial, portanto a vitalidade econômica era uma exclusividade do setor de exportação. Esses elementos que formaram a noção de uma economia e sociedade híbrida (FERNANDES 2006 [1975]), cujo setor exportador para fora conecta-se ao sistema capitalista europeu, mas para dentro forma uma estrutura colonial marcada pelo dualismo colonial, que não mistura nem confere vitalidade ao conjunto do sistema colonial (setor dinâmico e setor de subsistência). Após

apontar a constituição do setor exportador em Furtado, trata-se agora da relação entre os setores no dual estruturalismo.

II – O dual-estruturalismo colonial: o setor dinâmico exportador e a vastidão pré-capitalista

Bielschowsky selecionou os procedimentos metodológicos utilizados na interpretação de Furtado em *A economia brasileira* e em *Formação*, a partir do qual o autor caracterizou no que consiste o modelo do subdesenvolvimento:

A comparação entre as histórias das economias norte-americanas e brasileira constitui um artifício expositivo habilmente empregado pelo autor para reforçar a caracterização da formação da estrutura econômica subdesenvolvida no Brasil. Mas a caracterização repousa, essencialmente, sobre os dois outros procedimentos metodológicos a que nos referimos, ou seja, a descrição dos determinantes da expansão e contração da renda monetária a partir dos setores exportadores do país e, intimamente associada, a identificação da formação do seu setor de subsistência (BIELSCHOWSKY 1989: p. 44).

A economia colonial brasileira apresentou uma ausência que prejudicou um desenvolvimento industrial anterior: o impulso de crescimento. A ausência de impulso acompanhou a interpretação furtadiana e teve como justificativa a falta de mercado interno e o fato de a mão-de-obra ser escrava, o que acabava por concentrar toda a renda nas mãos dos senhores-de-engenho, não distribuindo para os demais fatores de produção. As economias exportadoras dos países coloniais só se expandiam de acordo com o aumento do consumo no mercado internacional, o que sempre atingia um limite de crescimento para tais produtos primários.

A incapacidade da economia exportadora de crescer para além dos limites do mercado internacional acabava por não transformar a economia estacionária, que era o setor de subsistência. Este setor, para Furtado, praticamente não gerava “renda significativa” dentro da colônia, mas contribuiu ao ocupar uma vastidão do território e formar uma grande soma da população no período colonial.

A não inversão de capitais na própria economia colonial e a fuga de todo o capital produzido na colônia para a metrópole formou a economia subdesenvolvida de enclave. A renda gerada na colônia não era reinvertida para a coletividade na forma de salários, pois a mão-de-obra do engenho era escrava e a economia de subsistência nada absorvia do setor exportador. O primeiro movimento presente na constituição furtadiana do modelo primário-exportador foi a definição de um setor de subsistência que não é tocado pela renda do setor

dinâmico, o exportador. O primeiro movimento trata-se da expansão do setor exportador. Com isso, toda energia possível para a expansão produtiva e capitalização das terras do setor de subsistência foi solapada em oposição à expansão dos latifúndios. Como o ciclo atingia sempre determinado teto no crescimento diante da demanda internacional, sendo esta uma característica das economias coloniais dependentes, o dual-estruturalismo furtadiano criou um segundo movimento a partir da noção da ausência de impulso de crescimento: quando o setor exportador perde dinamismo com a queda da expansão da demanda internacional, esse setor *regride* à condição de subsistência.

O primeiro movimento define a expansão do modelo primário-exportador a partir de um ciclo, que, pela condição de economia reflexa e de enclave, retorna à condição de subsistência. O setor de subsistência distante dos impactos da grande lavoura no primeiro momento, representado pela diacronia entre os setores, transformava o setor exportador em setor de subsistência a cada esgotamento dos ciclos. A formação subdesenvolvida expressa pelo dual-estruturalismo impedia o impulso de crescimento, já que os ciclos são datados. Este processo de diferenciação não foi apontado pela bibliografia de análise do pensamento furtadiano enquanto dois momentos do ciclo vicioso do subdesenvolvimento.

O modelo primário-exportador define a subsistência como pré-capitalista e destituída de relação com o setor exportador da grande lavoura até que o fim do ciclo faz com que o setor exportador retorne à condição de pré-capitalista. O setor exportador como “ilhas de excelência” diante de um “mar de nada” da economia pré-capitalista definiu um setor moderno que na definição do dual-estruturalismo pode retornar ao pré-capitalista, antítese do moderno. Deseja-se apontar como Furtado definiu os dois momentos.

A decisão dos empresários agrícolas sobre a renda criada no setor exportador foi um mecanismo fundamental utilizado por Furtado para explicar o como a economia subdesenvolvida perdia o seu impulso de crescimento. Os empresários em uma economia industrial tinham um leque de possibilidades muito maior para reinvestir seus capitais em outros setores da economia, segundo Furtado, criando diferenciação estrutural. Quanto às inversões do empresário colonial, Furtado afirma em *A economia brasileira*:

O empresário colonial tem um campo de ação muito mais limitado. Devendo inverter no setor exportador, ele terá que escolher entre alguns produtos primários. Quase sem exceção, essa procura é pouco elástica em função dos aumentos de renda nos países importadores. Podem aumentar bastante os gastos dos consumidores norte-americanos sem que a procura do açúcar e de banana apresente alterações sensíveis. Em condições como essas, compreende-se que o empresário colonial recorra ao mercado de capital da metrópole para aplicar seus lucros. Dessa forma, a economia colonial perde todo impulso de crescimento (FURTADO 1954: p. 62).

O fluxo de renda entre a colônia e a metrópole significava somente uma relação entre os engenhos e os comerciantes europeus, fator que tornou impossível a formação de capital dentro da colônia, já que a economia de subsistência não era transformada, não criava espaço para as inversões. A concentração de lucros por parte dos empresários fazia com que o fluxo de renda entre a unidade produtiva e o exterior se transformasse, para Furtado, num “simples cálculo de operações contábeis”. Todo o capital movimentado entre a colônia e a metrópole se concentrava na relação entre a grande propriedade escravocrata e os intermediadores do comércio, através da exportação dos poucos bens coloniais e da importação para o consumo das grandes propriedades. A renda produzida no território não era incorporada à renda interna da colônia. Em momentos de ampliação da demanda externa, que aumentava a capacidade produtiva, isso não significava um aumento da renda monetária da coletividade.

(...) numa economia colonial, o processo de formação de capital não se comporta como uma peça integrante do sistema econômico. Os estímulos que induzem os empresários a inverter não refletem as flutuações e perspectivas do nível de gastos realizados dentro da economia. É neste sentido que a economia colonial não constitui, propriamente falando, um “sistema econômico” e sim parte dependente de um sistema. Mas, como não existe mobilidade total de fatores entre a colônia e a metrópole, seria impróprio considerar a economia colonial para todos os efeitos parte integrante da metropolitana. Para que cresça aquela, de maneira geral é necessário que cresça esta última. Entretanto, a recíproca não é verdadeira (FURTADO 1954: p. 63).

As economias centrais dependiam dos produtos coloniais para o seu crescimento, e os empresários das economias coloniais dependiam dos importados do exterior. A coletividade que não absorvia renda acabava por não criar mercado consumidor, o que desestimulava a formação de mercado interno. A expansão ou retração da grande lavoura alterava somente a renda dos empresários na economia colonial. Aqui está uma diferença importante da economia colonial para as economias centrais, pois o aumento da capacidade de produção nas economias industriais representa aumento da renda de toda a coletividade.

Para Furtado, todos os gastos dos empresários na colônia com os fatores de produção, aqueles gastos que interferem na coletividade, representavam gastos fixos. As inversões dentro da colônia resumiam-se à compra de equipamentos e de mão-de-obra escrava. Então a formação de capital foi incapacitada por dois motivos: pelo *a.* sistema escravista e pelas *b.* áreas de subsistência. O modelo primário-exportador conferiu um lugar ao setor de exportação e às suas estruturas (escravidão, monocultura e latifúndio), mas também destinou papel para o setor de subsistência na composição do dual estruturalismo. Os fatores para a não transformação do conjunto do sistema colonial, o impedimento ao impulso de crescimento foi

explicado por Furtado através dos elementos de funcionamento do modelo primário-exportador como:

a. O problema da mão-de-obra escrava constituir um gasto fixo contribuiu para os empresários coloniais, uma vez que nos momentos de expansão do setor exportador, necessitavam expandir somente a produção sobre novas terras e realizar a reposição de mão-de-obra e equipamentos. O sistema escravista constituiu importante papel na concentração da riqueza e na não transformação da economia colonial em um sistema, sendo que a formação de capital era direcionada somente para os empresários, não criando diferenciação estrutural, impedindo a distribuição da renda entre o fator trabalho (escravidão) ¹⁶. Desta maneira, reforça-se a necessidade de criar um mercado interno a partir do aumento da renda da coletividade, o que não ocorreu no modelo primário-exportador.

b. Outro fator para a preservação das atividades de exportação foi a existência da economia de subsistência (BIELSCHOWSKY 2004 [1988]: p. 44). Um setor exportador e um setor de subsistência, estruturas que foram fundamentais na interpretação de Furtado tanto na chave da história econômica colonial como no entendimento dos desequilíbrios regionais presentes no seu *projeto* nacional-desenvolvimentista da década de 1950. Esta diferenciação na estrutura econômica da colônia produziu um dos principais argumentos presentes na análise de Furtado que foi a heterogeneidade estrutural da economia brasileira. Caracteriza-se este primeiro dualismo na estrutura colonial para observar, posteriormente, qual a metamorfose que o dualismo sofreu no projeto furtadiano.

As fazendas de exportação agiam de acordo com a demanda internacional, então as crises na expansão desta demanda atrofiavam o setor exportador, o que acabava por deslocar uma determinada população dependente dos latifúndios para as áreas de subsistência. A economia de subsistência compôs o quadro de formação das estruturas subdesenvolvidas por significar o setor de não realização do capital, foi a área de estagnação, que recebeu a população desocupada. A economia de subsistência, que não compunha os setores-chave da economia colonial, passou a ocupar um lugar estratégico no seu pensamento. Rosa M. Vieira afirmou a respeito do lugar do setor de subsistência na interpretação do autor:

¹⁶ Furtado afirmou sobre a força de trabalho escravo: “A força de trabalho escravo pode ser comparada com as instalações de uma fábrica: a inversão consiste na compra do escravo que na verdade é uma máquina de fins múltiplos. Esteja ele trabalhando ou não, os gastos de manutenção terão que ser dispendidos. (...) No regime escravo a mão-de-obra se assemelha ao capital real; exige uma inversão inicial e sua remuneração vem a ser um gasto fixo. (...) O processo de formação de capital, conforme vimos, se traduzia em gastos realizados no exterior e em utilização interna da força de trabalho a remuneração fixa” (FURTADO 1954: p. 74-75).

Mas, o que entendia Furtado por economia colonial? Desvinculado de toda e qualquer referência ao estreitamento político, o conceito identifica, especificamente, um sistema econômico carente de dinamismo interno (...) e completamente subordinado à dinâmica dos mercados internacionais. (...) Isso permite entender por que Furtado, preocupado em distinguir as raízes do subdesenvolvimento no país, reserva em suas análises um lugar estratégico à economia de subsistência e destaca, enfaticamente, os fatores de estagnação dos diversos sistemas econômicos que se sucederam ao longo da história do Brasil como impedimentos estruturais à constituição de um mercado interno e obstáculos à distribuição de renda no país (VIEIRA 2007: p. 57).

A economia estacionária praticada pelos grupos desocupados, de fora do latifúndio, a massa de mão-de-obra subutilizada, não criava nem absorvia capitais. Primeiro apontado como economia estacionária na tese, foi uma expressão que nos trabalhos seguintes foi substituída pelo setor de subsistência. No setor de subsistência residiu um elemento característico das economias coloniais, e que permaneceu como questão no processo de modernização urbano-industrial, que foi a reserva de mão-de-obra criada no setor de subsistência.

Afirma Furtado (1954, 1957, 1980 [1959], 1959, 1961) que o maior papel do setor de subsistência foi ser reservatório de mão-de-obra para os momentos em que as exportações atingissem seu limite ou sofressem crises. A população que trabalhava nas terras de um latifundiário, ocupada com o trabalho livre existente, em épocas de crise, migrava para as áreas de subsistência sem serem absorvidas produtivamente. A economia de subsistência ocupou um lugar limitado na literatura sobre o pensamento furtadiano, e é o que se deseja aqui atentar, como estrutura também fundamental no funcionamento da economia colonial, possibilitando assim perceber, posteriormente neste trabalho, como se desloca esta ideia de subsistência no projeto desenvolvimentista de Furtado sobre a conjuntura da década de 1950.

O principal setor da economia colonial era a grande propriedade, mas, o latifúndio açucareiro, além de não conseguir criar um mercado interno, também não permitiu que a renda gerada na economia açucareira transformasse a economia de subsistência. Ou seja, a economia mais rentável do período colonial não conseguia recriar uma economia interna, não possibilitava inversões internas. A concentração da renda nas mãos dos empresários fez da economia de subsistência um setor que não criava renda monetária “considerável”. Carlos Mallorquin apontou que, apesar da economia de subsistência ser um desmembramento da economia de exportação, não havia um vínculo entre os dois setores.

A partir de uma ótica interna, a unidade produtiva colonial simplesmente coexistia com outras no mesmo território, mas independentemente delas, com mínimas inter-relações com o resto da economia. (...) Derruba-se a unidade produtiva, restringe-se a economia monetária existente e finalmente

a unidade produtiva se desagrega e é absorvida pela economia de subsistência. (...) E a mão-de-obra, que antes tinha sido utilizada para as atividades de exportação, passava a ser utilizada em atividades de caráter local, com um ínfimo nível produtivo em relação às atividades de exportação.

(...) Em síntese: a ausência de articulação entre a unidade produtiva escravista e o resto da economia explica-se pela limitada demanda interna monetária e pelos gastos que a classe proprietária realizava no exterior (MALLORQUIN 2005: p. 92-93).

A desagregação dos fatores da economia de exportação, em todos os ciclos até a brecha histórica a partir da economia cafeeira, transformava estas áreas em subsistência. O setor moderno no fim do ciclo era reconstituído na soma da vastidão pré-capitalista. As áreas de subsistência, nunca transformadas pela grande lavoura, se tornam sincrônicas com o setor exportador que, então, se desfragmentou. A economia açucareira em crise criou áreas de subsistência, assim como a economia mineira e a economia do café. A economia nordestina do século XX apresentava também esta economia de subsistência, mas que resistia diante da força das oligarquias nordestinas, além de não serem incorporadas pelo projeto nacional-desenvolvimentista.

O mecanismo furtadiano de canalizar para o setor de subsistência a absorção da maioria da população “às margens” da grande lavoura, em áreas não aproveitáveis economicamente, acabava por garantir metodologicamente, para Furtado, um lugar para a população que buscou acesso a alimentos de forma independente das fazendas, ou seja, realizando a economia de subsistência. Oliveira aponta a respeito:

Importante nessa parte é a formação de uma extensa área de subsistência, que Furtado faz derivar da regressão econômica do ouro, assentando as bases do que será a economia do *hinterland* mineiro e do centro-oeste. Furtado segue, nesse passo, sugestões de Caio Prado Jr. em sua obra de referência [*Formação do Brasil Contemporâneo*, 1943]. Percebe-se como, nesta construção, estão, historicamente, assentadas as bases para a interpretação teórica do dualismo cepalino, que já é, em *Formação*, uma típica construção de Furtado e que marcará notavelmente a produção teórica nas ciências sociais no Brasil, influenciando também poderosamente sobre as perspectivas políticas que se derivam do dualismo (OLIVEIRA 2001: p. 325).

Cabe ressaltar que aspectos econômicos de aplicação metodológica universal sempre foram criticados por Furtado, mas este mecanismo esteve sempre presente. Há um argumento comum quanto à criação das áreas de subsistência o qual estabelece o segundo movimento já apontado a partir da relação entre o setor dinâmico e o setor de subsistência: a desagregação do setor de exportação sempre estimulou a formação de setores pré-capitalistas, atrofiados. As populações das áreas de subsistência estavam para Furtado num estágio produtivo

estacionário, buscando somente a sobrevivência. Desta forma se desenvolveu o dualismo colonial que marcou a heterogeneidade estrutural subdesenvolvida. O movimento presente na interpretação furtadiana foi de considerar a economia de subsistência em contraposição à exportação num primeiro momento e a posterior desagregação da economia de exportação como segundo movimento de atrofia do setor moderno. De maneira diferenciada em cada sistema, a característica de pré-capitalismo marcou o setor de subsistência sempre por sua atrofia. Furtado afirmou em *A economia brasileira* (1954):

Dessa forma, naquelas regiões do país onde floresceram os ciclos da economia colonial de exportação, surgiram como resíduos de atividades ligadas ao mercado externo e que tenderam a atrofiar-se, grandes massas de população dedicadas a atividades de subsistência, apresentando todas as características de uma economia estacionária pré-capitalista: a parte principal da força de trabalho estava absorvida em atividades destinadas a satisfazer as necessidades primárias da população e as inversões líquidas se limitavam a atender ao crescimento desta. (FURTADO 1954: p. 85)

A relação entre a economia de subsistência com a grande fazenda no Nordeste foi apresentada em *Formação* de maneira diferenciada em relação às obras anteriores (2001 [1948], 1954). A noção de complexo econômico nordestino definiu grande parte da economia de subsistência da região enquanto uma economia pecuária, e surge na obra de 1959 (*Formação*). Segundo Szmrecsányi (2004), constitui uma inovação de Furtado para a história econômica a análise econômica da pecuária no período colonial. A economia da pecuária cresceu no complexo nordestino mediante a expansão da economia canavieira, utilizando as criações para o transporte de mercadorias e no fornecimento de carne para os escravos, ou seja, a pecuária crescia quando havia demanda da fazenda exportadora.

A principal função da pecuária foi penetrar e ocupar o território brasileiro, assim como a economia de subsistência. A relação entre a economia de subsistência e a pecuária é muito próxima na interpretação furtadiana, já que a atividade pecuária também poderia ser considerada como uma atividade de subsistência, não criando uma economia altamente rentável. Não há uma distinção entre a pecuária e os setores de subsistência que não praticavam pecuária em *Formação*. A pecuária foi descrita como uma atividade que em certa medida também poderia ser considerada uma atividade de subsistência. A pecuária foi tomada no complexo nordestino como fonte de alimentos, um fator de subsistência. Como a pecuária crescia de acordo com a unidade exportadora, quando havia retração do setor exportador a pecuária tornava-se apenas subsistência.

Observada a economia criatória em conjunto, sua principal atividade deveria ser aquela ligada à própria subsistência de sua população. Para compreender este fato, é necessário ter em conta que a criação de gado também era em

grande medida uma atividade de subsistência, sendo fonte quase única de alimentos, e de uma matéria-prima (o couro) que se utilizava praticamente para tudo. Essa importância relativa do setor de subsistência na pecuária será um fator fundamental das transformações estruturais por que passará a economia nordestina em sua longa etapa de decadência (FURTADO 1980 [1959]: p. 60).

Houve um atributo da economia de subsistência que também foi dirigido à pecuária, o de abrir caminhos à ocupação do território. A penetração do território foi ampliada de acordo com o setor exportador que não absorvia a população sem ocupação. Furtado afirma sobre a economia de subsistência em *A economia brasileira* (1954):

Contudo, se se observa o problema do ponto de vista da ocupação do território, essa economia de subsistência aparece como um instrumento de importância básica. Ela não ocupa economicamente o território, mas explora-o e abre vias de penetração. Sempre que em uma sub-região qualquer, a economia de exportação entra em decadência e tende a desagregar-se, é parcialmente absorvida pela economia de subsistência. Em consequência desse processo, cria-se no país uma economia estacionária de proporções relativas cada vez maiores. Forma-se, destarte, um reservatório de mão-de-obra semelhante àquele que os espanhóis encontraram no México, o que desempenhará um papel fundamental no desenvolvimento futuro da economia brasileira (FURTADO 1954: p. 84).

Duas funções foram fundamentais: a criação de reservatório de mão-de-obra e a penetração do território. O setor exportador de nada dependia da produção de alimentos do setor de subsistência e o setor de subsistência adquiriu a capacidade de não pressionar a unidade exportadora, permitindo a preservação dos engenhos, já que não havia vasos de comunicação entre os setores. Mas o dualismo colonial reposiciona o setor exportador na sua desagregação através de uma relação complementar com o setor de subsistência. A persistência em todos os períodos do duplo movimento do dualismo proporcionou um modelo primário-exportador formulador da ideia de *vocação agrária* para a economia brasileira. A formação desta economia de enclave, dependente das economias centrais, repôs condicionantes de uma estrutura colonial que se repete em todos os sistemas, estabelecendo a marca da heterogeneidade estrutural. Este hibridismo foi acenado no projeto como mantenedor do atraso.

III – A vocação agrária

A unidade exportadora estava assim capacitada para preservar sua estrutura. A economia açucareira do Nordeste brasileiro, com efeito, resistiu mais de três séculos às prolongadas depressões, logrando recuperar-se sempre que o permitiam as condições do mercado externo, sem sofrer nenhuma modificação estrutural significativa (FURTADO 1980 [1959]: p. 53 e FURTADO 1954: p. 84-85).

A economia canavieira persistiu na forma dos engenhos por mais de três séculos, sem terem suas estruturas dissolvidas, pois o custo da mão-de-obra era fixo, e todos os rendimentos com a exportação que permaneciam na colônia eram concentrados nas mãos dos senhores de terras. Soma-se a este argumento a economia de subsistência posicionada como contraponto ao setor exportador, que permitia alocar os momentos de crise do setor exportador, estabelecendo um dualismo de duplo movimento. A persistência das unidades exportadoras, como os engenhos, foi um elemento que Furtado apresentou em praticamente todas as obras do período aqui delimitado para o estudo (Furtado 1954, 1956, 1959, 1964).

Segundo Szmrecsányi (2004), os vínculos entre a economia de subsistência e a economia de exportação não foram delineados pela interpretação furtadiana de maneira clara. Furtado atribuiu à economia de subsistência o papel de absorver a mão-de-obra do setor exportador de maneira que constituiu um reservatório. Francisco Iglesias apontou que a sistematização da economia brasileira em ciclos na interpretação furtadiana permitiu uma visão sintética e estruturalista e significou uma conquista em relação a algumas obras de outros intérpretes¹⁷, mas o recurso dos ciclos também impediu uma análise em profundidade da economia de subsistência, daqueles setores que não constituíam a unidade-chave do sistema.

Acontece, porém, que ao lado das conquistas há muitos defeitos a serem assinalados, ou simples carências. É o que se vê, por exemplo, mesmo entre o que já é patrimônio da especialidade: há aí muita indeterminação, pela falta de levantamentos mais completos. Não se procurou o que aconteceu paralelamente à economia para exportação: fala-se na lavoura de subsistência, mas esta é mal conhecida; além da lavoura, deve-se pesquisar o que foi a atividade artesanal, labor modesto, mas que conta; insiste-se que a economia era rural, o que explica a debilidade ou inexistência dos núcleos urbanos, sem que haja dados para configurar o que foi essa vida urbana, que de qualquer modo existiu; problema paralelo é o dos grupos sociais, pois há insistência em senhores e escravos, sem que se conheça o que havia entre um e outro, quando algo deve ter havido. Poder-se-ia lembrar que são problemas antes sociais que econômicos, observação que se deve recusar, pois são econômicos também (IGLESIAS 2009 [1963]: p. 400-401).

O tratamento desprendido por Furtado às áreas de subsistência ocupou um lugar subalterno na explicação realizada no trabalho de 1954 e também em *Formação*. Iglesias (1963 [2009]) afirmou que o autor realmente não procurou o que aconteceu para além da economia de exportação, e a agricultura de subsistência foi mal conhecida, assim como esteve ausente em sua análise a atividade artesanal, o labor doméstico, o que tinha entre “senhores de

¹⁷ As obras comentadas por Iglesias são *Formação do Brasil contemporâneo* de Prado Júnior., *História econômica do Brasil* de Roberto Simonen e *Formação econômica do Brasil* de Furtado.

escravos” e “escravos”, e a não caracterização do que eram os centros urbanos então debilitados na colônia. Furtado (1980 [1959]) pondera logo na introdução que *Formação* foi tratada, quanto ao seu modo de produção, como um esboço histórico a partir de uma ideia sobre a formação e o desenvolvimento. Utilizar ciclos através do movimento de expansão e estagnação da produção, com pontos de crescimento seguido por crises¹⁸, foi uma estratégia de Furtado a fim de caracterizar a economia pelos principais produtos dentro de cada momento histórico, justificando assim, para o autor, não aprofundar na análise dos setores já referidos (agricultura de subsistência, centros urbanos, trabalho artesanal e doméstico).

Pensar em modelos significa compreender o conjunto que forma os fenômenos econômicos e sociais, o que deve ser apreendido na observação histórica, através de pontos estratégicos que o observador se coloca disposto a delinear, os mecanismos deste sistema econômico. E para tal intento, formulou uma teoria do desenvolvimento. O último capítulo de *A economia brasileira*, “Formulação teórica do problema do crescimento econômico”, foi reeditado em *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, devido a sua importância no pensamento do autor, além de oferecer um escopo de análise que foi primordial à elaboração de *Formação econômica do Brasil*.

Para que possa o economista abarcar com a percepção lógica (...) o conjunto do processo social, será indispensável que primeiramente se esforce para pensar em conjunto os próprios fenômenos econômicos. O presente trabalho é uma tentativa dessa natureza. (...) Para tanto foi indispensável que nos colocássemos em distintas posições no tempo, e das mesmas tentássemos um corte vertical no processo histórico. Neste sentido fomos levados a adotar, em suas linhas gerais, a técnica de análise que os economistas chamam de construção de modelos. (FURTADO 1954: p. 14)

Uma justificativa para as ausências é clara, de que se tratava de identificar os fatores de desenvolvimento de uma economia que se tornou, ao longo do processo de independência e no ciclo cafeeiro, nacional. Portanto, interessou somente o que foi dinâmico, que criou diferenciação estrutural, e a economia de subsistência não produziu riqueza significativa, que a tornasse dinâmica. Apontar a ausência de análises de alguns setores pelo privilégio de outras áreas, como a dificuldade em caracterizar a agricultura de subsistência, tem sentido no pensamento de Furtado através do papel que determinados setores da economia desempenharam no período decorrente, constituindo espécies de unidades-chave em cada momento histórico. A unidade canavieira foi setor fundamental na formação de uma economia da colônia, assim como a mineração posteriormente, o algodão no Maranhão, o

¹⁸ A concepção de expansão, através dos pontos de crescimento e de estagnação de cada ciclo, se utilizou das formas de análise empreendidas já por Prebisch (BIELSCHOWSKY 2004 [1988], VIEIRA 2007).

gado sulino e sertanejo, o tabaco, entre outros. A economia cafeeira atingiu tal especialização que desencadeou o processo de industrialização.

A condição de renda, produtividade e lucro negativa, foram depreciativos da economia de subsistência e fez com que seu espaço na análise de Furtado da economia brasileira fosse paralelo, desimportante. Talvez o vínculo entre teoria e história em *A economia brasileira* quanto em *Formação* respondesse a esta ausência, porque os elementos que caracterizaram e permitiram a propulsão da economia brasileira foram levados em conta por Furtado. Tratou-se então de levar em conta o que poderia estimular o processo de desenvolvimento segundo a experiência histórica. Daí as escolhas pelo que foi mais dinâmico.

De antemão, percebe-se que a economia de subsistência foi observada na teoria de Furtado pelo que lhe foi ausente, ou seja, o fato de a economia de subsistência ser tratada como a economia estacionária, de baixíssima transformação. As atividades primárias para suprir necessidades básicas obstruíam a formação de um sistema autônomo de economia colonial, independente, através da formação de um mercado consumidor. Um papel importante da agricultura de subsistência, um dos únicos apontados, foi a interiorização do território, a ocupação das áreas da colônia distantes da costa. A subsistência em que Furtado se deteve em *A economia brasileira e Formação* foi principalmente a pecuária, como um ponto-chave na desagregação da economia canavieira e, depois, mineira.

O interessante é que a agricultura de subsistência sofreu um leve deslocamento da tese de Furtado de 1948 para o texto de 1954 e 1959. Na tese de Furtado (2001 [1948]), como já foi aqui apontado, a economia de subsistência representava algo desprezível, insignificante, um meio para escapar da fome, caracterizando este setor apenas para afirmar a sua antítese, a monocultura de exportação, como fator fundamental da colonização. Em *A economia brasileira* a subsistência significava um reservatório de mão-de-obra, que, apesar de não realizar inversões, tinha outro papel. “De país praticamente desprovido de mão-de-obra, o Brasil transformara-se em região dotada de uma extensa economia de subsistência que poderia constituir uma fonte de força de trabalho” (FURTADO 1954: 86). Os elementos negativos que caracterizavam uma economia de subsistência como estacionária, amorfa (FURTADO 1948), foram dinâmicos e fundamentais no processo de industrialização posteriormente, como a mão-de-obra necessária nos centros urbanos, elemento que os textos de 1954 e 1959 valorizam. Quanto ao nacional-desenvolvimentismo o problema ganha outra dimensão, de grupos que migraram das áreas de subsistência para as áreas urbanas e de industrialização recente, deixando de produzir seus alimentos. Evidente que se trata principalmente dos emigrantes das áreas nordestinas.

Deter-se na observação da agricultura de subsistência, e seu movimento nos trabalhos de Furtado, não se trata de cobrar o que não foi aprofundado na obra do autor. A questão é refletir sobre uma dimensão estrutural que possivelmente ocupou grande parte da população, que foi mantida em situação de desocupação. Atentamos até aqui que os elementos utilizados com normalidade para caracterizar a agricultura colonial brasileira, como latifúndio, escravidão e monocultura constituem parte da agricultura brasileira. O problema está em estabelecer quais os vínculos reais, econômicos no caso de Furtado, em especificar a relação entre as áreas de subsistência e os latifúndios exportadores.

Apontar a debilidade de quais foram os vínculos reais entre a agricultura de subsistência, que mal se conheceu, e a monocultura, poderia talvez levar a outras formas de interpretação. Existe uma relação intrínseca entre a análise histórica de Furtado e a elaboração de instrumentos que constituíram a *teoria do subdesenvolvimento*. Analisar os movimentos relativos a esta questão da agricultura de subsistência aponta para o diagnóstico dos reservatórios de população das áreas de subsistência. A evidência está na aplicação de um dual estruturalismo presente em todos os setores, e, portanto, representativo da *vocação agrária* da economia brasileira.

A *vocação agrária* apresenta limites somente na brecha histórica da industrialização. Depois da diferenciação estrutural (a industrialização), Furtado retoma a análise do dualismo e estabelece relação entre os reservatórios de mão-de-obra e os deslocamentos populacionais para o Nordeste. A maior parte da população na brecha histórica da industrialização estava no setor de subsistência, em situação de miséria, ligados a um setor exportador latifundiário que não consegue mais manter a vitalidade do modelo primário-exportador enquanto *vocação agrária*.

O importante é diferenciar o que significou a heterogeneidade estrutural da colônia e, posteriormente, comparar com o dualismo estrutural no processo de modernização. Furtado abordou o tema da *formação* das estruturas da economia brasileira e estabeleceu uma relação entre os projetos de desenvolvimento e a análise histórica. Aqui se observou o dualismo colonial para depois analisar o deslocamento dos significados atribuídos a categorias que se repetem não somente na interpretação histórica, mas também na análise da transição para a industrialização a partir da brecha histórica e presente no projeto furtadiano. O complexo econômico do Nordeste foi assim a primeira etapa do modelo primário-exportador cujos elementos de caracterização reúnem a dimensão da formação da sociabilidade e do funcionamento da interpretação do dual-estruturalismo. Caracterizar os polos dinâmicos e os polos de subsistência pré-capitalistas apresenta um dos principais argumentos da *teoria do*

subdesenvolvimento: o círculo vicioso da pobreza, à qual estava condenada toda economia periférica de enclave. A intenção foi investigar o círculo vicioso da pobreza a partir do duplo movimento entre os setores do dual-estruturalismo, de forma que o modelo primário-exportador pudesse ser caracterizado na chave da *vocação agrária*. Os limites da vocação agrária encontram-se na própria falta de impulso de crescimento, por todos os motivos apontados. Após identificar a interpretação sobre o modelo primário-exportador, deseja-se caminhar na análise até a brecha histórica, mostrando a decomposição do respectivo modelo e, conseqüentemente, da vocação agrária.

Capítulo II – Os limites da vocação e a brecha histórica

(...) A industrialização não era apenas um meio de utilizar mão de obra redundante, mas essencialmente o instrumento que estava cimentando a nacionalidade. Já não se tratava de discutir sua oportunidade e conveniência, e sim partir dela para liberar o país dos resquícios do passado colonial. Ia, assim, preparando uma nova agenda de debate, que nos permitiria assumir a iniciativa de confrontação com as forças reacionárias. Nenhuma fatalidade respondia pelo atraso do país. Devíamos procurar suas causas na História, assinalar as motivações dos que, ocupando posições de mando, tomavam decisões. Cabia denunciar os interesses que estavam empenhados em subordinar a industrialização à reconstituição do velho sistema primário-exportador (FURTADO *A fantasia organizada* 1985: p. 70-71).

A interpretação de Furtado do processo de industrialização nacional constitui-se como canônica na história econômica brasileira (TAVARES 1972, CARDOSO DE MELLO 1991 [1982], CANDIDO 1986, BIELSCHOWSKY 2004 [1988], CEPÊDA 1998, OLIVEIRA 2003, CARDOSO 2009). As análises econômicas posteriores à *Formação* sobre o processo de industrialização dialogaram de alguma maneira com sua obra. O processo de modernização que desencadeou no modelo de substituição de importações das décadas de 30 e 40, modelo de análise desenvolvido por Furtado, foi resultado da especialização da economia cafeeira. Houve uma diferenciação estrutural gerada no complexo cafeeiro, caracterizada por Furtado a partir da noção de *transição* entre a *vocação agrária* e a brecha histórica através do processo de modernização industrial.

O setor urbano-industrial se desenvolveu sob a égide da economia cafeeira no pensamento furtadiano. A intenção é analisar o movimento do rural perante o fim do modelo primário exportador e a reconfiguração do dual-estruturalismo com os limites à vocação agrária imposta pela crise da década de 1930 e a brecha histórica da industrialização.

A especialização do complexo cafeeiro, pelo seu papel de transição e de abertura para o nacional desenvolvimentismo, acabou por transformar as relações entre as estruturas agrárias e industriais e reposicionou a noção de heterogeneidade estrutural diante da etapa da substituição de importações nas décadas de 1930 e 1940. O Estado foi agente fundamental através da intervenção e da regulação das políticas econômicas, primeiro de valorização do café, e, depois, através das políticas nacional-desenvolvimentistas. A análise que Furtado empreendeu das políticas econômicas que se desenrolaram no incentivo à industrialização acabaram por recolocar o Estado em novas bases (CEPÊDA 1998, PAULANI 2001, OLIVEIRA 2001, VIEIRA 2007).

A relação entre economia e política foi central na análise furtadiana e contribuiu no apontamento de quais eram as relações entre os grupos de empresários dos diferentes setores

agrícola e industrial. A relação de conflito entre setores agrários e industriais neste processo de transição da unidade-chave da economia, de rural para industrial, foi apresentada por Furtado através do embate sobre as desigualdades regionais entre setores que, no pós década de 1930, tiveram desenvolvimento industrial, e aqueles outros setores que ainda estavam marcados pela herança colonial.

O período delimitado de nacional-desenvolvimentista, entre 1930 e 1964, recolocou a questão do dual estruturalismo decorrida do esgotamento do modelo primário-exportador. O desenvolvimento econômico gerou uma diferenciação estrutural de concentração urbano-industrial que dotou este setor econômico de vitalidade. Este elemento pode ser percebido diante de uma nova demanda voltada para o mercado interno. O setor moderno passou a ser requalificado, pois a crise da década de 1930 apresentou os limites de um modelo primário-exportador cuja demanda internacional não ultrapassou seu limite de crescimento, já que este modelo não se diversificava.

A modernização com a brecha histórica abriu espaço à configuração de um novo setor moderno: o industrial, que representa a desagregação da *vocação agrária*. O rural será analisado no pensamento furtadiano na etapa de *transição* (da *vocação agrária* para o nacional-desenvolvimentismo industrialista) a partir da distinção com relação ao processo de industrialização.

A condição de subdesenvolvimento (dependente, de enclave e híbrida), desde Prado Júnior e Simonsen (CEPÊDA 2004), depois com os cepalinos, apontada pós década de 1930 e 1940, não significava simplesmente o atraso. Os cepalinos bem especificaram a definição de subdesenvolvimento, já que toda a periferia era subdesenvolvida, mas havia graus de subdesenvolvimento. A brecha histórica permitiu ao Brasil e a alguns poucos países subdesenvolvidos uma diferenciação estrutural da industrialização, cujo processo de modernização não se transbordou para os setores do modelo primário-exportador em decomposição. A condição de dual-estruturalismo (polo dinâmico exportador e polo de subsistência) da economia colonial – enquanto representação do universo do rural e pensada a partir do modelo primário-exportador – passou a ser a marca do atraso no sistema econômico nacional. Mais do que isso, a brecha histórica teve seu núcleo industrial localizado na região sulina, o que abriu no pensamento furtadiano espaço para os desequilíbrios regionais.

Deseja-se observar as novas relações entre a crise do modelo primário-exportador e a reposição da questão do dual estruturalismo ante o processo de industrialização, através da caracterização das novas relações entre o capital-trabalho, as oligarquias agrárias e empresários industriais, os deslocamentos populacionais, elementos que preponderam na

formação de um dualismo distinto do apresentado pelo modelo colonial da economia brasileira: a diferença entre setores rurais e industriais fundamentou um novo dualismo e a consequente desigualdade entre as regiões. A análise utiliza-se das obras históricas de Furtado, a tese de doutorado (2001 [1948]), *A economia brasileira* (1954) e *Formação* (1980 [1959]), além do conjunto de trabalhos denominado *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* publicado em 1961.

O capítulo está distribuído em três partes:

I – A desagregação do modelo primário-exportador: os limites da *vocação agrária*;

II – A brecha histórica da industrialização: o deslocamento do centro dinâmico

III – A reposição do antigo dual estruturalismo: as necessidades da industrialização

O trajeto escolhido aqui foi primeiro observar quais foram os atributos feitos por Furtado à economia cafeeira que possibilitaram, os atributos no caso, a desagregação do modelo primário-exportador. Os elementos condicionantes de novas relações de capital-trabalho importantes na consolidação de um mercado interno foram: o fim do regime de escravidão e o estabelecimento do trabalho livre, em associação às imigrações europeias.

O crescimento da demanda interna por produtos de consumo por parte da população, que estimulou a indústria nacional a produzir para o seu mercado interno, foi uma mudança fundamental na distribuição dos fatores de produção através dos salários pagos ao trabalhador livre, uma diferenciação em relação ao sistema escravista. Além do trabalho livre, o impulso de crescimento que há na economia cafeeira foi característica diagnosticada por Furtado.

A brecha histórica partiu do aprofundamento da especialização da produção cafeeira diante de um impulso de crescimento. Isso definiu um novo grau de subdesenvolvimento, aquilo que criou uma diferenciação industrial em uma estrutura primário-exportadora e que estabeleceu novas relações com o setor rural.

A ideologia do industrialismo no nacional-desenvolvimentismo, segundo Bielschowsky (2004 [1988]), apregoou ao setor industrialista a necessidade de lidar com o antigo dual estruturalismo. A característica do modelo primário-exportador de polo dinâmico e atrasado foi reconsiderada por Furtado nas relações entre agricultura e indústria, em que o polo dinâmico passa a ser o industrial e o polo atrasado o setor rural; isso sem eliminar as antigas relações entre latifúndios e áreas de subsistência. O antigo dual estruturalismo colonial não desapareceu da interpretação furtadiana diante do processo de modernização nacional-desenvolvimentista, mas foi reorganizado.

A relação polo dinâmico urbano-industrial e polo atrasado rural pós brecha histórica foi uma interpretação de vários dos grupos que Bielschowsky (2004 [1988]) reuniu quanto à ideologia do nacional-desenvolvimentismo. A questão que apareceu na década de 1950 no pensamento cepalino-furtadiano foi que as diferenças regionais representavam este dualismo, agricultura e indústria. Um núcleo industrial na região sulina em contradição com a economia nordestina, esta última marcada pela estagnação e atraso técnico. A crítica de Furtado ao modelo primário-exportador nordestino no século XX é posta a partir da ideia de herança colonial, resultado dos limites da vocação agrária. Um projeto sulino de cunho progressista, industrialista, em oposição às oligarquias latifundiárias nordestinas, que legou um domínio dos senhores de terra sobre uma população rural em situação de dependência e manteve o reservatório de mão de obra nas áreas de subsistência. O velho dualismo mantinha-se como atavismo colonial ao projeto industrialista, que diante da pobreza e da subutilização da capacidade de trabalho nas áreas de subsistência, iniciaram desde a década de 40 a migração em massa para as áreas urbano-industriais de São Paulo e Rio de Janeiro.

Dois dualismos se abrem no período nacional-desenvolvimentista para o pensamento furtadiano, principalmente na década de 1950, e acabam por repor o antigo dualismo: I. o agrário e o industrial; II. A desigualdade expressa na modernização da região sulina e o atraso de herança colonial da região nordestina. O interessante é observar como o antigo dualismo colonial foi repostado diante dos novos dualismos, e como todos estes dualismos são partes integrantes de um mesmo processo submerso na economia nacional. O dualismo regional Nordeste e Sul expressa respectivamente o agrário e o industrial. O antigo dualismo, contudo, passa a ser observado por Furtado a partir de dois elementos: a diferenciação estrutural, ou seja, a industrialização; e os novos elos deste dualismo com os novos dualismos. O processo de modernização via industrialização foi analisado por Furtado a partir de uma perspectiva histórica da economia política brasileira. Então parte-se da interpretação da brecha histórica empreendida por Furtado na forma do conceito de substituição de importações e se busca compreender o lugar dos vários dualismos na interpretação do autor sobre a industrialização.

O papel do Estado foi preponderante nas políticas direcionadas ao café assim como no processo de industrialização. Os cafeicultores buscaram na valorização do seu produto pelo Estado, através de políticas econômicas de defesa do café, a estratégia para a falta de crescimento da demanda internacional pelo seu produto. A economia industrial somente se realizou devido à valorização do café praticada pelo Estado, que desencadeou o *deslocamento do centro dinâmico*, e constituiu as bases de transição da *vocação agrária* como unidade-chave da economia nacional para o processo de industrialização. A agricultura de exportação,

que na economia colonial representou um caso extremado de especialização produtiva do capitalismo internacional, tornou-se caudatária do atraso diante da brecha, sendo pensada por Furtado na transição, e, principalmente, no projeto industrialista, enquanto polo dos atavismos coloniais representados pelas características do modelo primário-exportador em desagregação. Devem-se acentuar os limites da passagem da vocação agrária para a brecha histórica.

Diante da concentração industrial, o antigo dualismo colonial entre o setor de exportação e o de subsistência passa a adquirir novas feições expressas pelas relações entre agregados e proprietários de terra, em que trabalhadores da área de subsistência realizam a produção das “roças”. Trata-se de uma população rural submetida ao poder da oligarquia latifundiária e que passava a ser o polo econômico responsável dos pelos entraves do desenvolvimento nacional.

A expansão urbano-industrial estabeleceu novas relações com o rural dual estruturalista, firmando novas funções às atividades rurais: a busca por uma nova estrutura de produção que eliminasse o atraso técnico, de forma que respondesse à demanda do mercado interno, pondo fim à inelasticidade da oferta de alimentos. A monocultura, assim, deveria ser substituída pela diversificação produtiva, o que somente ocorreria com aperfeiçoamento técnico. A economia de subsistência passou a ser observada por Furtado como setor produtor de alimentos para o mercado interno, um setor que deveria responder ao processo industrialista. Por último, era fundamental a multiplicação de interesses e projetos políticos das oligarquias latifundiárias, o que ocupou parte importante da crítica à estrutura rural no *projeto furtadiano*.

As diferenças regionais associadas ao dualismo estrutural herdado da colônia impôs o maior movimento migratório interno. A não transformação das “roças” de subsistência pela agricultura de exportação pressionou a população nordestina a migrar para as novas áreas industriais. Também outro dualismo foi marcado por Furtado na distância entre as regiões nordestina e sulina. A diferença da concentração industrial na região Centro-Sul e a predominância de estruturas econômicas no Nordeste ainda marcadas pelo atraso, de herança colonial, constituíam o que significava o subdesenvolvimento brasileiro para Furtado no final da década de 1950: os desequilíbrios regionais e a falta de integração nacional.

O problema estava no papel da agricultura que, para Furtado, não cumpria seu papel no processo de desenvolvimento. O setor agrícola de exportação não conseguia expandir a criação de divisas suficientes para a importação necessária ao desenvolvimento industrial e a agricultura de subsistência não produzia alimentos suficientes para a massa da população urbana que estava em alto crescimento. A agricultura e a indústria eram estruturas dissonantes

para Furtado, opostas, em um processo que se abriu com a especialização e diversificação do sistema cafeeiro.

Foi na diferenciação do sistema cafeeiro, em comparação aos sistemas anteriores, que Furtado apontou as raízes de um processo de modernização e industrialização. Há especialização na produção do café de tal forma que permitiu um complexo de produção, distribuição e comercialização mais integrado. Determinada indústria de insumos para o café se desenvolveu, assim como uma indústria têxtil. Mas os traços de transformação de uma economia fundamentalmente agrária em economia industrial não se tratam somente de mudanças materiais. A mentalidade do empresário cafeeiro também se diferencia dos senhores de engenho segundo o autor, as características enquanto grupo econômico são diferentes.

As oligarquias nordestinas sempre constituíram para Furtado um problema que relega ao campo o atraso, o mais significativo modelo de herança colonial, através da manutenção do problema fundiário e da mão de obra. A mudança de perspectiva dos empresários das diferentes economias, canavieira e cafeeira, revela para Furtado determinado sentido industrialista na especialização do setor cafeeiro. Houve avanços nas estruturas de distribuição, transporte, mas também transformações políticas e econômicas, como o fim do escravismo, o trabalho livre, e a posição das elites cafeeiras na ossatura do Estado republicano, a partir das políticas econômicas de valorização do café.

O desenvolvimento econômico no pós década de 30, em que a economia se torna uma questão nacional de superação do atraso brasileiro (BIELSCHOWSKY 2004), a forma que o Estado moderno capitalista vai assumir tem raízes, para Furtado, na *transição* que a economia cafeeira faz para a industrialização como unidade-chave da economia brasileira. O projeto furtadiano, principalmente no que se remete ao Nordeste, está estruturado sobre uma interpretação do processo de desenvolvimento do Brasil. Aqui se estabelece novamente o vínculo entre teoria e história (CEPÊDA 1998, BRESSER-PEREIRA 2001, SZMRECSÁNYI 2004) no pensamento furtadiano: entender o contexto, para Furtado, somente se estruturado no processo histórico. Analisar os novos vínculos estabelecidos na *transição* “vocação agrária” e industrializa o, percebendo como os dualismos foram reposicionados entre a colônia e a na o, entre o modelo mercantil-exportador e a industrializa o, a partir da rela o entre o rural e o urbano, escravidão e trabalho livre, latifúndio e subsistência, Nordeste e Centro-Sul, enfim, observar a rela o entre a moderniza o e a herança colonial na interpreta o furtadiana do desenvolvimento brasileiro percebendo o novo papel dado ao rural perante a industrializa o.

I – A desagregação do modelo primário-exportador: os limites da *vocação agrária*

A economia nordestina e a economia sulina cafeeicultora tiveram diferenças que acabaram por liquidar o modelo primário-exportador e aprofundar a especialização da produção cafeeira. O insulamento do rural nordestino, em contraposição à formação de um núcleo industrial, reposicionou o novo dualismo (região nordestina rural – região sulina industrial). O reservatório de mão de obra desocupada nas áreas de subsistência fez com que diante da brecha da industrialização o nacional-desenvolvimentismo furtadiano empregasse ao rural um papel fundamental no seu projeto político: o setor rural nordestino deveria se modernizar de maneira que atendesse às necessidades do projeto industrial, sem que a diferença de projetos políticos e econômicos entre a região sulina (progressista – industrialista) e a região nordestina (conservadora – ruralista) impedisse uma integração do sistema econômico nacional. Deseja-se distinguir a economia de ambas as regiões segundo os parâmetros de diferenciação do mercado consumidor, do mercado de capitais, do mercado de trabalho e os impedimentos à integração política e econômica das regiões, apresentando como o fator trabalho, a exploração da terra e a ação do Estado foram elementos importantes de desconstrução da *vocação agrária*.

Guilherme Delgado (2009) afirma, em um dos poucos trabalhos sobre a estrutura agrária no pensamento furtadiano¹⁹, que terra e mão de obra constituem conceitos chaves em *Formação*. A análise da estrutura cafeeira possibilitou a recomposição dos termos da questão social, política e econômica de tal maneira que terra e mão de obra tornaram-se fatores essenciais para as transformações subsequentes no processo de modernização: com a abolição, expandiu-se a demanda por trabalhadores assalariados, sendo que esta foi suprida pela imigração europeia, o que favoreceu posteriormente a formação de um mercado interno consumidor de massa e a realização da substituição de importações.

A análise da diferença entre os fatores de produção e comercialização nas economias açucareira do Nordeste e cafeeira do Centro-Sul permitem ver como a brecha histórica se realizou em um sistema (o cafeeiro) com características distintas do antigo dual estruturalismo. As relações de mão de obra em transição da escravidão para o trabalho livre, associado à forma de exploração da terra com políticas de imigração europeia, conferem um legado diferente à especialização cafeeira, que não foi um ciclo cujo fim da sua vitalidade

¹⁹ Os dois textos sobre a estrutura agrária na interpretação furtadiana são os artigos de Delgado, intitulado “Terra e mão de obra em *Formação econômica do Brasil*” (2009) e de Szmrecsányi (2010) “Análise da estrutura agrária na teoria de desenvolvimento econômico de Celso Furtado”.

estivesse historicamente datado como os ciclos anteriores, mas o café permitiu a diversificação estrutural da industrialização. A diferença está na transição entre o fim do modelo primário-exportador e a substituição de importações, quando o ciclo cafeeiro conseguiu produzir impulso de crescimento interno, modificando os fatores do modelo primário-exportador. A mudança nas relações capital-trabalho (de abolição para o trabalho livre), associada ao papel preponderante do Estado na valorização do café, permitiu o que Furtado chamou de substituição de importações, a partir de um sistema (o cafeeiro) que esgotou as características da *vocação agrária* perante a industrialização voltada para o mercado interno.

Segundo Furtado (1954, 1980 [1959], 1961), o fator trabalho modificado sob a perspectiva da abolição apresentou um cenário distinto para a economia cafeeira e nordestina. A formação de uma mão de obra livre em torno das fazendas de café contribuiu posteriormente para a formação de um mercado consumidor fundamental aos manufaturados nacionais da brecha histórica. Já na economia nordestina presente na interpretação furtadiana, argumenta Delgado (2009), a abolição não alterou de forma significativa o antigo dual estruturalismo, entre a economia de subsistência e a agricultura de exportação.

Furtado (1980 [1959]) elaborou uma análise demográfica da população brasileira no século XIX que possibilitou concluir que grande parte da população constituía um reservatório de mão de obra localizado na economia de subsistência, setor que não se alterou (na interpretação furtadiana) com a abolição da escravidão. A estrutura de dominação econômica e política dos senhores de terra latifundiários não permitiu alterações na estrutura fundiária, já que estes setores exportadores do rural nordestino não tinham condições de absorver produtivamente a mão de obra do setor de subsistência por meio do assalariamento. A maioria da população brasileira no séc. XIX estava localizada no Nordeste, principalmente no semiárido, ocupando as “roças” de subsistência. A migração nordestina no século XIX, mediante pressão das secas das décadas de 1880 e 1890 e da estrutura de terras, foi em direção à borracha na região Amazônica e aos centros urbanos nordestinos, não em direção à economia cafeeira. Então o dual estruturalismo na economia nordestina manteve-se estável ao processo de abolição.

A economia de subsistência estava no século XX dependente dos engenhos, ao mesmo tempo em que a abolição não modificou essas relações com o latifúndio. O dualismo colonial expresso na relação entre a economia de exportação e de subsistência persistiu até o processo de modernização, tendo enorme relevo para as questões nacionais da década de 1950 e 1960. Por isso a importância de se comparar o papel da terra e da mão de obra entre a economia

cafeeira e nordestina, para depois elucidar a relação agricultura-indústria. Observando a interpretação da economia brasileira do século XX em Furtado, que foi pensada a partir de uma perspectiva de nação, de uma preocupação com os termos da integração nacional (VIEIRA 2007, CEPÊDA 1998), o dualismo colonial foi reposicionado por Furtado dentro de duas novas chaves de entendimento: *a.* o dualismo se expressa como o mantenedor do atraso colonial, de setores ainda caudatários da herança colonial; *b.* e este dualismo manteve concentrado parte expressiva da mão de obra subutilizada em ocupações subordinadas aos privilégios das oligarquias agrárias, principalmente no que se refere ao Nordeste.

O lugar da economia de exportação foi redimensionado pelo próprio Furtado. Deixou de ser um caso de especialização do capitalismo agrário na forma do modelo primário-exportador, como foi na colônia, para ser o setor do atraso, aquele setor que manteve as estruturas e relações de forma rígida, não permitindo grande mobilidade social. O interessante é observar que a manutenção das formas do dualismo colonial analisadas por Furtado, desde a decomposição do modelo primário até a década de 1950, mesmo que um dualismo reposicionado, esteve determinado sobre uma estrutura rural como marca preponderante da economia nordestina. A lógica de dominação das oligarquias latifundiárias sobre uma população despossuída de propriedade, de riqueza, de qualquer forma de poupança. E não se trata de uma dependência das áreas de subsistência somente econômica em relação ao latifúndio, mas uma relação de dominação através das relações políticas e sociais com os engenhos e diante das secas no Nordeste. Foi apontado anteriormente que Furtado, ao analisar a economia colonial, já afirmava sobre a persistência das unidades exportadoras latifundiárias por mais de três séculos e meio no Nordeste.

Assim Delgado (2009) define a economia de subsistência em Furtado quanto ao século XIX:

O setor de subsistência da economia depende essencialmente da grande propriedade territorial. Quando utiliza esse conceito na história econômica colonial, Furtado está fazendo uma análise da estrutura agrária brasileira e da configuração dentro dela das relações de trabalho externas ao escravismo. Refere-se explicitamente às muitas formas de parceria pecuária ou do vínculo da “roça” de subsistência com as grandes sesmarias coloniais. Depois de 1850, essas propriedades são legalizadas pela Lei de Terras de 1850, e se reforça o vínculo de dependência dos trabalhadores do setor de subsistência com os seus respectivos “patrões” – grandes proprietários. Essa massa de população geograficamente dispersa e situada à margem da grande lavoura escravista é uma categoria até certo ponto estranha ao conceito de mercado de trabalho nacional ou mesmo regional, antes e também depois da abolição. Para tanto concorre uma certa autarquia das relações econômicas interprovinciais, que impede a mobilidade da mão de obra. Mas, no essencial, há que se considerar que não há propriamente

salário ou assalariamento que vincule essa força de trabalho à produção mercantil.

Existe um controle político e social desses trabalhadores dispersos no setor de subsistência, por motivos econômicos e extraeconômicos. Esse status não será afetado pela Lei da Abolição, nem pela escassez de mão de obra, que advém com a expansão cafeeira e de outras *commodities* regionais. (DELGADO 2009: p. 232)

A economia cafeeira se expandiu a partir da disponibilidade de terras e da busca intensa de mão de obra. O fator terra manteve-se concentrado, e parte da população das áreas de subsistência e dos escravos recém-libertos foi transformada em assalariados dos latifúndios ou em “parceiros”, agregados, realizando a “roça” da economia de subsistência. A abolição para Furtado (1980 [1959]) não transformou a relação entre a grande fazenda e a economia de subsistência, pois a estrutura do grande latifúndio sempre se transformou em estrutura de subsistência quando entrava em crise, mecanismo já apontado. A economia nordestina na primeira metade do séc. XIX encontrou dificuldade de expansão, o que ocasionou um déficit diante da concorrência com a produção de açúcar nas Antilhas e em Cuba, assim como o algodão no Maranhão debilitou-se diante da produção norte-americana. Para Furtado, aos empresários agrícolas o único fator de abundância que o Brasil possuía era a terra, o que deveria ser destinado a algum produto com demanda internacional. Em referência ao século XIX, Furtado afirmou:

O problema brasileiro consistia em encontrar produtos de exportação em cuja produção entrasse como fator básico a terra. Com efeito, a terra era o único fator de produção abundante no país. Capitais praticamente não existiam e a mão de obra era basicamente constituída por um estoque de pouco mais de dois milhões de escravos, parte substancial dos quais permaneciam imobilizados na indústria açucareira ou prestando serviços domésticos. (FURTADO 1980 [1959]: p. 113)

O outro fator, a disponibilidade de mão de obra, sempre foi um elemento importante a todos os sistemas econômicos coloniais em fase de expansão. Os cafeicultores quando necessitaram expandir a produção de café, numa primeira fase, buscaram os escravos do Nordeste, de migração interna. Tanto a disponibilidade interna de escravos era debilitada, como a pressão externa da Inglaterra para o fim do tráfico negreiro, dificultaram o acesso à mão-de-obra escrava. O questionamento que é pertinente à compreensão da estrutura rural neste momento é o porquê de o reservatório de mão-de-obra disponível nos setores de subsistência não ter sido utilizado na expansão do café.

O café apresentou dificuldades similares aos outros sistemas anteriores como o acesso à mão de obra, da mesma maneira que a oferta de terra constituiu o único fator elástico. As relações de dependência entre a população da economia de subsistência e os senhores dos

engenhos, através de vínculos de mando e privilégios sobre a população despossuída de terras, foi o fator para Furtado que impossibilitou o uso do reservatório de mão-de-obra das áreas de subsistência.

Delgado denominou como categoria estranha ao conceito de mercado de trabalho a população das áreas de subsistências a qual formava economias assim descapitalizadas. A economia de subsistência foi definida também por outros autores, que se aproximaram em certa medida da análise de Furtado. Maria Isaura Pereira de Queiroz, entre outros, definiu a economia de subsistência através de uma perspectiva correspondente à furtadiana, atribuindo aquela à ideia de economia fechada, da mesma maneira que Jacque Lambert definiu a economia de subsistência na obra *Dois brasis* (1958). Queiroz assim definiu economia de subsistência:

A economia da sociedade global, porém, é uma economia de mercado, e sempre o foi; as grandes plantações produziram sempre para a exportação, e sua organização exigiu elementos muito diferentes, tanto do ponto de vista econômico, quanto do ponto de vista da mentalidade dos próprios indivíduos envolvidos. À sombra desta economia predominante – porque era a que aparecia como mais importante, - desenvolveu-se a outra, que permitiu sobrevivessem famílias destituídas dos haveres necessários para formar os grandes latifúndios produtivos; e, como é regra geral aquelas foram muito mais numerosas do que as abastadas... As comunidades em questão levam uma existência rude, grosseira, em que, como já salientamos, o dinheiro é pouco utilizado (QUEIROZ, 1963: p. 85).

A noção de economia fechada, com produção familiar, descapitalizada, de um setor de destituídos que sobreviviam como “sombra” da economia de exportação, aproxima-se da ideia de economia de subsistência em Furtado. A intocabilidade do latifúndio e as relações sociais e econômicas (trabalho, moradia, comunidade) entre a população e as oligarquias rurais, na interpretação furtadiana, dificultaram o acesso da economia cafeeira à mão de obra e impossibilitaram a produção neste setor de subsistência de algum excedente comerciável. Mas Furtado analisou os fatores de produção da economia cafeeira e canavieira, o que difere da análise de Queiroz, que foca as relações comunitárias, as relações de solidariedade, a ação social.

Busca-se apontar a delimitação do que seja economia de subsistência enquanto uma economia fechada, que não produz excedente para Furtado, o mesmo que Queiroz apontou, sobre uma economia de pouca utilização do dinheiro, de tal maneira “rude”. Queiroz contribui

para analisar Furtado, pois também constata que a subsistência presente nas regiões nordestinas e sulinas têm relações similares com o latifúndio exportador²⁰.

Na análise da interpretação furtadiana, a necessidade de mão de obra da economia cafeeira não foi suprida pelo reservatório de mão de obra das áreas de subsistência, e sim pelas imigrações europeias. Furtado percorreu um caminho de análise que justificou a manutenção do reservatório de mão de obra nas áreas de subsistência e a posterior necessidade das imigrações a partir dependência da economia de subsistência ao latifúndio de exportação. As áreas de subsistência significavam renda para o latifúndio, já que a população pagava com produtos ou com o trabalho pela utilização das terras. A dependência da população do setor de subsistência em relação ao setor exportador reproduzia o antigo dual-estruturalismo.

Existiam dois problemas para Furtado na utilização da população das áreas de subsistência enquanto mão de obra na cafeicultura. O primeiro problema era a dispersão destas ocupações de subsistência, o que exigiria, segundo o autor, uma alta mobilização de recursos para deslocar e aglomerar estas pessoas. O outro elemento, que é o principal, são as famílias em áreas de subsistência que produziam os alimentos em “roças” cujas terras não eram de sua propriedade, eram concedidas por grandes proprietários de terras que obtinham renda com parte da produção das “roças”. A manutenção do dual estruturalismo na economia nordestina impediu que o seu reservatório de mão de obra fosse absorvida pelo novo sistema econômico cafeeiro. A manutenção do dualismo colonial na região nordestina desmobilizou a população nordestina na migração para a região sulina. A manutenção de uma economia de subsistência conectada às oligarquias latifundiárias do Nordeste são as maiores persistências apontadas por Furtado

Crítico severo das oligarquias nordestinas, o autor apontou os senhores dos engenhos como membros de uma elite de rentistas ociosos, do “patriarca bonachão”, exatamente em razão das relações aqui apontadas, a “roça”. Furtado, assim, delimita quais vínculos impedem a economia cafeeira de exportação de utilizar o reservatório de mão-de-obra:

²⁰ Afirma Pereira de Queiroz: “A economia fechada não é particular a determinadas regiões mais atrasadas do País; por toda parte se encontra, de mistura com as grandes propriedades de agricultura comercial, chegando até à beira das grandes cidades, numa distribuição inteiramente irregular. Ainda há meia dúzia de anos, às portas da metrópole que é São Paulo, caboclos viviam praticamente em economia fechada (...). No Vale do Paraitinga e do Paraibuna, na região da Serra de Botucatu, na Zona de Itapetininga e municípios vizinhos, por toda a parte é forte ainda o índice de agricultura de subsistência, e o estilo de vida segue o mesmo esquema básico – salvo peculiaridades regionais – do que encontramos no Nordeste seco, no Médio São Francisco, na região Serrana do Paraná e de Santa Catarina, e assim por diante (Queiroz 1963: p. 88)”. Há um importante debate sobre o rural em Queiroz na dissertação de Lucas Correia Carvalho (2010) *Transição e tradição: mundo rústico e mudança social na sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz* (PPGSA/IFCS/UFRJ).

O setor de subsistência, que se estendia do norte ao extremo sul do país caracteriza-se por uma grande dispersão. Baseando-se na pecuária e numa agricultura de técnica rudimentar, era mínima sua densidade econômica. Embora a terra fosse o fator mais abundante, sua propriedade estava altamente concentrada. (...) Dentro da economia de subsistência cada indivíduo ou unidade familiar deveria encarregar-se de produzir alimentos para si mesmo. A roça era e é a base da economia de subsistência. Entretanto, não se limita a viver de sua roça o homem da economia de subsistência. Ele está ligado a um grupo econômico maior, quase sempre pecuário, cujo chefe é o proprietário da terra onde tem a sua roça. Dentro desse grupo desempenha funções de vários tipos de natureza econômica ou não, e recebe uma pequena remuneração que lhe permite cobrir gastos monetários mínimos (FURTADO 1980 [1959]: p. 121).

Furtado definiu o que significou a “roça” como representação da economia de subsistência na economia nordestina para em seguida delimitar quais eram as relações das áreas de subsistência com o latifúndio, já que a economia de subsistência fornecia mão de obra para o setor exportador canavieiro e não somente utilizava as terras dos senhores proprietários de terras.

Se bem que a unidade econômica mais importante da economia de subsistência fosse realmente a roça, do ponto de vista social a unidade mais significativa era a que tinha como chefe o proprietário das terras. A este interessava basicamente que o maior número de pessoas vivessem em suas terras, cabendo a cada um tratar de sua própria subsistência. Desta forma o senhor das terras, no momento oportuno, poderia dispor da mão de obra de que necessitasse. Demais, dadas as condições que prevaleciam nessas regiões, o prestígio de cada um dependia da quantidade de homens que pudesse utilizar a qualquer momento e para qualquer fim. Em consequência, o roceiro da economia de subsistência, se bem não estivesse ligado pela propriedade da terra, estava atado por vínculos sociais a um grupo, dentro do qual se cultivava a mística de fidelidade ao chefe como técnica de preservação do grupo social. (...) Na realidade, um tal recrutamento só seria praticável se contasse com a decidida cooperação da classe de grandes proprietários da terra. A experiência demonstrou, entretanto, que essa cooperação dificilmente podia ser conseguida, pois era todo um estilo de vida, de organização social e de estruturação do poder político o que entrava em jogo (FURTADO 1980 [1959]: p. 121).

Foi a relação de dependência e de fidelidade ao proprietário de terra que, segundo Furtado, manteve os trabalhadores rurais presos aos “roçados”. São os “cablocos” – como Furtado denominava, e assim também agregados, parceiros e roceiros – que ocupavam as “roças”, e Furtado afirma que muitos acusaram este “cabloco” de ser o responsável pela manutenção de uma agricultura rudimentar, quando na verdade era o “cabloco” uma criação da economia de subsistência.

A economia açucareira do Nordeste atinge determinado crescimento no século XIX utilizando mão de obra das áreas de subsistência. Os trabalhadores das “roças” serviam

enquanto mão de obra também nas fazendas, através dos vínculos sociais e políticos rígidos, segundo Furtado, dos proprietários com os trabalhadores. Furtado atenta, a princípio, para um sentido correto, pois os vínculos com o proprietário da terra impediram que os próprios senhores dispensassem parte dos “moradores” ocupantes das “roças”. Há uma hierarquia na organização social das áreas rurais de predominância dos senhores proprietários. Afrânio Garcia apontou os vínculos de fidelidade entre os “moradores” e os proprietários, e como estes vínculos permaneceram até as décadas de 1950 e 1960, período da migração nordestina. Na definição da organização social em torno dos engenhos por Furtado há determinada relação com a noção de patriarcado de Freyre (OLIVEIRA 1997, RICUPERO 2006). O caboclo submeteu-se às formas de trabalho rudimentares, com remunerações não assalariadas, cujo pagamento muitas vezes consistia em formas de endividamento com o senhor, na contenção de parte da produção das áreas de subsistência.

A conclusão que Furtado confere à discussão sobre a subutilização da reserva de mão de obra, apesar de reconhecer o desinteresse das classes proprietários nesta mobilização, caminha num sentido oposto.

Também nas zonas urbanas se havia acumulado uma massa de população que dificilmente encontrava ocupação permanente. As dificuldades principais neste caso eram de adaptação à disciplina do trabalho agrícola e às condições da vida nas grandes fazendas. As dificuldades de adaptação dessa gente e, em grau menor, daqueles que vinham da agricultura rudimentar do sistema de subsistência, contribuíram para formar a opinião de que a mão-de-obra livre do país não servia para a “grande lavoura”. Em consequência, mesmo na época em que mais incerta parecia a solução do problema de mão-de-obra, não evoluiu no país a ideia de um amplo recrutamento interno financiado pelo governo (FURTADO 1980 [1959]: p. 122).

Um dos elementos de maior relevo para Furtado reside no trabalho assalariado, que sucedeu num segundo momento da produção do café, no final do século XIX, quando o crescimento da produção de café desde a década de 1830 atingira níveis consideráveis. A existência de uma demanda internacional para o café associado à disponibilidade de terras e à reserva de mão de obra, elementos que permitiram o aumento da sua produtividade. Os escravos, com a abolição, pouco se ocuparam da economia de exportação, e, quando trabalhavam nas fazendas, foi em regime de semi assalariamento. A abolição, então, não produziu grandes transformações na economia nordestina, dos seus fatores de produção. Poderiam os escravos procurar os “roçados” ou somar a massa de população no processo de urbanização do começo do século XX²¹.

²¹ Ressalta-se novamente que a análise da escravidão nas interpretações da história econômica brasileira é fundamental, que mesmo não sendo o objeto aqui, vale apontar que Furtado não abandona determinada

Em *Formação* (1980 [1959]), Furtado aponta uma oligarquia latifundiária que obtém ganhos com a economia de subsistência, o que consistiu um avanço do ponto de vista teórico no pensamento do autor. Em *A economia brasileira* (1954) o autor analisou as relações econômicas do setor de subsistência com os demais, o exportador e o comércio, afirmando serem insignificantes, mais do que atrasadas, e, portanto, que não faziam conta enquanto parte considerável do sistema econômico. Por mais que as considerações sobre a subsistência em *Formação* fossem ligadas às perspectivas de atraso, as rendas que a subsistência gerava para as oligarquias foram de certa maneira consideráveis, principalmente em momentos de crise do setor exportador. Assim Furtado afirmou em *A economia brasileira* da relação entre o setor exportador e a subsistência:

Entre essas duas economias existia um fluxo de renda monetária mais ou menos unilateral, recebendo a unidade de subsistência pagamentos em moeda e entregando mercadorias. Essa renda monetária por seu turno era dispendida com importações, criando-se assim um fluxo triangular. Esse intercâmbio entre a unidade exportadora e a economia de subsistência representava, entretanto, uma parte insignificante da atividade econômica geral, dada a possibilidade que tinha a unidade exportadora de produzir quase todos os alimentos de que necessitava. Por outro lado, a própria natureza do trabalho de criação, o qual ocupa muito pouca mão de obra, não contribuía para que aquela economia de subsistência viesse a desempenhar um papel de significação na atividade econômica geral (FURTADO 1954: p. 83).

A análise do imigrante europeu em *Formação* (1980 [1959]) foi diferenciada em relação a *A economia brasileira* (1954), assim como a questão da pecuária, o que permitiu novos rumos de análise da economia de subsistência em *Formação*, abandonando a perspectiva amorfa que a economia de subsistência teve nos textos anteriores de Furtado (1948, 1954, 1956). O imigrante europeu, como saída à necessidade de mão de obra da produção cafeeira, representa novos vínculos entre o capital-trabalho. Os dois principais movimentos migratórios do século XIX, o nordestino rumo à economia da borracha e a imigração europeia desenvolveram formas de trabalho absolutamente diferentes. Por mais que as condições de trabalho fossem debilitadas nas fazendas de café, o assalariamento, a ajuda governamental, a terra para a produção de alimentos, eram situações diferentes dos

superioridade do imigrante europeu por meio de níveis de racionalidade. Assim afirma o autor: “Cabe tão somente lembrar que o reduzido desenvolvimento mental da população submetida à escravidão provocará a segregação parcial desta após a abolição, retardando sua assimilação e entorpecendo o desenvolvimento econômico do país” (FURTADO 1980 [1959]: p. 140). Sobre o fim da escravidão afirma: “A escravidão tinha mais importância como base de um sistema regional de poder que como forma de organização da produção. (...) Sem embargo, havia-se eliminado uma das vigas básicas do sistema de poder formado na época colonial e que, ao perpetuar-se no século XIX, constituía um fator de entorpecimento do desenvolvimento do país” (FURTADO 1980 [1959]: p. 141). Por duas vezes Furtado afirmou sobre os entorpecimentos posteriores à abolição. A direção dos escravos, compreende-se a partir de Furtado, foi ou as áreas de subsistência ou os centros urbanos.

nordestinos na economia amazônica da borracha, que sofriam relações de submissão e coerção, ligadas ao isolamento com baixas condições de vida.

Em *Formação* há comparação entre as classes dirigentes dos engenhos e as do café, sendo os senhores-de-engenho dotados de espírito ruralista em contraste aos cafeicultores, os propulsores do desenvolvimento posterior. Assim se apresenta no texto de *Formação*

A etapa de gestação da economia cafeeira é também a de formação de uma nova classe empresária que desempenhará papel fundamental no desenvolvimento subsequente do país. (...) Se se compara o processo de formação das classes dirigentes nas economias açucareira e cafeeira percebem-se facilmente algumas diferenças fundamentais. Na época de formação da classe dirigente açucareira, as atividades comerciais eram monopólio de grupos situados em Portugal ou na Holanda. As fases produtiva e comercial estavam rigorosamente isoladas, carecendo os homens que dirigiam a produção de qualquer perspectiva de conjunto da economia açucareira. As decisões fundamentais eram todas tomadas da fase comercial. Assim isolados, os homens que dirigiam a produção não puderam desenvolver uma consciência clara de seus próprios interesses. Com o tempo, foram perdendo a sua verdadeira função econômica, e as tarefas diretivas passaram a constituir simples rotina executada por feitores e outros empregados. Compreende-se, portanto, que os antigos empresários hajam involuído numa classe de rentistas ociosos, fechados num pequeno ambiente rural, cuja expressão final será o patriarca bonachão que tanto espaço ocupa nos ensaios dos sociólogos nordestinos do século XX. A separação de Portugal não trouxe modificações fundamentais, permanecendo a etapa produtiva isolada e dirigida por homens de espírito puramente ruralista (FURTADO 1980 [1959]: p. 114-115).

A mudança foi qualitativa na mentalidade dos cafeicultores, que além de organizarem a produção e o recrutamento de mão de obra, segundo Furtado, interferiam no transporte interno, na comercialização nos portos e, principalmente, na política financeira. O fato é que a economia durante o sistema cafeeiro não dependia da simples relação de comércio internacional centralizado pela Metrópole. As economias anteriores ao café lidavam com entrepostos fiscais e regras estabelecidas que eram externos à política da colônia. Os grandes proprietários de terra dos engenhos decidiam somente sobre a organização local, mas o mesmo não ocorre com os cafeicultores. No século XIX as decisões econômicas se internalizam de certa maneira com o processo decorrente da Independência para Furtado, pois mesmo com a constante interdição da Inglaterra sobre a economia do Brasil, havia uma economia nacional e uma política econômica a ser gerida.

Na formação das elites nacionais ao longo do século XIX prepondera a hegemonia dos cafeicultores, fato ainda mais evidente na Primeira República, com a centralização da política econômica em prol da valorização do café. As oligarquias canavieiras representavam para

Furtado o espírito ruralista, enquanto os cafeicultores controlavam uma rede mais complexa de relações econômicas, cujos interesses eram, para Furtado, melhor delineados²².

O cafeicultor detém um espírito mais associado ao capitalismo moderno no pensamento furtadiano do que os senhores de engenhos, estes que ainda utilizavam das rendas da economia de subsistência. A mentalidade do cafeicultor antecipa determinada modernidade, que Prado Júnior (2000 [1942]) já tinha apontado, e também se revela na relação com o imigrante europeu, que é diferente da subordinação dos trabalhadores às oligarquias nordestinas, e constitui o segundo ponto de análise. Não era para Furtado simplesmente o salário dos imigrantes, mas as formas do capital-trabalho expressas nesta relação tem vínculos modernizantes em relação à economia agrícola nordestina.

O imigrante europeu, *exigente e ajudado por seu governo*, chegava à plantação de café com todos os gastos pagos, residência garantida, gastos de manutenção assegurados até a primeira colheita. Ao final do ano estava buscando outra fazenda em que lhe oferecesse qualquer vantagem. Disponha sempre de terra para plantar o essencial ao alimento de sua família, o que defendia contra a especulação dos comerciantes na parte mais importante de seus gastos (FURTADO 1980 [1959] com grifo nosso: p. 133-134).

A imigração europeia foi um processo em certa medida impulsionado pela ação política dos cafeicultores junto ao Estado monárquico, que buscou incentivos de financiamento destas imigrações. A mudança dos empresários foi principalmente política para Furtado, e não econômica. Cepêda (1998, 2010) já apontou a preponderância da questão política como fundamental na interpretação furtadiana em torno da economia cafeeira, já que a ação dos cafeicultores tem interesses para Furtado claros e bem definidos, e foi fundamental na diferenciação estrutural gerada pelo café. Há determinada contestação à defesa furtadiana de que os interesses dos empresários eram definidos (BIELSCHOWSKY 2004), assim como uma dificuldade de encontrar os aspectos modernizantes dos cafeicultores, daqueles apontados por Furtado. Não serão aqui delineadas as formas de ação política dos cafeicultores junto ao Estado de forma específica, mas somente serão apontadas as formas de valorização do café como mecanismo importante para o desenvolvimento. Os empresários cafeicultores detinham formas de exploração da terra depreciativas, além de sempre contarem com uma mão de obra familiar, além dos produtos da roça de subsistência. Há vínculos econômicos capitalizados entre estes cafeicultores e os imigrantes, em relação à economia de subsistência nordestina, tida como amorfa pelo autor. Os imigrantes movimentam determinado valor de

²² Caio Prado Júnior (1977a [1945]) e Florestan Fernandes (2006 [1975]) utilizaram a expressão “homem-de-negócios”, que reúne as mesmas qualidades que Furtado apresentou, ou seja, uma maior interdição do empresário cafeicultor na rede de comercialização, um empresário que decide sobre sua produção e que busca no Estado forças econômicas para constituir êxito em sua produção.

troca entre os bens de subsistência e o proprietário da terra, com relações que não expressam os vínculos de fidelidade e organicidade entre os engenhos e os roçados da economia nordestina.

A mentalidade do empresário quanto ao avanço da técnica na produção de café fora debilitada pelas formas de exploração da terra praticadas desde a colônia. Apesar das relações modernizantes apontadas por Furtado, como o assalariamento, a concentração da distribuição da terra foi fator favorável ao uso de técnicas atrasadas por parte dos empresários. O problema gerado para o cafeicultor, segundo Furtado, era a mão de obra, e não a terra, fato que já foi apontado. A mão de obra resolvera-se com o incentivo do Estado, vide a necessidade de se desenvolver um setor exportador. A mão de obra deixa de ser um problema com o fluxo migratório que, segundo Furtado, não permitiu que uma escassez de mão de obra gerasse aumento nos salários, o que não ocorreu. A mão de obra foi somada à oferta de terras, os dois fatores fundamentais para o crescimento da produção do café através do capital investido. Quanto à disponibilidade de terra, por ser elástica, motivava o uso depreciativo da terra e nunca o reaproveitamento do solo ou a busca de técnicas de cultivo e manutenção do solo. Quando a terra apresentava esgotamento de suas riquezas, avançava-se para outro território. O autor busca compreender o porquê da utilização da produção extensiva na economia cafeeira, assim como realizou com a canavieira, e afirmou sobre o atraso técnico na produção cafeeira:

Transformando-se qualquer aumento de produtividade em lucros, é evidente que seria sempre mais interessante produzir a maior quantidade possível por unidade de capital, e não pagar o mínimo possível de salários por unidade de produto. A consequência prática dessa situação era que o empresário estava sempre interessado em aplicar seu capital novo na expansão das plantações, não se formando nenhum incentivo à melhora dos métodos de cultivo.

(...) É evidente que se esta fosse escassa (*a terra*), concluída sua ocupação, os empresários seriam induzidos a melhorar os métodos de cultivo e a intensificar a capitalização para aumentar os rendimentos. (...) Ora, a terra mais ainda do que a mão de obra existia em abundância, desocupada ou subocupada na economia de subsistência. O empresário tratava de utilizá-la aplicando o mínimo de capital por unidade de superfície. Sempre que essa terra dava sinais de esgotamento, se justificava, do ponto de vista do empresário, abandoná-la, transferindo o capital para solos novos de mais elevado rendimento. A destruição dos solos que, do ponto de vista social, pode parecer inescusável, do ponto de vista de um empresário privado, cuja meta é obter o máximo de lucro de seu capital, é perfeitamente concebível. A preservação do solo só preocupa o empresário quando tem um fundamento econômico. Ora os incentivos econômicos o induziam a estender suas plantações, a aumentar a quantidade de terra e de mão de obra por unidade de capital (FURTADO 1980 [1959] com grifo nosso: p. 161-162).

Os empresários cafeicultores não realizavam investimento de capital por unidade de mão de obra, pois não intentavam melhorar as técnicas de cultivo. A crítica de Furtado foi

direcionada ao atraso técnico das monoculturas que sempre se especializaram na extensão do trabalho, e nunca no aperfeiçoamento técnico através do aumento da produtividade com menor quantidade de horas trabalhadas. A mão-de-obra e a terra eram recursos abundantes e o capital escasso. O uso extensivo gerava desgaste da terra e baixa produtividade, logo, outras localidades eram procuradas, o que motivou o deslocamento das terras do Vale do Paraíba para o oeste do estado de São Paulo (FERNANDES 2006 [1975]). O abandono da terra pelo setor de exportação significava o posterior arrendamento para áreas de subsistência, o que possibilitou a formação no final do séc. XIX, segundo Furtado, de um reservatório de mão de obra em torno da economia cafeeira.

A reserva de mão de obra serviu como uma espécie de pressão sobre os salários dos trabalhadores da economia cafeeira, para que estes fossem mantidos baixos. A expansão das plantações de café também não absorveu toda a economia de subsistência. O fluxo migratório e a economia de subsistência contribuíram para manter o excesso de mão-de-obra, integrando uma etapa de produção agrícola subordinada aos empresários, ao “homem de negócio” do café, mas que recriavam as produções de subsistência realizadas pelas próprias famílias. As áreas de produção de café, as grandes fazendas paulistas, tinham trabalhadores assalariados, famílias às quais também eram arrendadas as terras para a subsistência.

O “homem de negócio” do café foi contraposto ao senhor de engenho por deter alguns elementos modernizantes na interpretação furtadiana, mas também o próprio autor apontou relações pretéritas na economia cafeeira, como o uso da terra e as relações de trabalho. Ao senhor de engenho, a configuração de domínio social sobre os trabalhadores rurais, com relações diferentes das assalariadas dos imigrantes europeus, coube a tese do coronelismo, que se refere principalmente ao final do séc. XIX e às primeiras décadas do século XX (CARVALHO 1997). O coronelismo, segundo Nunes Leal (1976 [1949]), significava o controle político do coronel como resultado de dois elementos principais: o domínio da propriedade de forma concentrada e a decadência da economia de exportação, como o caso da crise dos engenhos no começo do século XX. Foi a decadência econômica dos coronéis proprietários de terra o que estimulou as alianças com os governos estaduais e federais²³. Os recursos políticos encaminhados às regiões eram controlados pelos coronéis já que estes

²³ Afirma Szmrecsányi: “Tratava-se dos chamados lavradores e moradores que constituíam a base do poder político dos senhores de engenho. Os primeiros cultivavam solo que não lhes pertencia, graças à boa vontade dos senhores de engenho, que eram os proprietários das terras e da maioria dos escravos. (...) Todos levavam as canas que cultivavam ao engenho do senhor, recebendo em troca parte do açúcar resultante delas, o qual poderiam comercializar livremente, sempre que não estivessem endividados, o que era bastante frequente. O senhor de engenho ficava, pelo menos, com a outra parte do açúcar (...) dependendo por completo da benevolência dos senhores de engenho, sob cuja proteção paternal se colocavam” (SZMRECSÁNYI *apud* MALLORQUIN 1998: p. 41).

mantinham relações de mando e de dependência com a população, esta que em sua maioria era rural e se encontrava ou nos latifúndios ou nas áreas de subsistência. As classes de proprietários não se mobilizaram em deslocar os trabalhadores das áreas de subsistência, das “roças” que estavam localizadas no espaço das fazendas, por uma questão de que, com a economia de exportação em decadência, obtinha-se algum ganho com as áreas de subsistência. As oligarquias rurais sobreviveram da exploração do trabalho de subsistência, já que as produções para exportação eram acompanhadas de crises subsequentes.

Pereira de Queiroz (1979) reconhece uma intenção desde o final do século XIX de associar as populações “conservantistas” por conta do isolamento em oposição às populações próximas às cidades:

A sociologia rural no Brasil teve como ponto de partida o “exotismo” da vida de caipiras, caboclos, tabaréus, isto é, dos homens do campo, seja qual for o nome pro que são conhecidos nas diversas regiões do país. Talvez *Os sertões* de Euclides da Cunha esteja na base da descoberta da especificidade arcaica da vida rural brasileira, em oposição à vida moderna do litoral, perspectiva que definiu nossas populações rústicas como conservantistas, que recusavam inovações, atitude que era fruto de seu isolamento (PEREIRA de QUEIROZ 1979: P. 160-161).

Algumas relações foram conservadas na economia cafeeira no pensamento furtadiano, mesmo que o próprio autor afirmasse sobre a dimensão modernizante do empresário cafeicultor. A análise diferenciada sobre a especialização do setor cafeeiro está no crescimento da renda para os centros urbanos e nos laços que este setor teve com a industrialização. Houve uma diferenciação realizada por Furtado com a economia nordestina, mas a economia cafeeira sutilmente retomava as formas parecidas da economia nordestina entre o setor exportador e a subsistência.

Entende-se a noção de conjunto que há na ideia de um setor exportador e um setor de subsistência, sendo uma ideia utilizada por Furtado em todos os sistemas econômicos desde a colônia. Cada setor pode representar vários tipos de relações de acordo com a região e período histórico, então acaba sendo uma noção utilizada pelo autor como esforço de generalização, da relação entre quem detém o capital e aqueles que detêm a força de trabalho. A economia cafeeira em Furtado, para Mallorquin (2005), inicia uma nova etapa de relações agrícolas: com o imigrante europeu, o trabalho assalariado, residindo aqui a maior diferença com a economia nordestina, o fato de a economia de subsistência ligada aos engenhos ainda ser arcaica. A diferença apresentada por Mallorquin está de encontro com a análise aqui realizada das relações de uso da terra pela economia de subsistência nos roçados, presente na interpretação furtadiana ao caracterizar o Nordeste.

O importante nesta estrutura são as relações sociais que tornam possível o uso da terra. O recurso teórico de Furtado, em alusão a um setor de subsistência, não explica suas condições de existência nem a organização e formas de posse da terra. As condições de existência da posse da terra por seus usuários, os agricultores, efetivamente respondem melhor a formas muito específicas de “não-posse”, e podem ser muito diversas. A maneira como o proprietário organiza e distribui o uso da terra tem primordial importância para explicar de que maneira os agricultores estão “obrigados” a pagar a renda. No entanto, é óbvio que, além disso, deve existir um “Estado” capaz de impor o pagamento da renda e/ou um aparato armado do proprietário para exercer sua “autoridade”. Paralelamente, aparecerá o monopólio da terra (direito de exclusão) e, portanto, a possibilidade de expulsar ou impedir seu uso pelo campesinato. (...)

É a maneira como o proprietário distribui o trabalho do campesinato em suas fazendas, a forma de pagamento da renda, a superfície arrendada, a exclusão do uso da água para seus animais de carga ou de tração que conduzem à subjugação e compelem o agricultor a pagar a renda para ter acesso à terra, sustento – em parte – de sua reprodução, ou seja, a suposta economia de subsistência, em termos de Furtado. Na América Latina e Europa, abundam exemplos de formas de endividar os “peões” e de permuta nas formas de pagamento da renda (mão de obra, em espécie, dinheiro). Tudo isso impõe que o trabalhador esteja sujeito à terra e, portanto, pague renda como correlativo contratual dessa relação. Em síntese, pelo menos podemos falar de uma economia hegemônica – a cafeeira – pelas relações de produção pré-capitalistas; os próprios proprietários de terras podem ser os agentes que proveem de produtos os comerciantes (extraídos dos camponeses), que os colocam à venda no exterior (MALLORQUIN 2005: p. 101-102).

Mallorquin observa que há uma economia cafeeira, com aspectos modernizantes, em distinção à uma economia nordestina, que reproduz relações arcaicas estabelecidas na forma de rendas extraídas destas economias de subsistência. Furtado (1954) jamais aceitou a simples adaptação de etapas do desenvolvimento da economia europeia para os países periféricos, então, não aceitou a noção de feudalismo como etapa da economia colonial, ou seja, como uma importação do modelo europeu. Segundo Mallorquin, houve um importante movimento na interpretação furtadiana, desde *A economia brasileira* (1954) até *Formação* (1959), pois Furtado preferiu alegar que as economias de subsistência são os reservatórios dos momentos de crise do setor exportador, sendo a economia cafeeira um diferencial, já que conseguiu formar uma economia de mercado interno, e não se transformou simplesmente em economia de subsistência.

O que se aponta foi um determinado deslocamento entre o que constituiu uma ideia de rural na economia nordestina e a diferença ao apontar a economia cafeeira sulina. Por mais que as formas do antigo dualismo colonial se reproduzissem na economia cafeeira, elementos foram encaixados em um mecanismo analítico por Furtado, que direcionou na especialização da produção cafeeira as bases da indústria nacional. Sendo assim, os fatores de produção da economia colonial ganham novas dimensões nas transformações de uma economia nacional

de maior capitalização, como a cafeeira. Daí a importância em: marcar a transição do fim da escravidão e suas repercussões sobre as formas do capital-trabalho em cada uma das regiões; apontar a distribuição e uso da terra, distinguindo as formas de apropriação, os “roçados”, o setor exportador de produção extensiva, para, enfim, caracterizar o dualismo colonial redimensionado nas bases do séc. XX, agora em outra perspectiva, com mudanças nas formas de trabalho em uma economia já compreendida do ponto de vista de um sistema nacional (cf. LIST 1997).

As formas das estruturas econômicas regionais, por mais que fossem distintas, representavam para Furtado um sistema em formação desde o século XIX, que até setores tidos como descapitalizados (setor pré-capitalista de subsistência) tiveram lugar. A distinção destas formas arcaicas em economias organizadas sobre outras lógicas contribui para localizar na teoria furtadiana o papel que a indústria teve sobre sua interpretação. Os elementos modernizantes da brecha histórica utilizaram-se de relações econômicas dotadas de maior racionalidade, com desenvolvimento da técnica e da produção, mas um processo exclusivo de núcleos urbanos específicos, principalmente em torno da economia cafeeira (FURTADO 1961). Nesta chave – de diferenciação entre economia industrial sulina nascente e economia rural nordestina –, Furtado dotou a estrutura econômica nordestina das vicissitudes do atraso, também como um prenúncio das críticas que o autor realizou durante toda a década de 1950 e 1960 às oligarquias agrárias nordestinas, em oposição ao uso econômico dos latifúndios, pela não integração no processo de desenvolvimento iniciado com a industrialização. Furtado caracterizou a condição de subdesenvolvimento a partir do grau atingido pela economia brasileira: industrialização em meio a uma estrutura econômica heterogênea marcada pelo atraso de setores que não se incorporaram ao surto desenvolvimentista.

Outra chave de análise se abre com o início de um novo dualismo, agora como problema de uma economia que no século XIX adquiria a dimensão de nacional: o dualismo entre a economia nordestina e a economia sulina. O projeto desenvolvimentista de Furtado estava ancorado sob a delimitação de uma teoria do subdesenvolvimento que polarizou um setor industrial em contrapartida ao polo rural. Não significa mais o polo atrasado da economia de subsistência em relação ao modelo primário-exportador, mas agora é o setor rural, a *vocação agrária* que estrutura as bases do atraso da economia brasileira. E mais, um polo rural em grande medida pensado a partir da questão do Nordeste, região de desagregação do modelo primário-exportador, de imensa população rural, setor (o rural) importantíssimo sobre os desequilíbrios regionais e pelas debilidades do atraso.

II – A brecha histórica da industrialização: o deslocamento do centro dinâmico

Um conjunto de relações em torno da economia cafeeira, para Furtado, permitiu uma determinada centralização das decisões sobre a economia por parte dos empresários, que junto ao Estado, conseguiram perpetuar demandas de políticas econômicas em defesa do café. A importância do café para o setor exportador, e a força dos cafeicultores na Primeira República fora tal, que políticas de valorização resultaram da ação dos empresários por seus interesses. A defesa do café através do financiamento estatal, associado a um conjunto, desde elementos da produção como o trabalho livre, o nível dos salários, até questões econômicas como a cotação da moeda no mercado internacional, manutenção dos financiamentos das produções, permitiram a industrialização. Aqui se encontra um dos argumentos chave de Furtado, debatido pela crítica (SUZIGAN 1978, CARDOSO DE MELLO 1991 [1982], CANO 1983, BIELSCHOWSKY 2004 [1988], OLIVEIRA 2003 [1972], CARDOSO 2009, CEPÊDA 2010) como um dos principais legados de interpretação por parte de Furtado: o deslocamento do centro dinâmico para o eixo Sulino, a partir da economia cafeeira e o posterior desenvolvimento industrial.

Oliveira (2009) realizou uma análise sobre o que constitui o deslocamento do centro dinâmico em Furtado.

Aqui, pois, a contribuição de Raúl Prebisch está presente com sua formulação de “centro” e “periferia”, que Furtado incorpora inteiramente. Há, na verdade, um certo anacronismo na releitura da história brasileira por Furtado, porque na verdade o sistema colonial não estruturava um centro e periferias nas suas colônias, nem espacial nem setorialmente. O caso brasileiro é exemplar: para Furtado, o deslocamento que se produz é do antigo centro – o Nordeste açucareiro – para o Sudeste – que se industrializará. Mas a economia brasileira não constituía um “sistema”, nem sequer uma economia “nacional” propriamente dita, pois as explorações regionais estavam baseadas nas estratégias de exploração da metrópole portuguesa.

A própria transição, de que Minas será um elo importantíssimo na cadeia – já assinalado por Caio Prado Jr. – obedece à lógica da exploração mercantil, e não a um processo interno da acumulação de capitais. Assim, não havia propriamente um “centro”, posto que o Nordeste mantinha poucas relações mercantis com o restante do país, salvo no capítulo da troca de pequenos excedentes de gado; a principal produção nordestina, a de açúcar, e depois a de algodão, não se destinava ao Sudeste, mas ao exterior. E a cafeicultura, quando chegou a ser a principal atividade econômica de São Paulo e seus entornos, chegando à condição de primeira mercadoria do comércio mundial, tampouco se destinava às outras regiões brasileiras, mas, de novo, ao exterior.

Aceite-se, pois, criticamente, “o deslocamento do centro dinâmico”. Posto que é aqui que vai se formar uma “economia nacional”, tanto sob as novas condições da divisão social do trabalho, conduzida pela indústria manufatureira e logo a maquinofatureira, quanto pelas operações políticas advindas da Revolução de 1930 – o capítulo mais importante de nossa

“revolução passiva” (COUTINHO, 1999; VIANNA, 1997) –, como a abolição das autonomias estaduais nos capítulos fazendários e alfandegários, criando pela primeira vez um “mercado nacional” (OLIVEIRA 2009A: p. 42-43).

A análise de Oliveira sobre a interpretação furtadiana do deslocamento do centro dinâmico foi: a partir da noção centro e periferia, de influência cepalina (Prebisch), modificou-se a unidade-chave do sistema econômico com a especialização do café, sendo este o setor preponderante da diferenciação estrutural de matriz industrial e de eliminação do modelo primário-exportador. Isto é, a diferenciação estrutural tinha uma base regional estabelecida, a região Sulina. Os novos fatores diagnosticados por Furtado quanto à região sulina no século XX foram: intervenção estatal com financiamento da exportação, demanda de consumo popular a partir da mão de obra assalariada e fortalecimento do mercado interno na crise da década de 1930 através do mecanismo de manutenção das rendas e salários.

Florestan Fernandes (1981 [1968]) argumenta sobre tal processo (o deslocamento do centro dinâmico) a partir da ideia de internalização da dependência. A antiga dependência que a colônia tinha em relação à metrópole foi internalizada na relação entre o Centro-Sul e o Nordeste, ao longo do século XX. Oliveira (2003) já apontou vínculos entre Furtado e Fernandes, através de artigos, principalmente em torno da noção de heterogeneidade.

Há a necessidade de não confundir a noção de deslocamento do centro dinâmico, e neste ponto Oliveira (2009) assegura com clareza, com a noção furtadiana e cepalina de internalização do centro de decisões. Não é uma economia cafeeira que domina um complexo nacional, e passa a decidir sobre uma economia nacional. As estruturas econômicas não eram plenamente estabelecidas e passíveis de controle e regulação, e os domínios regionais das oligarquias mantiveram-se de certa maneira intocado (FIORI 1994). A economia cafeeira adquiriu sim, segundo Furtado, certa capacidade de decisão sobre a *sua* cadeia de produção e comercialização, e que foi mais significativo do ponto de vista econômico do que os sistemas econômicos do Nordeste. Isso não significa que a economia cafeeira passou a decidir sobre as outras regiões. A economia canvieira teve crescimentos consideráveis ainda no século XX, e suas oligarquias estiveram estáveis na forma do coronelismo, mantendo as relações do dual estruturalismo do velho modelo primário. O deslocamento está entre o modelo primário-exportador em que o rural era o moderno para o modelo industrial enquanto setor moderno.

O deslocamento do centro dinâmico associado à ideia de internalização do centro de decisões foram artificios que expressaram o aprofundamento da forma de dualismo apontado no pensamento do autor, entre as regiões Sulina e Nordestina. Os elementos fundamentais na análise furtadiana da modernização a partir da noção de dualismo (entre as regiões) e

deslocamento do centro dinâmico são a mão de obra (relação capital-trabalho, trabalho assalariado e imigrações) e as políticas econômicas do Estado via força dos cafeicultores na Primeira República. Este conjunto está associado à formação do capitalismo moderno industrial e das bases do Estado moderno capitalista (DRAIBE 1988) no pensamento furtadiano, cuja questão econômica somente ganha dimensão (séculos XIX e XX) de uma questão nacional a partir da economia cafeeira (CEPÊDA 1998, 2010) ²⁴.

a. Mão de obra assalariada e mercado interno

O deslocamento do centro dinâmico foi o processo de capitalização do trabalho mediante assalariamento, em que os indivíduos adquiriam alguma capacidade de demanda por produtos em razão dos salários, além de manterem a oferta da força de trabalho, favorecendo um setor consumidor. Mesmo Furtado reconhecendo os altos índices de pobreza que estavam às margens da economia de exportação, o trabalhador livre explorado adquiriu uma capacidade de consumo e um papel na sua teoria da industrialização. A função dos trabalhadores esteve em fornecer mão de obra, e, no caso dos países periféricos, mão de obra de baixo custo, mas que acabou formando um setor consumidor fundamental no momento de crise da década de 1930 e na formação do mercado interno a partir da economia cafeeira (FURTADO 1961, 1980 [1959]). Em *A economia brasileira* (1954), Furtado afirmou a importância da mão de obra assalariada:

Consideremos agora o fluxo da renda do ponto de vista dinâmico. Que consequência tem para a economia um aumento do impulso externo? Crescendo a massa de salários pagos, aumentará automaticamente a procura de artigos de consumo. A produção de boa parte destes artigos, por seu lado, pode ser facilmente expandida dada a existência dentro do país de mão de obra e terra sub-utilizadas. Desta forma o aumento do impulso externo pode determinar uma melhor utilização de fatores já existentes no país. Esse aumento de produtividade, efeito secundário do impulso externo, vai beneficiar um setor da economia fora da unidade produtora-exportadora, isto é, ligado ao mercado interno. A massa de salários paga no setor exportador vem a ser, portanto, o núcleo central de uma economia de mercado interno (FURTADO 1954: p. 90-91).

A massa de lucros resultada do aumento de produtividade em uma economia de trabalho assalariado acabou por distribuir um montante de renda entre os fatores, e, principalmente incidindo sobre o fator que é dinâmico neste processo, o humano. A partir desta premissa da teoria do desenvolvimento sobre o crescimento em economias capitalistas, para Furtado, o aumento da produtividade do café em uma economia de herança colonial como a brasileira permitiu distintos crescimentos da renda entre empresários e trabalhadores.

²⁴ Além de Vieira (2007), há o debate sobre a ideia de nação em Furtado na tese de doutorado de Wilson Vieira *A construção da nação no pensamento de Celso Furtado* (IFCH/UNICAMP 2010).

Os empresários concentravam um lucro preponderantemente maior que os distribuídos entre os fatores humanos, atribuindo assim uma característica à economia nacional de manutenção constante dos salários em baixa. A análise das rendas na economia cafeeira, dos lucros e dos salários, fatores fundamentais à diferenciação estrutural e a industrialização, tem conexão direta com as formas dadas pelo autor à agricultura em relação ao século XX.

Furtado argumenta em *Formação* (1980 [1959]) que a motivação para a manutenção em baixa dos salários dos trabalhadores foi o crescimento do fluxo migratório europeu, o que não possibilitou a escassez de mão de obra e garantiu a formação dos reservatórios de mão de obra nas áreas de subsistência, o que pressionava os salários para baixo. O fato está no consumo destes trabalhadores assalariados, o que no mercado interno permitiu que um setor fosse favorecido além do exportador. O mercado interno cresceu nesta fase de transição segundo o efeito multiplicador do aumento das exportações, então um setor dinâmico foi criado com suas energias voltadas para dentro do país e estimulado pelo consumo.

Vimos que a existência de uma reserva de mão de obra dentro do país, reforçada pelo forte fluxo imigratório, permitiu que a economia cafeeira se expandisse durante um longo período sem que os salários reais apresentassem tendência para a alta. A elevação do salário médio no país refletia o aumento de produtividade que se ia alcançando através da simples transferência de mão de obra da economia estacionária de subsistência para a economia exportadora. As melhoras de produtividade obtidas dentro da própria economia exportadora, essas o empresário podia retê-las, pois nenhuma pressão se formava dentro do sistema que o obrigasse a transferi-las total ou parcialmente para os assalariados (FURTADO 1980 [1959]: p. 161).

O fator trabalho, a partir das formas de assalariamento, foi um mecanismo explicativo importante na análise do autor: a manutenção de baixos salários e a ampla demanda de mão de obra, que formou um determinado setor consumidor, foi fundamental ao processo de modernização. A explicação em torno do assalariamento na economia cafeeira funcionou como um complexo explicativo cujos elementos eram todos interdependentes.

O setor consumidor (os trabalhadores), que contribuiu na formação do mercado interno, não tinha possibilidades de ter alta nos salários para Furtado. O autor chegou a constatar que se os empresários distribuíssem em maior quantidade parte dos seus lucros através dos salários, estes empresários não teriam condições de realizar inversões na produção cafeeira e a economia sofreria com crises. Esta forma sistêmica de Furtado, em analisar a partir das rendas e inversões a expansão da economia cafeeira, encaixou até a baixa dos salários na explicação da diferenciação estrutural. Bielschowsky afirma a respeito da mão de obra em Furtado:

No livro *A economia brasileira* (1954), Furtado enfatizou a ideia de que a pressão baixista sobre os salários reais, advinda da economia de subsistência, atuava como fator de limitação do mercado interno. No livro definitivo (*Formação econômica da Brasil*), o autor abandonou essa linha de argumentação e manteve apenas duas outras considerações associadas à não elevação de salários: a primeira consistiu na observação de que a situação favorável à apropriação, pelos empresários, da totalidade dos benefícios da elevação de preços dos produtos de exportação acarretava uma acumulação de capital mais rápida e, conseqüentemente, uma maior absorção de mão de obra do setor de subsistência; a segunda consistiu na avaliação prebischiana dos efeitos da abundância da mão de obra sobre as relações de intercâmbio do país, ou seja, na ideia de que, se os salários absorvessem parte da elevação da rentabilidade auferida na alta cíclica, haveria maior capacidade de defesa contra a queda de preços e a deterioração dos termos de intercâmbio na fase de baixa. Como os salários podem oferecer maior resistência à compressão do que os lucros, na fase depressiva, ter-se-iam – na fase depressiva – meios para evitar a deterioração secular das relações de troca (BIELSCHOWSKY 1989 com grifo nosso: p. 51).

A baixa dos salários provocada pela economia de subsistência como impeditivo à formação de mercado interno foi um argumento presente em *A economia brasileira* (1954) e posteriormente abandonado em *Formação* (1980 [1959]), o que muito importa na análise do rural. A baixa dos salários permitiu aos empresários cafeicultores, segundo Furtado em *Formação*, reagir diante das crises, pois sempre contavam com uma maior absorção de capital, o que conseqüentemente aumentava a absorção de mão de obra do setor de subsistência. A economia cafeeira conseguiu absorver parte da economia de subsistência, superando em grande medida as relações do dual estruturalismo do modelo primário exportador. A absorção de mão de obra em trabalho livre assalariado permitiu criar determinada demanda de consumo interna que a economia nordestina não conseguiu (em razão da manutenção do antigo dual estruturalismo colonial na região nordestina).

A economia cafeeira conseguiu iniciar novas relações com a economia de subsistência, calcadas em bases diferentes do antigo dualismo, já que os empresários cafeicultores não se ancoravam na renda ociosa advinda da economia de subsistência. Em *Formação*, segundo Bielschowsky, passou a enfatizar a ideia que a rentabilidade dos salários aumentou em momentos que a demanda internacional para os produtos exportados era alta (o café), o que acabou proporcionando que alguma capacidade de defesa fosse gerada no próprio mercado interno diante da deterioração dos termos de troca. A noção cepalina de deterioração apontava a presença de uma determinada pressão de baixa sobre os preços dos produtos de países periféricos resultado das trocas internacionais, e que havia uma tendência em aumentar a distância entre países com desenvolvimento industrial e os países periféricos (BIELSCHOWSKY 2004 [1988]), o que reforçava a necessidade em realizar uma defesa

através de políticas econômicas. Parte desta defesa foi garantida pelas relações empreendidas nas relações assalariadas da economia cafeeira.

O que importa para Furtado é que a renda dos assalariados cresceu no conjunto da economia, principalmente com a ampliação do setor exportador e a absorção de pessoas das áreas de subsistência. Segundo Furtado, se o salário crescesse aceleradamente, a distância da renda entre os trabalhadores ligados ao setor exportador e os trabalhadores do setor de subsistência seria ampliada, o que imprimiria um ritmo de crescimento lento ao conjunto do sistema. Furtado apontou em *Formação* que se a distribuição entre os trabalhadores fosse maior poderia prejudicar os empresários cafeicultores em momentos de queda da demanda internacional. Esta ideia foi criticada por Oliveira (2003 [1972]), Sachs (2001), a partir da noção de custo social da baixa dos salários, sob a condição de miséria dos trabalhadores rurais. Fernando Novais (1961 [2009]) cobrou maiores explicações da formação de um fluxo de renda com o aparecimento do trabalho assalariado. Paul Singer (1959 [2009]), assim como Nelson Werneck Sodré (1959 [2009]), alegaram também que há determinada estabilidade nas explicações sistêmicas de Furtado, certo equilíbrio que tende a uma lei geral pelo próprio autor condenado em suas formulações teóricas.

O trabalho assalariado assegurou para Furtado uma demanda interna voltada para o mercado interno, que em conjunto às políticas de valorização e ao mecanismo de socialização de perdas (resultados da intervenção estatal), produziram tal diferenciação estrutural e a substituição de importações.

b. Políticas de valorização do café e a socialização das perdas

A relação política entre os empresários dos setores exportadores e o Estado foi redimensionada, principalmente no início da Primeira República. Furtado atribuiu uma qualidade distinta à classe dos empresários cafeicultores, devido a uma maior capacidade de demanda por políticas econômicas que resultaram na valorização e defesa do café. Legado furtadiano (BIELSCHOWSKY 2004 [1988], CARDOSO 2009), que desatou controvérsias entre economistas (SUZIGAN 1978, CARDOSO DE MELLO 1991 [1982], CANO 1983), as políticas de financiamento à produção e à comercialização do café na Primeira República, através da criação de uma demanda artificial, desencadearam processos posteriores de incentivo à industrialização. E a mão de obra cumpriu papel fundamental junto às políticas econômicas em prol dos cafeicultores.

Furtado ao analisar a *transição* para uma economia industrial através da especialização da produção cafeeira, apresentou a ação dos cafeicultores pela defesa do café diante das crises

internacionais do século XX. As políticas de defesa possibilitaram, segundo Furtado, certo incentivo para a indústria nacional que não eram previstas pelo alcance das políticas voltadas para o café. A criação de estoques de café subsidiados pelo Estado acabou por manter os salários, o que constituiu as políticas de defesa da indústria voltada para o mercado interno. Diante da crise internacional e da desvalorização da moeda, as importações sofreram restrições, além do encarecimento dos produtos importados. Os salários mantidos pela valorização do café, diante da dificuldade do acesso aos importados, foram uma espécie de incentivo à indústria nacional para substituir os bens importados, que ficaram escassos em momentos de crise. Cepêda propõe analisar duas consequências das políticas de valorização:

Se Furtado apresenta o efeito não intencional das políticas de proteção ao café que, não intencionalmente, geraram o fortalecimento da indústria, proponho analisar *outra consequência imprevista* e, talvez, revestida de tanta ou maior importância: a formulação da tese da interdependência inevitável entre economia e política e seu alcance nacional. Creio que é nesse momento que se forja o fenômeno de transformação do problema econômico na questão nacional. (CEPÊDA 2010: p. 8)

Além deste imprevisto das políticas de defesa que acabaram por manter o nível dos salários e, portanto, a renda dos trabalhadores fundamental para a etapa de substituição de importações, decisões políticas resultaram em processo de desenvolvimento no pensamento de Furtado. O Convênio de Taubaté (1906) significou uma ação estatal que correspondeu ao problema econômico em novas bases nacionais (CEPÊDA 1998, VIEIRA 2007). Assim Furtado afirmou sobre as políticas de valorização:

A ideia de retirar do mercado parte desses estoques amadurece cedo o espírito dos dirigentes dos Estados cafeeiros, cujo poder político e financeiro fora amplamente acrescido pela descentralização republicana. (...) A acalorada polêmica que suscitou a política de “valorização” consistiu uma clara indicação das transformações que na época se operavam na estrutura político-social do país. A descentralização republicana havia reforçado o poder dos plantadores de café ao nível regional (FURTADO 1980 [1959]: p. 179).

Ao reconhecer o papel dos baixos salários na manutenção das inversões internas realizadas pelos empresários, Furtado empreendeu ampla crítica ao papel desempenhado pelas políticas econômicas de proteção do café. As políticas econômicas dos cafeicultores não visavam manter os empregos ou o nível do consumo na análise furtadiana, como acabaram por realizar induzindo o crescimento no mercado interno. Os cafeicultores simplesmente desejavam manter as rendas dos empresários e os preços internacionais. A defesa consistiu em operações de financiamento da produção e de criação de estoques de café. As políticas de defesa suscitaram o debate a respeito da necessidade da criação de uma demanda artificial

para o café. A pergunta seria o porquê estimular o financiamento da colheita do café já que o destino de parte considerável das produções seria sua queima (TAVARES 1972, SUZIGAN 1978, CANO 1983). Furtado visualizou nesta forma de financiamento, de um produto que foi colhido e que não teria solvência no mercado internacional, determinado mecanismo que acabou por proteger os salários e as rendas. As rendas foram invertidas no mercado interno, e os salários mantiveram a demanda interna por produtos, fundamental na fase de substituição de importações.

Consideremos mais detidamente as consequências da política de retenção e destruição de parte da produção cafeeira seguida, com o objetivo explícito de proteger o setor cafeeiro. Ao garantir preços mínimos de compra, remuneradores para a grande maioria dos produtores, estava-se na realidade mantendo o nível de emprego na economia exportadora e, indiretamente, nos setores produtores ligados ao mercado interno. Ao evitar-se uma contração de grandes proporções na renda monetária do setor exportador, reduziam-se proporcionalmente os efeitos do multiplicador de desemprego sobre os demais setores da economia. Como a produção de café cresceu nos anos da depressão, tendo sido a colheita máxima de todos os tempos a de 1933, é evidente que a renda global dos produtores agrícolas se reduziu menos que os preços pagos a esses produtores. Dessa forma, ao permitir que se colhessem quantidades crescentes de café, estava-se inconscientemente evitando que a renda monetária se contraísse na mesma proporção que o preço unitário que o agricultor recebia por seu produto. É fácil compreender a enorme redução da renda do agricultor, que teria significado o abandono nas árvores de parte da produção, digamos de 1/3 dessa produção, que foi aproximadamente o que se destruiu entre 1931 e 1939 (FURTADO 1980 [1959]: p. 190).

Furtado insere elementos não previstos pelas políticas. Sem a manutenção das rendas e dos salários seria impossível, para o autor, as demandas do mercado interno para a produção nacional. A etapa de substituição de importações para Furtado, como marca da transição da vocação agrária, foi um estímulo gerado pelo setor da demanda, como parte dos salários dos trabalhadores, o que se diferenciava da noção liberal de crescimento, por parte da oferta de produtos²⁵.

²⁵ Oliveira realiza uma crítica à ideia de manutenção das rendas e salários mediante proteção ao café: “Apesar da originalidade da interpretação, o próprio Furtado, em seu auge como economista, não se deu conta inteiramente da queima de café pelo governo Vargas, em 1931, como “política” – portanto, nos termos de *Don José*, como uma prática não externa à economia. Aqui reside um traço ainda neoclássico em Furtado, o que ele não poderia ter evitado, talvez. Porque há uma sugestão de que foram os próprios mecanismos econômicos da cafeeira que levaram à queima. Isto só em parte é verdade, já que os imensos estoques de então contribuíam para a redução dos preços, numa fase de intensa depressão nos países consumidores. Mas a “política” estava nos interesses de classe que promoveram e apoiaram a queima dos estoques, até porque o serviço da dívida externa para pagar os próprios empréstimos da valorização do café já consumia todas as divisas produzidas (VILELLA & SUZIGAN 1975), o que erguia uma poderosa barreira à continuidade da política cega de reprodução infinita das plantações. É aqui que entra a “autonomia relativa” da política de que falava Weber e seu seguidor *Don José* (Medina Echavarría), e que Cardoso e Faletto adicionaram à interpretação furtadiana, melhorando-a notavelmente sob esse aspecto” (OLIVEIRA 2009A: p. 40).

Foi no mecanismo de funcionamento dos ajustes econômicos dos cafeicultores, através de vias políticas, que Furtado apontou a maneira como as perdas ocorridas com as crises de expansão do comércio internacional foram transferidas à população. Diante da contração cíclica, os empresários exportadores pressionavam politicamente sobre a taxa cambial, de forma que se desvalorizasse o preço externo da moeda nacional. Com o comércio externo sendo liquidado em dólar ou libras, quando as rendas dos empresários eram invertidas internamente, com a moeda desvalorizada, o montante convertido para os empresários era maior. Além do financiamento na forma de estoques, os cafeicultores realizaram outra política de manutenção de renda. Diante das crises subsequentes, desde o final do século XIX, os cafeicultores operaram determinada correção sobre a taxa cambial de maneira que permitisse minimizar os déficits no preço do café no mercado internacional. O conjunto da população, consumidora de parte significativa das importações (alimentos e tecidos), acabou pagando por este mecanismo. Furtado mantém em *Formação* a mesma análise do texto de 1954, daquilo que chamou de *socialização das perdas*:

A correção do desequilíbrio através da taxa cambial era uma operação de natureza e consequências inteiramente distintas. Ao reduzirem-se os preços dos produtos exportados – no caso, o café – tendia a baixar bruscamente o poder aquisitivo externo da moeda nacional. Essa baixa se processava mesmo antes que se materializasse o desequilíbrio, pois a simples previsão de que viria tal desequilíbrio era suficiente para que tivesse início uma corrida contra o valor externo da moeda. Dessa forma, encareciam bruscamente todos os produtos importados, reduzindo-se automaticamente sua procura dentro do país. Assim, sem necessitar de liquidar reservas, que aliás não possuía, a economia lograva corrigir o desequilíbrio externo. Por um lado, cortava-se o poder de compra dos consumidores de artigos importados, elevando os preços destes, e por outro estabelecia-se uma espécie de taxa sobre a exportação de capitais, fazendo pagar mais àqueles que desejassem reverter fundos para o exterior.

A redução do valor externo da moeda significava, demais, um prêmio a todos os que vendiam divisas estrangeira, isto é, aos exportadores. (...) O processo de correção do desequilíbrio externo significava, em última instância, uma transferência de renda daqueles que pagavam as importações para aqueles que vendiam as exportações. Como as importações eram pagas pela coletividade em seu conjunto, os empresários exportadores estavam na realidade logrando socializar as perdas que os mecanismos econômicos tendiam a concentrar em seus lucros (FURTADO 1980 [1959]: p. 164-165; FURTADO 1954: p. 103).²⁶

Diante de crises internacionais que contribuíam para a contração da demanda internacional por bens primários, as importações sofriam déficits, já que dependiam das

²⁶ O argumento da socialização foi apresentado, de uma forma inicial por Furtado, em um artigo de ampla circulação intitulado “Características gerais da economia brasileira”, publicado em 1950 na Revista Brasileira de Economia, sob forte influência cepalina. A socialização foi mais bem desenvolvida posteriormente em *A economia brasileira* (1954).

divisas produzidas pela exportação. Associado à dificuldade de criação de divisas está a desvalorização da moeda no mercado internacional, o que contribuía na alta dos preços dos importados consumidos internamente. Aí está o mecanismo de transferência dos prejuízos para Furtado, pois trabalhadores assalariados constituíam a massa de consumidores. Um equivalente de 50% das importações era de tecidos e alimentos, o que sofreu alta nos preços, além de escassez com a crise nas exportações. Os grupos de consumidores acabaram arcando com os custos da atrofia internacional.

Certo equilíbrio foi posto em jogo por Furtado diante dos momentos de crise, como a da década de 1930, pois na baixa cíclica os salários não podiam ser ainda mais rebaixados, mas a manutenção das rendas dos cafeicultores contribuiu para que as inversões na economia fossem mantidas, e desta forma os níveis de emprego. A preocupação de Furtado com a socialização das perdas, além de apontar formas políticas de intervenção econômica no favorecimento de grupos de empresários, contribuiu também na formulação de determinado custo social dos mecanismos de proteção ao café, de reconhecimento da condição de pobreza dos trabalhadores. Quais trabalhadores, de que setores, isso não é especificado por Furtado, entendendo como população consumidora o conjunto de trabalhadores no em torno da economia cafeeira.

Furtado analisou os efeitos não considerados, como a manutenção de salários, e também os efeitos de longo prazo prejudiciais à economia brasileira. A defesa transferiu para o futuro o problema, reconhece Furtado, pois essa política deveria ser acompanhada de um desestímulo às inversões realizadas em produções de café. Em outros setores deveriam ocorrer inversões, como alternativas aos empresários criadas artificialmente ou outras linhas de exportação através de uma política de subsídios. Todos os mecanismos de defesa do café e desvalorização cambial foram apontados por Furtado como um impeditivo à rápida transformação da economia colonial em uma economia industrial, vide que o setor exportador criou políticas econômicas diante das crises.

O fato de se ter destruído café, para Furtado, poderia ser compreensível para o conjunto da economia. O problema constituído não era qual o destino dos estoques de café, mas sim quem iria pagar a sua perda. No caso, o problema ficou com os produtores, que buscaram medidas políticas de crédito. Acabou por não ser fundamental o valor do produto queimado, mas sim a renda global que era gerada para o conjunto da coletividade, enquanto efeito dos pagamentos aos fatores de produção que foram realizados, aliás, um efeito que não seria obtido se os pés de café fossem destruídos. “Dessa forma, evitava-se uma queda mais profunda da procura naqueles setores que dependiam indiretamente da renda criada pelas

exportações” (FURTADO 1954: p. 133). O café colhido e os salários pagos aos trabalhadores garantiram a manutenção da renda, o que permitiu a existência de uma demanda interna por gêneros básicos e de subsistência que motivou parte das inversões realizadas nas indústrias ainda incipientes na década de 1930. Produtos nacionais voltados para o consumo interno surgem como fator-chave no processo de industrialização.

A política de defesa do café das três primeiras décadas do séc. XX foi de fomento da renda, renda que até então era absorvida pelas importações. No momento da depressão de 1930, essa renda foi um elemento dinâmico através da procura interna. “O fator dinâmico principal, nos anos que se seguem à crise, passa a ser, sem nenhuma dúvida, o mercado interno” (FURTADO 1954: p. 138). Uma “situação nova”, afirma Furtado, que o mercado interno passou a preponderar no processo de formação de capital. Mas esta situação nova, relatada como uma diferenciação estrutural, tem localização territorial definida e setor econômico específico, foi na região sulina através da especialização do café.

As novas relações a partir do café permitiram delinear a segunda forma de dualismo aqui apresentada entre as regiões Sulina e Nordeste. Compreender o que favoreceu o mercado interno e o aprofundamento do setor econômico cafeeiro, no qual residia a força do processo de modernização no pensamento furtadiano, significa delinear um dualismo que produziu desequilíbrios regionais, e abre um caminho de análise para uma terceira forma de dualismo: a industrialização tornou-se o setor dinâmico e propulsor de desenvolvimento na análise furtadiana, e, a partir da formação de mercado interno e de setores industriais voltados para dentro, se dissociou da economia agrícola, passou a ter outro desenvolvimento. Uma energia desenvolvimentista industrial que não tocava a economia agrícola do período.

A ideia de brecha histórica da industrialização decompôs as bases do modelo primário-exportador, produzindo uma diferenciação estrutural alternativa à *vocação agrária*. O *projeto desenvolvimentista* desejava implodir as bases do antigo modelo primário-exportador ainda identificado nas bases do rural, principalmente aquele localizado na região nordestina, por todos os motivos aqui apresentados. Na década de 1950, no *projeto* furtadiano, a questão era como agir de maneira a solucionar as bases do atraso no dualismo colonial que se mantinha a partir de dois setores com desenvolvimento destoantes (agricultura e indústria). Os desequilíbrios regionais, como foi apresentado por Furtado em *Perspectivas da economia brasileira* (1958 [1957]), caracterizou o atraso e a noção de heterogeneidade como condição do subdesenvolvimento a superar na década de 1950.

III – A reposição do antigo dual estruturalismo: as necessidades da industrialização

Os mecanismos de defesa da renda e dos salários da análise furtadiana, para Bielschowsky, este efeito multiplicador de matriz cepalina-keynesiana produziu um deslocamento da agricultura primário-exportadora para uma economia de mercado interno, de matriz industrial. Este processo constituiu o deslocamento do centro dinâmico, segundo Bielschowsky, que afirma ser o deslocamento da agricultura para uma economia industrial como tal processo, e não o deslocamento da economia nordestina para a economia sulina como Oliveira (2009) afirmou em artigo. Bielschowsky associou os mecanismos de defesa ao deslocamento do centro dinâmico da seguinte maneira:

Através dessa análise [dos mecanismos de defesa], Furtado chegou finalmente à sua clássica explicação sobre a transformação da economia primário-exportadora brasileira em economia industrial, cujo momento crítico teria ocorrido nos anos 1930. A interpretação repousa basicamente sobre a ideia de que, simultaneamente à manutenção do nível de renda e da procura interna, caía basicamente o valor das exportações, acarretando forte desvalorização cambial e brusca queda no coeficiente de importações, reduzindo-o de 14% para 8% da renda territorial bruta.

Isso teria, então, acarretado uma forte expansão da oferta interna substitutiva das importações, tornadas proibitivas pela queda na capacidade para importar. Furtado identifica esse momento como de “deslocamento do centro dinâmico” da agricultura de exportação para as atividades de mercado interno. Estas cresciam, segundo o autor, impulsionadas não somente pela maior rentabilidade, mas igualmente por atraírem “capitais que se formavam ou desinvertiam no setor de exportação”. E cresciam, inicialmente, com base num aproveitamento mais intensivo da capacidade previamente instalada, acrescida de importações, a preços reduzidos, de equipamentos tornados supérfluos nos países desenvolvidos em crise. A expansão industrial dos anos 1930 teria, inclusive, logrado alcançar a produção interna de uma parcela dos bens de capital de que necessitava (BIELSCHOWSKY 1989: p. 52-53, colchetes nossos).

A análise de Furtado do capitalismo moderno brasileiro identificou no setor industrial determinada preponderância econômica de capitalização, elementos dinâmicos em relação à agricultura. Há uma premissa fundamental na interpretação sobre o crescimento em economias capitalistas, esboçado na forma de artigo (FURTADO 1955), publicado no terceiro capítulo de *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961): a valorização no processo acumulativo não era da parte apropriada por um grupo minoritário (os empresários), mas importava a transformação do excedente em capacidade produtiva (FURTADO 1961: p. 118). Essa característica de apropriação do excedente invertido na forma de produção, que gerava maior divisão do trabalho, expansão da economia de exportação, elementos diagnosticados na economia cafeeira, era fruto de um processo de crescimento que era exógeno ao sistema,

resultado do aumento da demanda do mercado internacional. Além de externo foi um crescimento heterogêneo (FURTADO 1961), de um setor que não transformou a economia tradicional, a “velha economia agropecuária de subsistência”.

O interessante é que Furtado estava analisando o desenvolvimento do capitalismo europeu, na tentativa de formulação de uma teoria do desenvolvimento cuja interpretação, segundo afirmação do autor, também fundamentava a análise das economias então subdesenvolvidas. Era uma teoria do crescimento em economias capitalistas a partir de uma determinada teoria do excedente, retomando uma análise abandonada, segundo Furtado, pelos neoclássicos. Observar o excedente, para o autor, é retomar o que Marx analisou como “taxa de exploração”, mas sem apoderar-se do conceitual marxista, analisando os efeitos propulsores deste excedente. Foi a inversão de capital do setor primário-exportador para o industrial, na economia cafeeira, o que expandiu o capitalismo industrial brasileiro.

O excedente na economia primário-exportadora, até a economia cafeeira, eram todos expatriados. Na economia cafeeira, segundo Furtado (1961, capítulo IV), houve a possibilidade de direcionar parte do excedente em transformações internas do sistema econômico, já que o setor exportador estava em crise de expansão. A etapa de substituição de importações foi constituída pelas inversões ligadas ao mercado interno, mas inversões que ainda, durante toda a década de 1930 (período de crises), permaneceram vinculadas à renda gerada no setor exportador.

A diferença do crescimento em economias capitalistas que passaram pela Primeira e Segunda Revolução Industrial, para Furtado, era que a mão de obra era escassa, o que sempre favoreceu o desenvolvimento da técnica. Os novos setores no capitalismo europeu, em diferentes graus, sempre acabavam por transformar as economias tradicionais. Já nas economias subdesenvolvidas foi outro processo de desenvolvimento, reafirmando Furtado que o subdesenvolvimento não foi um processo que passou pelas mesmas etapas do capitalismo europeu, mas tem características próprias²⁷. Retomando Rostow (1972 [1956]), pensando as etapas de crescimento no subdesenvolvimento, Furtado afirmou que estas economias (as ex-colônias) estavam em graus distintos.

O Brasil era uma economia subdesenvolvida em que desde a década de 1930 percebe-se a formação de um núcleo industrial. A diferença da formação de um núcleo industrial em uma estrutura subdesenvolvida em relação aos países desenvolvidos era a característica de

²⁷ Furtado afirmou sobre o subdesenvolvimento: “Como fenômeno específico que é, o subdesenvolvimento requer um esforço de teorização autônomo. A falta desse esforço tem levado muitos economistas a explicar, por analogia com a experiência das economias desenvolvidas, problemas que só podem ser bem equacionados a partir de uma adequada compreensão do fenômeno do subdesenvolvimento” (FURTADO 1961: p. 193).

serem as primeiras economias híbridas, em que a transformação das economias tradicionais não ocorria. O subdesenvolvimento de grau superior, segundo Furtado (1961), de economias como o Brasil, é composto por três setores: I – as atividades de subsistência, de baixo fluxo monetário; II – as atividades diretamente ligadas ao comércio exterior; III – aquelas ligadas ao mercado interno de produtos manufaturados de consumo em geral.

O subdesenvolvimento brasileiro para Furtado estava em uma etapa complexa em relação aos outros países periféricos. A etapa de substituição de importações, que significava a reposição dos importados com manufaturas nacionais foi seguida pelo processo de industrialização, no processo do nacional-desenvolvimentismo. A forma de crescimento do núcleo industrial, que concentrava os benefícios em tão poucos grupos, que se utilizavam da baixa dos salários diante da demanda extensa de mão de obra, ancorou na ideia de economia híbrida para analisar as transformações do processo de modernização. Furtado afirma em monografia apresentada como tese de concurso à cátedra de Economia Política da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, em 1958, publicado em *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961, capítulo IV)

O efeito do impacto da expansão capitalista sobre as estruturas arcaicas variou de região para região, ao sabor de circunstâncias locais, do tipo de penetração capitalista e da intensidade desta. Contudo, a resultante foi quase sempre a criação de estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista, a outra, a manter-se dentro da estrutura preexistente. Esse tipo de economia dualista constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo (FURTADO 1961: p. 180).

A industrialização concentrava determinada capacidade dinâmica e de distribuição de fatores para o conjunto da sociedade, com benesses majoritariamente maiores do que aquelas advindas da agricultura. Foi central a ideia em Furtado de que a diferenciação estrutural foi alimentada por inversões do setor primário-exportador, setor importante para a pauta de exportações até a década de 1950 e para a economia nacional. Mas a industrialização tinha, para o autor, uma capacidade maior de proporcionar ganhos à sociedade do que a agricultura. A etapa de substituição de importação aprofundou o principal dualismo presente no pensamento furtadiano nas análises das décadas de 1940, 50 e 60, entre a agricultura e a indústria. Associado a este dualismo estava a oposição entre as regiões do Nordeste e Sulina, já que o núcleo industrial estava localizado na segunda região. Furtado afirma a respeito da lenta transformação da economia de subsistência pela industrialização, o que caracterizava em grande parte o subdesenvolvimento brasileiro enquanto uma economia híbrida.

O resultado prático disso [da lenta transformação da economia de subsistência] – mesmo que cresça o setor industrial ligado ao mercado

interno e aumente sua participação no produto, mesmo que cresça, também, a renda *per capita* do conjunto da população – é que a estrutura ocupacional do país se modifica com lentidão. O contingente da população afetada pelo desenvolvimento mantém-se reduzido, declinando muito devagar a importância relativa do setor cuja principal atividade é a produção para a subsistência. Explica-se, deste modo, que uma economia, onde a produção industrial já alcançou elevado grau de diversificação e tem uma participação no produto que pouco se distingue da observada em países desenvolvidos, apresente uma estrutura ocupacional tipicamente pré-capitalista e que grande parte de sua população esteja alheia aos benefícios do desenvolvimento (FURTADO 1961: p. 192-193).

Furtado expressava determinada supremacia do processo industrialista sobre o modelo primário-exportador. A agricultura de exportação do período colonial significou para o autor um caso extremado de especialização do capitalismo agrário, como se apontou no primeiro capítulo. A ideia em torno da agricultura se deslocou para o setor do atraso de acordo que um núcleo industrial foi desenvolvido, cuja industrialização produziria resultados propícios ao desenvolvimento da sociedade. Cepêda (1998) analisou a presença de George List, alemão (século XIX), cujo pensamento econômico conferia uma vitalidade muito maior ao processo industrial enquanto dinamizador da sociedade, com extensas vantagens em relação à agricultura. Cepêda afirma:

Neste aspecto Celso Furtado reformularia algumas das questões levantadas por Georg F. List, desenvolvida em meio ao processo de transformação da economia alemã no século passado, mas que se adaptam perfeitamente aos problemas vividos pelas economias primário-exportadoras deste século. Há em comum entre os dois tipos de países um processo de transição da economia essencialmente agrícola para o modelo do capitalismo industrial, sendo realizado de forma tardia e tendo de competir com uma hegemonia já estabelecida - tanto em termos de liderança mundial, quanto em termos de atraso tecnológico, ou do reduzido poder de barganha na disputa de fatias do mercado internacional. Alemanha do século XIX ou o Brasil da primeira metade do século XX são exemplos de economias que enfrentaram o desafio da modernização em descompasso com relação ao momento genético da expansão capitalista mundial. Obviamente são também economias que detinham características não capitalistas ou pré-capitalistas (resquícios de relações feudais, ou, pensando no caso híbrido da etapa mercantil, a coexistência entre um núcleo de acumulação primitiva de capital e formas artesanais ou de subsistência). Parte dos obstáculos vividos são semelhantes, embora, como afirma o esforço de Furtado, as economias tardias do século XIX são estruturalmente diferentes das economias subdesenvolvidas. A influência de List é mais nítida na questão da supremacia da industrialização enquanto modelo econômico desejado, dado sua capacidade de aumento da riqueza social. List percebeu as conseqüências das mudanças produzidas pela 2ª Revolução Industrial em curso no século passado, reconhecendo a superioridade da atividade industrial não só como motor do desenvolvimento econômico, mas também como elemento modernizador das relações sociais. Condenava o exclusivismo da atividade agrícola por restringir o potencial de crescimento de uma nação (CEPÊDA 1998: p. 89-90).

Furtado, quando analisou a industrialização, durante a década de 1950, travava um debate com outras correntes nacional-desenvolvimentistas, na definição de Bielschowsky. A industrialização como polo dinâmico do desenvolvimento da sociedade foi contraposta por Furtado aos projetos de perpetuação da vocação agrícola. Eugênio Gudín já afirmava sobre a necessidade de aprofundamento do modelo agrícola, apontado por Bielschowsky como pertencente à corrente liberal do nacional-desenvolvimentismo. Há uma tradição agrícola no pensamento autoritário brasileiro, como Nestor Duarte, Alberto Torres e Oliveira Viana (OLIVEIRA 1997). A industrialização formulou com maior intensidade a pauta dos debates políticos a respeito dos rumos da nação pós década de 1940, e a diversificação industrial estabeleceu novos termos ao pensamento econômico latino-americano. Simonsen foi um importante intelectual e político que preconizou termos a respeito da industrialização e da ação dos empresários industriais na década de 1930 e 1940. Simonsen travou o famoso debate com Gudín, o que permite ver diferentes projetos econômicos e de nação, ligados a tradições distintas do pensamento econômico (intervencionismo e liberalismo respectivamente), que são também uma expressão de diferentes vocações para o país (agrária e industrial). Furtado, na afirmação de um projeto econômico durante a década de 1950, cujo núcleo central e dinâmico era o industrial, interpretou o dualismo agricultura e indústria como a grande expressão da característica de heterogeneidade estrutural, de hibridismo da sociedade brasileira, o que mantinha a sociedade em situação de atraso.

O dualismo agricultura e indústria, como a terceira forma de dualismo apresentado neste capítulo, reuniram também as outras duas formas de dualismo: a relação secular entre setor exportador e de subsistência se mantém, mas sob novas formas na década de 1950, e a relação entre a região do Nordeste e do Centro-Sul significava também desequilíbrios estruturais à economia brasileira através das relações de dependência. O dualismo agricultura de exportação e subsistência na década de 1950 resultava na inelasticidade de alimentos, o que era para Furtado a principal causa do atraso e da dificuldade de crescimento industrial. O dualismo Nordeste e Centro-Sul reverberaram na imigração nordestina para as áreas industriais e na baixa industrialização do Nordeste, aprofundando para Furtado a distância entre as economias regionais.

O aumento da renda da coletividade, com a conseqüente expansão do consumo entre os trabalhadores urbanos, apresentou a debilidade da falta de alimentos nas áreas urbanas²⁸. O

²⁸ O momento aqui referido trata-se do capítulo V de *A economia brasileira* (1954), “A infra-estrutura de desequilíbrios do crescimento recente”, e após este há um último capítulo, “Formulação teórica do problema do crescimento econômico”, que tem uma preocupação conceitual, abordando uma teoria do desenvolvimento e não

setor exportador cafeeiro pós-1949 presenciou a elevação dos preços no mercado internacional. Os preços internos eram influenciados pelos preços externos, logo, com a alta dos preços externos, aumentava-se também o interno. Os preços dos exportados elevando-se obrigavam determinada transferência de renda da população aos grupos dos empresários, já que os empresários eram beneficiados com o conseqüente aumento dos preços internos. A evidência relacionou-se com a dificuldade de se obter uma estabilidade no nível dos preços, o que resultava num deslocamento das atividades da agricultura de subsistência para o setor exportador. A agricultura de subsistência diante do processo de urbanização e industrialização assumiu outro papel na interpretação furtadiana, de fornecedora de alimentos ao mercado interno. A debilidade da agricultura na década de 1950 foi assim apresentada em *A economia brasileira*:

A forma que a agricultura se adapta a essa economia de mercado duplo, é em parte responsável pela instabilidade crônica da economia brasileira. Ao manifestar-se uma alta nos preços de exportação, os fatores tendem a desviar-se do setor interno para o externo. Assim, ao mesmo tempo em que a renda dos consumidores está crescendo, a oferta de produtos agrícolas dentro do país tende a contrair-se por efeito daquele deslocamento de fatores (FURTADO 1954, p. 186).

Em *A economia brasileira*, a escassez de alimentos era resultado do deslocamento de população para o setor exportador: um problema do equilíbrio dos preços.

Ainda não constituía o verdadeiro entrave ao desenvolvimento urbano-industrial como posteriormente constituiu (FURTADO 1957 [1958]). Furtado não apontou os elementos de funcionamento da agricultura para além do setor cafeeiro durante o deslocamento do centro dinâmico, o que significava na verdade a transição da vocação agrária para o modelo desenvolvimentista industrialista, mas esta conclusão foi apresentada a partir da debilidade que a agricultura pôs ao desenvolvimento do país.

O aumento dos preços agrícolas tem de ser considerado num contexto em que o controle sobre grande parte da renda gerada pelos gêneros alimentícios produzidos pela agricultura de subsistência era detido pelos intermediários que realizavam a comercialização dos produtos, o que não foi explorado pelo autor. O aumento dos preços dos importados e, conseqüentemente, dos manufaturados nacionais onerou e sacrificou a população consumidora de tal maneira que também foi pelo autor analisado.

Talvez a hipótese, de intenção declarada do autor de realizar uma análise do processo de desenvolvimento da economia brasileira, fez com que Furtado escolhesse delimitar

do desenvolvimento econômico brasileiro. Este capítulo teórico foi desmembrado em dois capítulos publicados novamente em *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1962).

somente os principais sistemas da história econômica, o que excluiu setores como o artesanal e o de subsistência. É uma justificativa que apontou para não se cobrar ausências no mecanismo de desenvolvimento, de que somente o essencial, o elemento-chave da economia seria apresentado. Mas se as áreas de subsistência se tornariam o enclave à intensificação da industrialização por não fornecerem alimentos, este constituiu um setor fundamental ao desenvolvimento. Setor debilitado para o autor, mantenedor das formas da economia colonial, expressou a permanência do modelo primário-exportador através do dual estruturalismo intacto. A brecha histórica se opôs à *vocação agrária* para o desenvolvimento do Brasil. A dedicação do autor a respeito da especialização do café e como esta produção ofereceu bases através de políticas econômicas à industrialização, foi tão presente na obra de Furtado, que mesmo o *projeto* diferenciou as regiões que passaram pela brecha da industrialização em oposição àquelas ancoradas na herança colonial.

Capítulo III – O *projeto furtadiano do Nordeste: a intelligentsia, a SUDENE e a estrutura agrária*

O desafio que temos diante de nós é simplesmente este: como modificar o conjunto de forças que estão dividindo este país em dois, marcado pela pior das desigualdades que é a que distancia o pauperismo e a abundância? Como modificar o curso do processo histórico que está socavando a unidade deste grande país, ao mesmo tempo que permite a formação, dentro de nossas fronteiras, de uma área que poderá vir a constituir um problema para todo o hemisfério? Como evitar que o grande esforço que o país já realiza no Nordeste continue a ser frustrado em seus objetivos últimos por aquelas forças que traumatizam o desenvolvimento da região?

(...) A tarefa que teremos de enfrentar é árdua. Mas nós, os nordestinos, não desesperamos da luta porque ela seja difícil. Para nos vencer, é preciso primeiro tirar-nos a esperança. E quem luta para construir um mundo melhor na sua própria terra não perderá jamais a esperança (Celso Furtado 2010: p. 165, “Discurso de posse na Sudene”, 8 de janeiro de 1960)

O *projeto furtadiano* teve a capacidade de reunir grande consenso entre um grupo de intelectuais, técnicos e políticos quanto aos diagnósticos do desenvolvimento (BIELSCHOWSKY 2004 [1988], CEPÊDA 1998, OLIVEIRA 2003). A *intelligentsia*, no sentido operado por Mannheim, indicava a posição dos técnicos sociais, então responsáveis, para orientar processos de mudança estrutural e de centralização da ação do Estado de acordo com uma forma de intervenção pautada pela racionalidade do planejamento. A possibilidade da superação da condição de atraso do subdesenvolvimento no *projeto furtadiano* seria um resultado da ação planejada pela *intelligentsia*.

O Nordeste na década de 1950 apresentava as vicissitudes do atraso no maior aglomerado populacional do país mobilizado em sua maioria em uma vastidão formada pelos bolsões da economia de subsistência. O peso político do Nordeste no período democrático (1946-1964) do Estado de compromisso (WEFFORT 1980) aprofundou a necessidade da intervenção estatal coordenada, de maneira que possibilitasse estratégias de transformação via desenvolvimento programado. O projeto de Furtado apontou pós brecha histórica um novo condicionante dinâmico na economia nacional, o setor industrial. Já o rural foi pensado principalmente a partir do peso político e econômico do Nordeste, e no campo persistiu o atraso e o desenvolvimento industrial foi ausente. O *projeto* foi firmado com base na interpretação da *teoria do subdesenvolvimento*, mas também se utilizou da análise de um *policy maker*, que cumpriu funções de elaboração de diagnósticos e planos de ação para o Nordeste. A Operação Nordeste e a SUDENE foram escolhidos como instituições

privilegiadas para a análise do projeto furtadiano já que representou enorme peso na trajetória político-intelectual de Furtado.

A interpretação de Furtado do complexo econômico nordestino inspirou algumas ações para a Sudene; mas em chaves diferentes entre *teoria* e *projeto*. A *teoria do subdesenvolvimento* identificou um posicionamento para a agricultura cujo dual-estruturalismo (agricultura exportação e subsistência) permanecia enquanto marca do Nordeste e no *projeto* o dual-estruturalismo tem que ser superado através da integração com a economia sulina e não uma relação de dependência da região nordestina com a sulina. O fato é que o dual-estruturalismo que contribuiu na formação do complexo nordestino manteve-se apenas na forma de resquícios da herança colonial no diagnóstico elaborado pelo *projeto*, já que as grandes fazendas não mais constituíam parte do modelo primário-exportador, que se desagregou.

Formou-se, assim, o que o autor chama “complexo econômico nordestino”. Um setor exportador de alta lucratividade e elevadíssima concentração da propriedade e das rendas, sustentado sobre o trabalho escravo, em articulação com um setor de subsistência de baixa produtividade e baixos lucros, que se baseou num trabalho servil, não escravo mas tampouco livre no sentido sociológico do termo. É esse complexo, uma vez mais, força e fraqueza, que Furtado chamou de “dual”, que marcará definitivamente o Nordeste até nossos dias. A propósito, a concepção de desenvolvimento para o Nordeste, que lugar à criação da SUDENE pelo presidente Juscelino Kubitschek em 1959, é inteiramente calcada na interpretação do “complexo econômico nordestino”. Não por acaso, Celso Furtado foi o formulador desse projeto para o Nordeste e o primeiro superintendente da nova instituição, até 1964, quando a ditadura militar o afasta e cassa seus direitos políticos (OLIVEIRA 2001: p. 324-325).

A diferenciação estrutural foi um processo de modernização restrito ao núcleo industrial localizado na região Centro-Sul, o que produziu durante as décadas de 1950 e 1960 a interpretação cepalino-furtadiana dos desequilíbrios estruturais. A necessidade de formular políticas de desenvolvimento para o Nordeste consistia em eliminar a dependência interna em relação à economia sulina, assim como a distância de condições entre as regiões. O desenvolvimento do Nordeste deveria ser incentivado a partir da industrialização em áreas urbanas e da transformação da estrutura agrária, o setor preponderante do atraso e da herança colonial. O planejamento regional do Nordeste confrontou diretamente as oligarquias latifundiárias, setor este que pressionava a população das áreas de subsistência. As consequências da dominação do latifúndio e da oligarquia acabaram por aprofundar a imigração e o setor rural manteve-se signatário dos atavismos coloniais, prejudicando o desenvolvimento da economia nacional.

A Sudene (e a anterior *Operação Nordeste*) constituiu um dos processos políticos de ação estatal de maior envergadura para a região no final da década de 1950. A dificuldade estava em apresentar estratégias para a imensa maioria da população que cada vez mais migrava para a região sulina, de forma que incentivasse o avanço técnico, humano e econômico da estrutura rural.

Como realizar o *projeto* furtadiano para o Nordeste? A crítica à estrutura política e econômica no pensamento furtadiano de domínio das oligarquias nordestinas aponta que estas elites foram responsáveis por não aperfeiçoar a técnica dentro das fazendas, não diversificaram a produção, além de manterem intacta a posse da terra sobre a população de subsistência, o que garantia a permanência do antigo dualismo (entre setor de exportação e de subsistência). Diversificar o desenvolvimento do rural nordestino constituiu a chave da integração das regiões sulina e nordestina, vide que o rural não conseguia responder as demandas do mercado interno (inelasticidade na oferta de alimentos) nem do mercado externo (na criação de divisas fundamentais à importação de equipamentos industriais).

A preocupação com o custo social do desenvolvimento esteve também presente no pensamento furtadiano (FURTADO 1959, 1964), cujo nível de vida era miserável na vastidão de famílias de “agregados” e “roceiros” da economia de subsistência nordestina. A modificação da estrutura agrária com a racionalização das técnicas e diversificação produtiva seria o braço fundamental para alterar a condição das grandes fazendas (setor exportador era moderno no antigo dualismo colonial já apontado). A subsistência que era pré-capitalista no modelo primário-exportador se tornou no *projeto*, em grande medida, responsável pela produção de alimentos, produção que somente se capitalizaria com algum processo de reforma agrária e de eliminação dos laços extra econômicos com os senhores latifundiários.

Esses são os três eixos de análise aqui estabelecidos:

- I) O papel dos intelectuais e a questão do Nordeste;
- II) O rural diante dos desequilíbrios estruturais;
- III) A Operação Nordeste e a SUDENE: reforma agrária e desenvolvimento nordestino.

Os dualismos da interpretação furtadiana quanto à década de 1950 serão expressos a partir dos diagnósticos realizados em torno da Sudene e do desenvolvimento do Nordeste. Primeiro se identifica qual é a noção de intervenção que Furtado apregoa enquanto função dos intelectuais. A ação coordenada por técnicos sociais permitiria ações racionalizadas, cujo sentido político estaria para Furtado – ao menos em um sentido retórico – respaldado por análises técnicas, mas também foram análises que resultam de interpretações. A intenção é

perceber os usos que o *projeto* furtadiano faz dos termos da sua própria interpretação. Furtado, enquanto *policy maker*, atuou dentro de um campo de forças políticas em que o seu projeto era uma interpretação da condição de subdesenvolvimento (de formação histórica), mas associado a posições diante da conjuntura.

O avanço técnico dos latifúndios, a diversificação produtiva, o financiamento da produção, elementos-chave do desenvolvimento nordestino, necessitavam passar por reformas de estrutura empenhadas no seu projeto político através da defesa da democracia e da reforma agrária. Deseja-se analisar como a leitura da condição de atraso – a manutenção do antigo dual-estruturalismo na estrutura rural – esteve presente no *projeto* do Nordeste; identificando também as mudanças para o rural presente nas reformas estruturais do pensamento furtadiano. A leitura do Nordeste na interpretação furtadiana foi realizada a partir da comparação com a região sulina de desenvolvimento industrial, o que coloca a necessidade de se esboçar a configuração dos novos dualismos (agricultura e indústria, região sulina e nordestina) em continuidade com os desequilíbrios estruturais entre as regiões. Por fim, estabelecer o diagnóstico quanto aos projetos específicos de interpretação, percebendo o deslocamento do sentido de um rural pensado em duas chaves: do atraso (com resquícios do dual-estruturalismo) e da necessidade (o devir) evidenciado no *projeto* furtadiano enquanto reformas de estrutura.

I) O papel dos intelectuais e a questão do Nordeste

Para Bielschowsky (2004 [1988]) a década de 1930 foi marcada como período fundamental na consolidação de mecanismos para centralização de recursos financeiros direcionados à acumulação industrial. Nesta década], talvez a necessidade de se tratar a questão econômica como um problema de longo prazo tenha contribuído para a consolidação do industrialismo por parte dos técnicos e dos grupos políticos. Segue a afirmação de Bielschowsky:

Em primeiro lugar, o desenvolvimentismo, isto é, a ideologia de superação do subdesenvolvimento nacional com base numa estratégia de acumulação de capital na indústria, só viria a tornar-se hegemônico na segunda metade dos anos 50. No período 1930-45, o que ocorreria era, principalmente, uma primeira e limitada tomada de consciência da problemática da industrialização por parte de uma nova elite técnica, civil e militar, que então se instalava nas instituições de orientação e controle implantadas pelo Estado centralizador pós-1930. As questões de alcance nacional que esses técnicos iriam forçosamente enfrentar os conduziam a pensar nos problemas de longo prazo da economia e, com isto, na solução histórica da industrialização. É provável, aliás, que, do ponto de vista de criação e difusão da ideologia industrializante, esse fenômeno tenha sido muito mais importante que o

alargamento da conscientização no interior da própria classe industrial (BIELSCHOWSKY 2004 [1988]: p. 250).

A economia como uma questão nacional aprofundou a necessidade de se pensar o país em termos de estratégias para o seu desenvolvimento, e este foi um papel fundamental do pensamento cepalino na América Latina. A noção de *construção* que Furtado empenhou ao seu diagnóstico, para Oliveira (1997), desejava afastar das posições políticas dos outros intérpretes brasileiros, o que talvez fosse tal “estilo Furtado”, que empenhava determinado *cientificismo* às formulações políticas na tentativa de não se alinhar as interpretações de autores como Oliveira Viana, Alberto Torres e Azevedo Amaral.

Era a *intelligentsia* que tinha a necessidade de pensar politicamente dados de transformação da realidade, que tinha a missão de se ancorar em dados de técnicas sociais e econômicas. Além de Mannheim, Marx foi a influência silenciosa de Furtado, quanto ao vínculo necessário entre teoria e história (OLIVEIRA 2001: p. 319)²⁹, já que a teoria do desenvolvimento formulada por Furtado voltada ao uso político reforça-se pela interpretação histórica até a análise estatística dos condicionantes na década de 1950³⁰.

Furtado se afasta dos outros intérpretes com relação ao *cientificismo*, para Oliveira³¹ (1997), caracteriza-se pela distância que o autor quis tomar das críticas, de quem o acusaria de representar interesses calcados no pensamento autoritário, de autores como Alberto Torres e Oliveira Viana. Desvincular do legado dos intérpretes de um ponto de vista político, no sentido de representar uma teoria do desenvolvimento cujos resultados, segundo Furtado, eram frutos de análises experimentais a partir de dados. Validar como científico sua teoria confirma a influência de certo positivismo no pensamento furtadiano, que conecta o conhecimento científico, considerado forma “superior da razão”, a uma ideia de progresso.

²⁹ “A junção não justaposta, não mecânica, não simplista entre teoria e história é a mais importante contribuição silenciosa de Marx na obra de Furtado. Recentemente, este tem ressaltado esta dívida”. (OLIVEIRA 2001: p. 319). Fundir teoria e história, distinguindo os cepalinos das teorias neoclássicas e liberais. Se este vínculo sempre fosse claro ao pensamento econômico, afirma Oliveira, centro e periferia não teria sido um pressuposto que surgiu primeiro de uma teoria do subdesenvolvimento produzida na periferia: “Uma das mais importantes distinções entre os cepalinos e Furtado – y *compris* a teoria clássica e a neoclássica – é que Cepal e Furtado fundem teoria e história; não fosse assim, seria possível encontrar uma teoria de “centro” e “periferia” desde Smith, o que não ocorre, e não por acaso: é que suas concepções são inteiramente homogeneizadoras, fazem tábula rasa da história, pois as “leis” do capital seriam aplicáveis *urbi et orbi*; daí a teoria de comércio internacional de Ricardo, por exemplo, que vê vantagens comparativas entre países diferentes, quando na verdade o domínio colonial e posteriormente das principais economias desenvolvidas determina de fora para dentro as “vocações” primárias das colônias e depois ex-colônias” (OLIVEIRA 2009: p. 46).

³⁰ Se aceita as sugestões feitas pelo Prof. Dr. José Marcos N. Novelli em banca de qualificação quanto à dificuldade da análise sobre as classes sociais e a presença de Marx em Furtado.

³¹ Oliveira (1997) publicou um trabalho a respeito de possíveis vínculos de Furtado com o pensamento autoritário brasileiro, intitulado “Viagem ao olho do furacão: Celso Furtado e o desafio do pensamento autoritário brasileiro”.

Neste texto³², como se verá a seguir, *razão* e *ciência* fazem parceria com a ideia de *neutralidade*, ao sabor de certa inspiração positivista. Assim, do mesmo modo que no discurso da Cepal, o conceito de *nação* cumpre a função de obliterar a estratificação social e as estratégias de classe em jogo no projeto capitalista de desenvolvimento da periferia, o princípio da neutralidade do arsenal teórico, de que lança mão o intelectual reformador, presta-se à construção ideológica do pensador acima das classes, instrumento esclarecido do progresso, dotado de racionalidade científica e engajado na luta contra as forças do atraso e da estagnação (VIEIRA 2007: p. 120).

O discurso do autor direcionou-se para o convencimento dos grupos quanto às necessidades do planejamento: a superação do atraso estava na formulação de projetos estruturados em análises científicas e interpretações do processo histórico. A ideologia nacional-desenvolvimentista é apontada por vários autores como um momento de esforço no campo da política pelo aprofundamento de um processo de transformação na sociedade (BIELSCHOWSKY 2004 [1988], DRAIBE 1985, IANNI 2005). Um elemento característico das forças sociais do período populista, no Estado de compromisso, foi a crença na possibilidade e necessidade de mudança. As várias elites militares, civis, políticas, dos sindicatos, do PCB, dos técnicos e economistas, empresários, de movimentos sociais, de estudantes e trabalhadores urbanos, de diferentes formas, diante dos seus respectivos problemas, concentravam críticas as possíveis vias para o futuro; algumas destas desejando transformar as estruturas da sociedade. Furtado afirmava sobre sua condição (desejável) de técnico social. Em *Dialética do desenvolvimento* (1964), livro publicado nas vésperas do golpe militar de abril de 1964, Furtado diz claramente qual é a função de um intelectual na sociedade:

A responsabilidade dos intelectuais em nenhuma época foi tão grande como no presente. E essa responsabilidade vem sendo traída pela ação de uns e a omissão de outros. Os cientistas, responsáveis pela manipulação dessa suprema criação do intelecto humano que é a ciência experimental, puseram-se a serviço de mitologias políticas contra a humanidade, transformando o destino do homem sobre a Terra em simples *dado* de um problema político a ser enfrentado cada dia, problema que por sua própria natureza está essencialmente constituído de elementos irracionais. Por seu lado o cientista social, a quem cabe projetar alguma luz sobre as prováveis consequências das ações dos responsáveis pela salvaguarda do interesse público – o que pode significar prevenir em tempo atos que, por terem sido praticados com inconsciência, não são menores crimes contra a coletividade –, é o grande omissor da época presente, por comodismo ou covardia. Não se pretende que exista uma moral dos intelectuais por cima de quaisquer escalas de valores, as quais estão necessariamente inseridas nalgum contexto social. Mas, não se pode desconhecer que o intelectual tem uma responsabilidade social particular, sendo como é o único elemento dentro de uma sociedade que não

³² O texto que Vieira se refere é o “Autorretrato intelectual” de Celso Furtado, publicado em 1972 no *International Social Sciences Journal*.

somente pode, mas deve sobrepor-se aos condicionantes sociais mais imediatos do comportamento individual. Isto lhe facultava mover-se num plano de racionalidade mais elevado e lhe outorga uma responsabilidade toda especial: a da inteligência. Porque tem essa responsabilidade, o intelectual não se pode negar a ver mais longe do que lhe facultam as lealdades de grupo e as vinculações de cultura. Seu compromisso supremo é com a dignidade da pessoa humana – atributo inalienável do ser do intelectual (FURTADO 1964: p. 9-10).

Para Furtado a realização de diagnósticos deveria ser feita conforme uma *intelligentsia* que necessitaria agir de maneira a racionalizar a ação do Estado através das estruturas de centralização do poder. A noção de planejamento forneceu o arcabouço necessário para reforçar a ação desta *intelligentsia*, de maneira que o *projeto* furtadiano-cepalino apostou em reformas de estruturas ancoradas em análises que, ao menos se propunha, ser fruto de interpretações técnicas do planejamento. O positivismo, o cientificismo e a aparente neutralidade apontada por Vieira (2007) se distancia da possibilidade de mudanças radicais através da revolução.

Reforma e revolução constituiu um intenso debate sobre as possibilidades de futuro para o nacional-desenvolvimentismo brasileiro. O Golpe de 64 localizou bem a divergência contida nesta disputa (CAMARGO 1986). Construir um *projeto* de intervenção estatal como a Sudene não podia fugir desta disputa. Furtado sempre apontou reformas, que por mais radicais que pareçam, constituem-se dentro da ordem legal e necessitava de arcabouço institucional. Esta foi a maneira de se afastar do marxismo revolucionário e uma maneira de Furtado se constituir como um *policy maker*. Ele se posicionou como um político atuante que desejava disputar o projeto dentro das instituições do Estado, se dissociando de qualquer perspectiva revolucionária popular.

A Sudene foi uma tentativa de unificação da ação estatal que constituiu uma missão para Furtado com a capacidade de reunir debate e planos de ação sobre a questão do Nordeste. Furtado, enquanto um *policy maker*, argumentava sobre a racionalidade científica como estratégia para a *sua* via de desenvolvimento. A racionalidade científica pode ser observada para além de um recurso discursivo, mas a partir do legado cepalino e suas interpretações econômicas do subdesenvolvimento.

Draibe retoma o debate da revolução burguesa no Brasil, principalmente a partir de Florestan Fernandes, em que o Estado capitalista moderno teve a capacidade de reunir interesses em torno da industrialização enquanto “interesse de toda a Nação”. O problema estava na forma com que cada *projeto* em disputa organizou suas demandas em torno da industrialização. A revolução burguesa no processo de modernização acabou por não

transformar todo o conjunto da sociedade, mantendo formas sociais e políticas pretéritas. Segundo Draibe, as transformações do processo de modernização pela via da industrialização “expressam, enfim, a “revolução social” que se opera no processo de constituição do capitalismo. Por isso mesmo, constituem momentos de lutas sociais, uma vez que implicam o destino das classes envolvidas” (DRAIBE 1985: p. 17). O momento aqui observado é das ações empreendidas no Nordeste, cujo projeto furtadiano constituiu determinada mentalidade de grupo. Uma via foi delineada diante de um campo das lutas sociais que se aproximou de reformas estruturais de cunho democrático, o que foi um avanço por parte de Furtado, assim como um afastamento da via da revolução.

Afirma Draibe a respeito das possibilidades de projetos:

A articulação desse conjunto de questões, as formas de hierarquiza-las, assim como o modo de “resolvê-las”, não se fazem segundo modelos únicos, conforme soluções impostas inexoravelmente por alguma determinação objetiva. Não apenas comportam, cada uma, formas distintas de encaminhamento, como a sua articulação orgânica, isto é, o conjunto de “soluções” que podem receber, conformam alternativas diversas no processo de constituição do capitalismo.

Nesse sentido e considerando globalmente seus conteúdos, o conjunto dessas questões e as *alternativas* que envolvem constituem *vias de desenvolvimento* do capitalismo. Trata-se então de identificar, nas condições históricas particulares, os *interesses sociais estratégicos* que podem sustentar, a partir de si próprios, as alternativas globais para o conjunto das questões que a constituição do capitalismo coloca e, mais ainda, que logram definir, no campo das alianças e relações de poder, uma forma político-econômica de desenvolver essas alternativas de organização da sociedade (DRAIBE 1985: p. 17).

Propor projetos como meios e estratégias para as políticas do Estado envolveu um conjunto de interesses dos atores sociais diante das diversas posições. O ímpeto de realizar projetos de desenvolvimento estava submerso em um contexto cuja *via* determinada por um projeto, como o furtadiano, acabava por selecionar fatores como fundamentais. Os elementos que condizem a uma *via de desenvolvimento* foram tratados enquanto interesses nacionais, mas na medida em que representavam interesses sociais estratégicos, há então seleções dos temas abordados por cada projeto. A questão está na orientação e no nível das mentalidades dos grupos identificados no processo histórico, já que as ideias constituem forças sociais³³. As polarizações entre os grupos políticos e econômicos representaram conflitos quanto ao destino da economia e da sociedade nacional mediante os interesses estabelecidos, então também

³³ Afirma Elide Rugai Bastos: “Assinalo, primeiramente que penso serem as ideias forças sociais que, ao lado de outras, operam no processo de transformação da sociedade e/ou de manutenção do *status quo*. Isso conduz necessariamente a que se leve sempre em consideração a dimensão histórica das ideias, evitando sugerir que as ideias derivam delas mesmas” (BASTOS 2010: p. 2).

representaram forças sociais. Debater os frutos do progresso econômico e o que desejavam para o futuro do país foi o grande imperativo motivador dos embates políticos na década de 1950. Não que os grupos, por exemplo, de militares, industriais ou sindicalistas tivessem projetos claros e definidos das bases para um desenvolvimento nacional.

O pensamento furtadiano possuía características distintas, segundo Cepêda (1998), pois se preocupou em elaborar um projeto, em várias áreas, de dimensões integradoras das regiões, proposta em vários momentos da sua ação pública. Bielschowsky afirma que há elementos que dão unidade a um processo histórico de expansão de uma ideologia nacional-desenvolvimentista, cujos grupos compartilhavam em sua maioria do ímpeto industrialista como elemento fundamental ao progresso e à necessidade da intervenção e controle do Estado. Constitui este Estado o “guardião dos interesses coletivos da nação e o promotor da unificação nacional” (Bielschowsky 2004 [1988], p. 251). Draibe assim define qual seria este tipo de Estado moderno capitalista:

(...) Pensamos particularmente em um tipo de Estado que se enraíza numa estrutura social heterogênea, em desequilíbrio tendencial. Um tipo de Estado, portanto, que se erige sobre um conjunto de forças sociais em transformação, não articuladas objetivamente (porque ainda ausente um movimento autônomo e integrador da acumulação capitalista). Finalmente, um tipo de Estado que, sob *formas* determinadas, vai adquirindo, ao longo do processo de transição, as estruturas centralizadas, unificadas e unificadoras do Estado nacional capitalista (DRAIBE 1985: p. 18).

Realizar estudos científicos ou mesmo pesquisas em profundidade necessitava de base de dados, elaboração de estatísticas do cenário, o que somente seria possível se realizasse pesquisas para quantificação e qualificação dos problemas. Há também a deficiência dos quadros profissionais especializados de economistas, contadores, administradores, engenheiros, estatísticos, entre outros. Os órgãos criados pelo primeiro governo Vargas, os vários conselhos, foram instituições fundamentais no aperfeiçoamento de quadros técnico e burocrático para a administração pública. Trabalhar com dados estatísticos e levantamento técnico de problemas, na década de 1950, somente foi possível com todas as equipes econômicas e de planejamento formadas nos quadros da CEPAL, ISEB, DASP, em grupos específicos como a Comissão Mista CEPAL-BNDE e os cursos do BNDE³⁴.

O Nordeste compôs a base da *via de desenvolvimento do projeto* furtadiano em que a *Operação Nordeste* e o GTDN foram órgãos produtores de análises das estruturas nordestinas

³⁴ Aceita-se os comentários do Prof. Dr. José Marcos N. Novelli em banca de exame de qualificação quanto a importância do debate dos órgãos e conselhos no período nacional-desenvolvimentista assim como a inclusão de Draibe como referência fundamental na pesquisa.

como estratégia para a formulação de um diagnóstico. O Nordeste constituía no final da década de 1950 um problema de dimensões nacionais. Aspásia Camargo reuniu alguns dos principais elementos em torno da questão do Nordeste como pauta dos grandes problemas nacionais da década de 1950:

A nova conjuntura reorienta a percepção social, e a sociedade modernizante do Centro-Sul assume a parcela de responsabilidade que lhe cabe na convivência com as desigualdades que comprometem uma autoimagem otimista, contagiada pela crença na afirmação nacional. O Nordeste e, dentro dele, o campesinato, passam a compor uma “situação de emergência” que pode e deve ser corrigida pelos governos e pelos homens, sob pena de pôr em risco a ordem democrática, a estabilidade política arduamente conquistada, e até mesmo, como o sugere Celso Furtado, a integridade física do território nacional³⁵.

(...) Uma nova mentalidade emerge à cena política com a tomada de consciência que se delineia ao final do período juscelinista, favorável a amplas reformas de estrutura – *as reformas de base* – entre elas, à frente delas a integração das camadas rurais ao processo econômico – *o desenvolvimento* – e político – *a cidadania* (CAMARGO 1986: p. 167).

O problema nordestino era estrutural e tal desenvolvimento deveria ser impulsionado através das ações deste Estado unificado. Mallorquin (2010) apontou que das grandes dificuldades da economia nordestina havia a necessidade em realizar uma política fiscal de incentivo à industrialização e uma reforma agrária. Ambos constituíram os gargalos estruturais do Nordeste e foram diagnosticados por Furtado enquanto problemas que debilitam a construção da nação. Mallorquin afirma sobre este aspecto:

Las transformaciones estructurales facilitarían integrar e incorporar poblaciones a los circuitos productivos y por tanto a la nación como un todo que en los hechos habían pasado desapercibidas por el Estado: por ello la importancia de las reformas fiscales, y la de la tierra. Tareas esencialmente político-económicas que se reflejan durante uno de los periodos más conflictivos, la época de la “(pre) revolución brasileña” dependiendo de quién hablara. La proliferación de los discursos y “objetos” en relación al Nordeste, se convierte en un fenómeno general de la cultura brasileña, pero en Furtado ameritaba un tratamiento que concernía a la “seguridad nacional”. Según Furtado los objetivos de las luchas agrarias por esa época estaban en algunos casos fuera de lugar y podían concluir em graves enfrentamientos sociales. Para él, los discursos de las ligas campesinas, más que coadyuvar al entendimiento del Nordeste, eran otros de los “obstáculos” a superar (MALLORQUIN 2010: p. 233).

As transformações estruturais no Nordeste para Furtado deveriam ser resultado de reformas, mas tratava-se de reformas a partir de instituições, o que era distinto dos processos desencadeados com as Ligas Camponesas. Em *A pré-revolução brasileira* (1962) Furtado

³⁵ A sugestão de Furtado encontra-se no texto “Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste” (1959), como resultado da direção do GTDN. Este trabalho foi de redação do próprio Furtado, apesar de na época ser publicado como de autoria do GTDN, conforme revela em entrevista (VIEIRA 2007).

aponta a necessidade de mudanças operadas a partir de reformas, o que contribuía por afastar Furtado do campo do marxismo, principalmente quando estava como superintendente na Sudene. Furtado debateu os termos do marxismo de forma mais enfática nos anos do exílio, de revisão da teoria do subdesenvolvimento. *A pré-revolução brasileira* (1962) deixou esclarecido o distanciamento do *projeto* furtadiano da noção de superação do atraso mediante a revolução, com mudanças de ordem militar no poder. O desenvolvimento econômico significava a saída para Furtado. Afirma Furtado em *A pré-revolução brasileira*:

O desenvolvimento econômico é, em sentido estrito, um meio. Contudo, constitui um fim em si mesmo, um elemento irreduzível da forma de pensar da nova geração, a confiança em que o alargamento das bases materiais da vida social e individual é condição essencial para a plenitude do desenvolvimento humano. Estamos na posição antitética da lenda do bom selvagem. Não nos seduzem as miragens de “uma nova Idade Média”. Não nos comovem as inquietações daqueles que veem no progresso técnico as sementes da destruição do “homem essencial”. É específico da nova geração esse otimismo com respeito ao desenvolvimento econômico, essa confiança em que a luta pelo domínio do mundo exterior não é senão o caminho da conquista do homem por ele mesmo, o desafio final às suas potencialidades de ser superior (FURTADO 1962: p. 20).

A ligação ao marxismo dificultava a ação de Furtado enquanto um *policy makers*. Todas as atenções reunidas sobre o Nordeste foram canalizadas para o desenvolvimento econômico, com reformas que tem por base o Estado interventor, ou seja, reformas resultadas da expansão institucional do Estado. A Sudene constituiu este projeto interventor, que por mais reformista e democrático (CEPÊDA 1998) fosse o *projeto* furtadiano, o campo de disputa era a direção do desenvolvimento pelo Estado e suas instituições na região. Então Furtado desejava reunir consensos em torno do projeto da Sudene, de maneira que fosse possível as ações e planejamentos do seu projeto. A estrutura de decisão da Sudene é um diapasão importante para compreender esta questão, já que era formada por um conselho deliberativo que aglutinava no comando da Sudene atores municipais, estaduais, técnicos e governo federal³⁶. Assim Lima apontou a dificuldade de organização da Sudene:

Na abertura dos debates, vemos pontos de vista opostos entre governadores estaduais e demais membros do Conselho presidido por Celso Furtado. Há aqueles que falam em nome da região, das discriminações sofridas pelo Nordeste, e outros que se pronunciam sobre discriminações internas à região, que reproduzem as assimetrias Nordeste-Sudeste. (...) O projeto SUDENE

³⁶ Marcos Costa Lima coordenou ampla pesquisa (2010 e 2011) a respeito da SUDENE, publicando o artigo “O Conselho Deliberativo da Sudene” (2009) que apresentou as dificuldades de reunir consenso em torno de proposta no órgão devido aos interesses regionalistas e localistas dos membros, principalmente da parte de representantes dos governos estaduais e municipais.

estava sob fogo cruzado de demandas estaduais e municipais, o que era acentuado pela pobreza da região, onde necessidades básicas de toda ordem estavam a exigir soluções. O governo federal exercia uma centralização e investia maciçamente no Sudeste, polo hegemônico da economia nacional. (...) O economista Rômulo de Almeida, representante do governo da Bahia, que teve destacada atuação nesse Conselho, ponderava a necessidade de a Sudene elaborar um plano amadurecido (primeiro plano diretor) capaz de resistir às disputas políticas no seio do Congresso Nacional (LIMA 2009B: p. 224-225).

Um projeto para a região do Nordeste constituía elemento de construção da nação afirma Mallorquin. O empenho do *projeto* para o Nordeste foi pensado sob o paradigma do desenvolvimentismo, em que o desenvolvimento nordestino soma-se a necessidade do desenvolvimento nacional no argumento de Furtado. A dimensão das ações no Nordeste contidas no *projeto* furtadiano era eliminar o atraso pela *via de desenvolvimento* da região, o que transformaria o rural nordestino em resposta às demandas da economia nacional (alimentos e exportação) através de reformas que também alterariam o quadro de forças políticas das elites nordestinas. Reformas no Nordeste somente através de mudanças na estrutura fundiária e no domínio “senhorial”, segundo Furtado em *Dialética* (1964), das oligarquias nordestinas. Mallorquin afirma a respeito:

Hoy sabemos que sería insuficiente la fuerza del “desarrollismo” para integrar una nación abrumada por los “condenados de la tierra”; se quedaría corta la posibilidad y la capacidad de los nuevos “centros de decisión” para “dirigir” al país hacia su plena “autonomía”. Pero entonces, el deseo y la necesidad explican sus pronunciamientos sobre la importancia de la “política económica” para proponer las transformaciones estructurales que encauzarían el futuro de la construcción de la nación: “*hoy estamos en condiciones de tomar las decisiones más fundamentales, sobre la actividad económica del país*” (FURTADO 1962 *apud* MALLORQUIN 2010: p. 236).

A agricultura era apontada, pelo autor, como uma produção marcada pelo atraso técnico, resultado da rigidez da estrutura de propriedade e de poder das oligarquias, ambos demonstrados com a manutenção das relações do antigo dual-estruturalismo que permaneceu após a desagregação do modelo primário-exportador. Ao analisar o Nordeste, Furtado especifica a sobrevivência do antigo dualismo entre a agricultura de exportação e a subsistência, assim como aponta a relação de não integração entre a agricultura e a indústria, fatores que aprofundavam a heterogeneidade estrutural do país e distanciavam cada vez mais o Nordeste das condições da região sulina do núcleo industrial.

O desenvolvimento econômico furtadiano incorporou as dimensões do social e do político, de maneira que a condição do intelectual é interceptar as ações políticas e direcioná-las no sentido do pleno desenvolvimento material e de dignidade das populações. A lógica do

planejamento do desenvolvimento tinha por base para Furtado o elemento democrático enquanto rigor nas escolhas de estratégias, escolhas que somente poderiam ser realizadas mediante estudo do cenário e inclusão dos grupos sociais nas intervenções do Estado.

II) Os desequilíbrios estruturais Nordeste-Sudeste

A pergunta que motivou as conferências³⁷ de 1957 reunidas em *Perspectivas da economia brasileira* (1958 [1957]) era: quais elementos poderiam estar impulsionando o desenvolvimento e determinar quais setores seriam estratégicos para ação governamental, de forma a se defender contra os desequilíbrios internos e externos. Os desequilíbrios constituíam no *projeto* furtadiano uma etapa do atual momento em que se observavam as dificuldades de um novo dualismo regional que produzia entraves ao desenvolvimento.

O que provoca os desequilíbrios era a existência de dois sistemas econômicos no país que se diferenciaram quanto às suas estruturas econômicas e sociais. A diferença pujante para Furtado entre as regiões estava no fato de que o sistema sulino constituía um sistema econômico integrado e que produzia seu próprio impulso de crescimento; enquanto o sistema nordestino, desde o fim do modelo mercantil-exportador, manteve-se ancorado em uma estrutura econômica de base rural que era mantenedora do dualismo colonial.

O problema para o *projeto* estava na necessidade de reformas que permitissem a integração de um rural, que se transformado, contribuiria ao para o melhor funcionamento do desenvolvimento econômico nacional, já que eliminaria a inelasticidade da oferta de alimentos através do desenvolvimento econômico e social. Estas reformas para o Nordeste também modificariam as estruturas políticas a partir da melhor equação das condições de vida da população nordestina, em sua maioria rural. O apoderamento pelo desenvolvimento econômico permite melhores condições de ampliação da cidadania e dos direitos, cuja democracia foi elemento fundamental para a construção do *projeto* furtadiano³⁸.

José Media Echavarría assina artigo publicado como documento da Cepal sobre a situação do rural na América Latina, que traz o debate da estratificação social diante da

³⁷ Conferências pronunciadas no “Curso de Treinamento em Problemas de Desenvolvimento Econômico”, organizado pela CEPAL, BNDE, CAPES, ISEB e TAA (Technical Assistance Agence – da Organização dos Estados Americanos).

³⁸ Weffort afirma sobre a democracia: “O funcionamento das regras mínimas de procedimento de uma democracia política implica a existência de certas condições sociais mínimas. Este é um ponto claramente estabelecido pelos cientistas políticos desde fins dos anos 50, como Dahl, bem como por sociólogos, como Lipset” (WEFFORT 1992: p. 23).

estagnação da rural, no caso latino-americano, mas que cabe na reflexão sobre a economia nordestina do final da década de 1950³⁹. Echavarría afirma:

A estratificação rural, quaisquer que tenham sido seus fundamentos tradicionais, adaptou-se aos requisitos reclamados pelo desenvolvimento urbano e, em geral, pelas instituições nacionais desenvolvidas nas principais cidades. Os grupos dominantes cumpriram seu papel de intermediários entre o estado-nação e a massa camponesa, posição estratégica que lhes permitiu conseguir novas fontes de poder e autoridade. Tal fenômeno bem pode ser atribuído ao fato de que a estrutura rural tradicional foi suficientemente permeável para ajustar-se às novas condições, isto é, que a modernização urbana não atingiu um ponto tal, que afetasse decisivamente os fundamentos da organização rural. Assim como o emprego do dinheiro – no sentido indicado – tendeu a restringir-se, nos campos, aos grupos positivamente privilegiados, estimulando tipos de empresa agrícola deficientes em seus critérios de organização das necessidades de elevar a produtividade e a eficiência, as relações laboriais, de modo inversamente paralelo, corresponderam a um sistema de natureza tradicional (ECHAVARRÍA 1969: p. 54-55).

A manutenção dos latifúndios monocultores na década de 1950, que significava o mesmo que manter a antiga estrutura colonial, foi reconfigurada diante do desenvolvimento urbano-industrial, pois as elites nordestinas serviram de intermediário entre a massa camponesa e o nacional-desenvolvimentismo, readaptando suas fontes de poder e privilégios. O sistema Sulino era representado pela agricultura de exportação e pelas atividades industriais, e tinha lucros suficientes para gerar suas próprias inversões, ou seja, crescer por conta própria. Já o sistema do Nordeste possuía atividades desintegradas, e, portanto, não constituindo rigorosamente um sistema econômico (ausência de impulso de crescimento como resquício do modelo primário). No sistema nordestino a agricultura de subsistência novamente foi apresentada enquanto problema, pois não se articulava com o mundo exterior para além das grandes fazendas. A superação do antigo dualismo seria um processo impulsionado através de forças políticas externas de regulação do crescimento, sob direção governamental, em um processo que unia desenvolvimento econômico e reformas através de instituições estatais.

O sistema nordestino era dependente do sistema sulino quanto às suas mercadorias industrializadas, diante de uma política econômica então concentrada no financiamento de atividades de base industrial. Os desequilíbrios regionais representaram a internalização da dependência que antes existia da periferia com a metrópole conforme análise operada posteriormente por Fernandes (1981 [1968]). A indústria apresentava, para Furtado, uma

³⁹ O artigo assinado por Echavarría (1969) intitulado “A situação rural na América Latina” foi inicialmente publicado como capítulo II do documento da Cepal *El desarrollo social na América Latina em la Posguerra*.

dificuldade diante da capacidade de importação, que era deficitária. Uma política programada do desenvolvimento deveria voltar-se para dois problemas centrais (FURTADO 1958 [1957]): a maximização do uso da capacidade de exportação, incentivando desta forma a importação – vide a criação de divisas a partir da exportação principalmente de bens agrícolas – e resolver a questão da inelasticidade da oferta de alimentos. O rural nordestino foi identificado nos dois problemas centrais. Deveria as antigas fazendas concentrar esforços na ampliação das exportações, através do aumento da produtividade, da técnica e da diversificação, e a relação entre o latifúndio e as áreas de subsistência enfrentava diretamente o segundo problema da equação, a questão dos alimentos tomada pelo autor como o “desequilíbrio fundamental que engendra o desenvolvimento” (FURTADO 1958 [1957]).

Em *A Operação Nordeste*⁴⁰ Furtado sintetizou o processo de formação dos desequilíbrios regionais a partir da perda de vitalidade da economia açucareira nordestina diante das crises internacionais da primeira metade do século XX e frente à industrialização da economia do Centro-Sul. As economias de exportação dos sistemas coloniais (ciclos – açúcar, mineração, borracha, café) formaram ilhas de polos dinâmicos por todo o território, em cada um dos ciclos, mas desarticulados economicamente. A integração desde o século XIX foi de origem política e cultural segundo Furtado no debate (1959). O problema do núcleo industrial concentrado na região Centro-Sul foram as novas relações estabelecidas com a região Nordeste, transformadas em relações de economias produtoras de matérias-primas (Nordeste) com um centro industrial (Sulina). Furtado afirma a respeito:

Se esse processo chegasse a persistir por muito tempo, observaríamos, seguramente, no Brasil, profundos desequilíbrios regionais que provocariam conflitos de natureza econômica e política capazes de retardar nosso desenvolvimento econômico e social.

Não podem coexistir, no mesmo país, um sistema industrial de base regional e um conjunto de economias primárias dependentes e subordinadas, por uma razão muito simples: as relações econômicas entre uma economia industrial e economias primárias tendem sempre a formas de exploração (FURTADO 1959: p. 13).

O problema dos desequilíbrios regionais para o Nordeste foi atenuado pelo atraso das grandes fazendas (em contrapartida às necessidades da economia nacional e de exportação) e pela inelasticidade da oferta de alimentos. A explicação furtadiana para os déficits da região partiu dos seguintes elementos: a permanência da economia de subsistência dependente dos latifúndios, a manutenção do privilégio fundiário das oligarquias nordestinas e o problema da migração para o Centro-Sul. A qualificação destes elementos permite esboçar o como o rural

⁴⁰ Realizado no auditório do ISEB, a palestra compõe o Curso de “Introdução aos problemas do Brasil” para oficiais das Forças Armadas em 1959.

serviu de argumento principal para vigorar como mecanismo de atraso no pensamento furtadiano, mas reforça-se que foi uma estrutura rural com foco no Nordeste.

A região do Nordeste tinha bolsões de população que encontravam dificuldade em se fixar na ocupação de algum trabalho nas áreas rurais, população que passava a enfrentar a dificuldade das áreas de subsistência diante das constantes crises do latifúndio exportador.

Em um país como o Brasil, desenvolvimento significa basicamente a transferência de população de setores onde prevalecem atividades de subsistência para zonas urbanas onde predominam o trabalho nas indústrias e nos serviços. Essa população que se transfere, porque emigra de regiões de baixo nível de produtividade, não deixa atrás dela nenhum excedente de produção de alimentos que possa ser enviado às regiões urbanas. Não se trata de deslocamento de população provocado pela introdução de técnicas avançadas na agricultura. Trata-se principalmente de gente que alcança a idade de trabalhar e, não encontrando ocupação permanente, emigra para tentar a sorte (FURTADO 1957 [1958]: p. 18).

Na relação entre o latifúndio e as áreas de subsistência do Nordeste, estas últimas mantiveram-se designadas como um extenso reservatório de mão de obra. O antigo dualismo (latifúndio e subsistência) pressionava a população que buscava a migração para o Centro-Sul, o que acabava por sufocar a integração das regiões dentro de um único projeto de modernização da Nação. A população que se deslocou do Nordeste causou a super oferta de mão de obra nas zonas urbanas do Centro-Sul, o que já era sentido no final da década de 1950. Migravam sem deixar nenhuma forma de riqueza acumulada nas áreas rurais, sendo esta uma crítica recorrente de Furtado. Uma população que sai de uma situação de miséria no campo para ocupações irregulares de trabalho e moradia nas cidades. O latifúndio exportador não ofertava mais ocupação permanente para a maioria da população rural, já que crescia lentamente diante da atrofia internacional, numa relação trabalho-produtividade e acumulação muito baixa devido às técnicas estagnadas de produção.

As “roças” de subsistência mantiveram sua subjugação às fazendas na interpretação furtadiana, o que distanciava o setor de subsistência de cumprir as necessidades da demanda por alimentos. O trabalho familiar na “roça” de subsistência tinha cada vez mais dificuldades de se realizar, primeiro, em razão da desigualdade na distribuição de terras, já que os senhores-de-terra cobravam rendas para a produção das “roças”. Outro motivo era a renda que resultava da venda dos alimentos às famílias produtoras, que ficavam com uma ínfima parte devido aos intermediários do comércio. Estes elementos forjaram a maior migração interna do século XX, das populações rurais nordestinas sem perspectivas de trabalho no campo.

Quando os migrantes saíram das áreas de subsistência, eram porque as plantações tornaram-se economicamente inviáveis, sendo que mesmo aqueles cultivos voltados apenas

para o sustento da família mostravam-se impossíveis. A migração para o Centro-Sul foi “encaixado” no diagnóstico do *projeto* furtadiano como o novo dualismo regional que aprofundava a diferença entre as diferentes economias (sulina e nordestina). Os trabalhadores migrando para a cidade passavam a acessar um padrão de consumo superior aos das áreas rurais, aumentando seu poder de compra, ampliando a demanda por mais alimentos. Populações que migraram de áreas rurais produtoras de alimentos adquiriam poder de consumo com o trabalho urbano – em oposição à escassez e a miséria resultante das relações de trabalho nas áreas rurais –, mas também sofriam com a escassez na oferta de alimentos. A debilidade das condições pré-capitalistas de subsistência legou então um duplo problema resultante da estrutura agrária nordestina: a migração de áreas rurais sem nada deixar de produtivo nestas áreas na forma de riqueza plantada e a ampliação da inelasticidade da oferta de alimentos.

A dificuldade dos trabalhadores das áreas de subsistência, o que ocasionou a imigração, foi o fato de terem acesso a uma renda no campo que não permitia o consumo de gêneros básicos manufaturados, o que impossibilitava aos trabalhadores se integrarem na economia de mercado interno como consumidores. O fato da agricultura de alimentos para o mercado interno não corresponder ao crescimento das cidades apontava a desintegração entre os sistemas do Nordeste e o Sulino em duas direções. A atrasada agricultura de subsistência do Nordeste produzia uma inelasticidade na oferta de alimentos ao mesmo tempo em que a economia do Nordeste não conseguia absorver os manufaturados produzidos pela região sulina. A ação econômica do trabalhador rural não integrou o mercado em dois sentidos, como produtor de alimentos e como consumidor de produtos.

Ao crescer a população urbana ocupada nas indústrias e serviços afins, cresce a procura de alimentos mais que proporcionalmente, pois essa gente está armada de um poder de compra muito maior do que aquele de que dispunha quando se encontrava no campo. Ora, essa procura crescente de alimentos se depara com uma oferta muito inelástica, pois em grande parte da agricultura ligada ao mercado interno ainda prevalecem formas de organização pré-capitalistas. (...) A inexistência de uma agricultura moderna, de base capitalista, ligada ao mercado interno, é em grande parte responsável pela tendência permanente ao desequilíbrio interno que se observa no país. (...) A incapacidade da agricultura para responder à procura crescente de alimentos nas zonas urbanas constitui verdadeiro entrave ao desenvolvimento industrial (FURTADO 1958 [1957]: p. 19).

A agricultura de exportação das grandes fazendas foi uma atividade lucrativa no passado, mas que se ancorava na década de 40 e 50 na renda ociosa da agricultura de subsistência (FURTADO 1964). Esta economia de subsistência foi considerada ainda na

década de 1950 como pré-capitalista, pois não respondia às necessidades do desenvolvimento industrial, constituindo o entrave ao *projeto desenvolvimentista*.

O problema que a inelasticidade de alimentos causava era a compreensão sobre os salários dos trabalhadores urbanos (Furtado 1961, 1962), sendo esta a segunda parte da equação, no que se refere à economia sulina. Os respectivos salários urbanos tinham por base o cálculo da cesta básica necessária ao trabalhador, e, portanto, se a oferta de alimentos era comprometida, os preços dos gêneros agrícolas subiam. Preço do alimento elevado aumentava a pressão dos trabalhadores urbanos por melhores salários, pois o poder de compra deste trabalhador sofria uma queda. Os desequilíbrios internos que obstruíam setores do desenvolvimento tinham suas raízes na estrutura agrária debilitada por não corresponder às necessidades da industrialização e do mercado interno. A mão de obra que se desloca para o Centro-Sul não deixa riqueza nas áreas de subsistência e acabam por crescer demasiadamente rápido a oferta de trabalhadores urbanos, acabando por pressionar alimentos. Dois problemas decorrentes do atraso a partir da formulação da economia de subsistência.

Segundo Fernandes (1981 [1968]) o desmantelamento do rural ligado ao modelo primário-exportador observa que o fim da “vocação agrária” sucedeu por uma satelitiza o e espolia o sistemática da economia agrária. A heteronomia das estruturas sociais e econômicas foi se ampliando, a moderniza o tecnológica direcionada   produ o industrial de mercado interno foi contrastando-se com uma estrutura agrária cujo modelo econômico não atingiu uma autonomia. Os agentes econômicos rurais re-significam suas rela es de poder e de privilégio nas décadas do pós-1930. Fiori (1994) apontou que a manuten o do pacto entre grupos urbano-industriais e agrários permitiu a manuten o do poder das oligarquias rurais, que em detrimento das crises econômicas mantiveram a estrutura fundiária intacta. A dependência que as economias de exporta o agrícola tinham com as economias centrais, uma dependência “para fora” foi então realocada numa dependência “para dentro”, dependente do crescimento econômico urbano, industrial e comercial. Esta “dependência dentro da própria dependência”, que diferenciou os grupos agrários dos industriais, não opõe necessariamente estes grupos, já que haviam alianças políticas, aquilo que Fiori chamou de “não cego do desenvolvimentismo”. Fernandes afirmou que havia mecanismos autodefensivos e autocompensadores voltados para a estrutura agrária. O reconhecimento tardio dos direitos dos trabalhadores rurais, através do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), de 1963, não onerou os proprietários das fazendas de exporta o quanto aos direitos de previdência e seguridade dos trabalhadores rurais, custos que eram presentes nas indústrias. O

desmantelamento do poder econômico das oligarquias, mediante ação política, permitiu não retirar seus privilégios econômicos sobre a propriedade e o trabalhador.

Furtado e Fernandes compartilhavam de argumentos consonantes quanto ao papel que o setor agrícola teve no direcionamento de recursos deste setor para o industrial. Num primeiro momento Furtado observou como positivo o deslocamento de recursos da economia cafeeira para a industrial, ressaltando a transferência do excedente agrícola para a industrialização. Na década de 1950 esta relação se agravou ao longo do tempo e acabou por ampliar a distância das condições das regiões.

A transferência de rendas do setor agrícola para o industrial constituiu elemento positivo na medida em que o setor agrícola se confundia com o cafeeiro. Desestimulava-se, assim, parcialmente a expansão cafeeira e se orientavam recursos para financiar o desenvolvimento industrial. A transferência de renda, porém, veio agravar a disparidade de níveis de desenvolvimento de algumas regiões do país. Determinadas regiões particularmente subdesenvolvidas dependem da exportação de certos produtos, cuja oferta é quase sempre pouco elástica em função dos preços, pelo fato mesmo de que nessas regiões não existe possibilidade de uso alternativo dos recursos. Essas regiões pobres compravam produtos a preços crescentes, importados das regiões mais industrializadas, quando os preços de seus produtos de exportação se mantinham estacionários (FURTADO 1958 [1957]: p. 23).

O crescimento do preço dos produtos agrícolas não acompanhava o dos industrializados, o que ampliava ainda mais a distância entre as regiões. A transferência de fatores da agricultura para o desenvolvimento industrial foi tanto de recursos quanto de mão-de-obra. Fernandes caminhou neste sentido, apontando que a revolução urbano-industrial impossibilitou a realização da revolução agrícola, tornando a estrutura agrária uma “bomba de sucção” para a indústria.

No conjunto, várias pressões simultâneas operaram no sentido de impedir que a economia agrária se alterasse substancialmente. É o crescimento dos polos “modernos”, urbano-comerciais ou urbano-industriais, passaram a depender, de forma permanente, da captação de excedentes econômicos da economia agrária, organizando-se uma verdadeira drenagem persistente das riquezas produzidas no “campo”, em direção das cidades com funções metropolitanas. A revolução urbana condenou, portanto, a revolução agrícola, o que fez com que o capitalismo agrário fosse reduzido, de fato, a um subcapitalismo, destinado a funcionar como força de alimentação, de propulsão e de sustentação dos “polos dinâmicos” da economia interna. O pior é que o nível do desenvolvimento capitalista do sistema de produção urbano-comercial e urbano-industrial não era bastante forte para estabelecer efeitos circulares compensadores. A economia agrária viu-se convertida em bomba de sucção, que transferia para outros setores da economia e da sociedade a maior parte das riquezas que conseguia gerar, sem nunca dispor de meios ou de condições de pleno aproveitamento de suas próprias potencialidades de desenvolvimento econômico (FERNANDES 1981 [1968]: p. 196).

Furtado afirmava a necessidade de se desenvolver as estruturas agrárias, principalmente do Nordeste, o que somente ocorreria se introduzissem o capital e a técnica na agricultura. Os mecanismos do atraso fizeram com que os novos “polos dinâmicos” depois da brecha histórica da industrialização fossem sustentados pela agricultura, com mão-de-obra e pela pressão sobre os preços dos alimentos para que não subissem diante das consequências sobre os salários dos trabalhadores urbanos. O problema, para ambos os autores, estava no lugar que os trabalhadores rurais ocuparam no processo de modernização. A forma de funcionamento da estrutura agrária, cujos latifúndios sobreviviam das rendas obtidas das “roças” ou da produção de exportação que não conseguiam absorver a vastidão dos reservatórios de mão de obra, forçou o deslocamento da população. Os “estratos possuidores rurais” mantiveram seus privilégios diferentemente dos trabalhadores rurais, em que a forma de trabalho e a estrutura fundiária impossibilitavam a permanência destes trabalhadores nas áreas rurais.

O mesmo não sucede com as massas despossuídas rurais, que se vêm irremediavelmente compelidas ao pauperismo e condenadas à marginalização, pela existência desta situação. É neste nível que se desvendam as iniquidades e a impotência da economia agrária brasileira, uma moeda que destrói, inexoravelmente, os agentes humanos de sua força de trabalho (FERNANDES 1981[1968]: p. 192).

A agricultura de subsistência deveria ser um dos principais pontos de transformação mediados pela ação governamental em consonância com a modernização dos latifúndios. A direção do *projeto* caminhou na busca de um processo de desenvolvimento induzido por impulso externo para o fornecimento de crédito aos agricultores, assistência técnica e projetos de irrigação. O que diferenciava o setor industrial do setor agrícola, para Furtado, era a relação produto-capital.

O setor industrial era, como influência positiva de List, mais dinâmico porque o aumento de produtividade neste setor garantia uma formação de renda maior. Tanto os salários eram maiores quanto os lucros, o que possibilitava certa formação de poupança, que mesmo escassa garantia as inversões. As inversões operavam pela dinamização dos setores industriais, possibilitando a produção de equipamentos, de produtos semi-elaborados, siderurgia, metalurgia, criando determinada autonomia do setor industrial. A diversificação da produção é em decorrência do domínio da técnica, que permite especializar as produções.

O aumento da produtividade era então ausente nas áreas agrícolas. Havia debilidade na apropriação de novas técnicas agrícolas. A programação governamental contida no *projeto* deveria manter o esforço de crescimento, mas o que somente seria alcançando com certo

esforço de poupança. E não se deviam sacrificar as populações para se realizar tal esforço, mas sim aumentar a participação da renda por parte do Estado, elevando a taxa de poupança. A programação tinha a necessidade de agir onde havia fatores de entorpecimento ao desenvolvimento. A concentração da renda era algo que deveria ser tomado pela ação dos governos como um entorpecimento, pois a importação de bens suntuosos exclusivos ao consumo das elites dificultava o esforço de importação, que deveria suprir necessidades de suprimento à indústria. As principais bandeiras levantadas por Furtado para o rural foi a eliminação da concentração da terra e o atraso técnico, buscando a superação dos desequilíbrios regionais, sempre na tentativa de eliminar os ativismos coloniais do rural nordestino através de reformas estruturais políticas e econômicas.

III) A Operação Nordeste e a SUDENE: reforma agrária e desenvolvimento nordestino

Um vasto sopro de esperança varreu a região. Uma convergência nunca antes vista de classes e setores sociais, desde o campesinato, os trabalhadores urbanos, os estudantes, os intelectuais, os industriais, mobilizou-se para o que pensávamos ser a tarefa do século, a mais ingente e mais espinhosa de quantas reclamavam solução para a construção de uma nação harmônica, sem as gritantes disparidades que se constatavam e que, infelizmente, estes vinte anos não conseguiram desfazer. Minha geração jogou-se por inteiro naquele empreendimento, e tentamos converter nossa fraqueza em força: despreparados para tão grande cometimento, substituímos o conhecimento científico, de que não dispúnhamos, pelo ardor e pelo vigor. Com inteiro apoio da população, vale a pena lembrar, sem que isso seja uma vanglória, a Sudene inovava completamente o estilo de desempenho dos poderes públicos, não apenas na escala regional, mas até mesmo medida pela escala nacional (OLIVEIRA 2009B [1978]: p. 194).

O *projeto* furtadiano (FURTADO 1959) consistiu na elaboração de um plano de ação administrativa e fiscal através da SUDENE, órgão que teria de se ocupar em ser um mecanismo institucional de desenvolvimento regional nordestino, buscando capacitar o Governo a formular uma política de desenvolvimento. Furtado em *Operação Nordeste* (1959) deixou claro que reformas administrativas e fiscais não adiantam se não estiverem acompanhadas de reformas políticas, o que incide sobre a necessária reconfiguração das elites conservadoras do Nordeste. Havia, para Furtado, uma relação intrínseca entre a concentração de renda nas elites nordestinas resultado da concentração de terras. Desta relação um determinado instrumento fiscal foi associado como elemento necessário na criação de uma nova agricultura, pois tinha de agir sobre a concentração de terras.

Em alguns países da América Latina o regime de propriedade da terra é reconhecidamente um desses fatores institucionais. A concentração da renda

resultante da concentração da propriedade de terra é prejudicial ao desenvolvimento porque propicia o surgimento de estruturas sociais desligadas do processo produtivo e inclinadas a altos padrões de consumo. Esse não é um problema de solução simples. Não basta adotar uma fórmula geral. Em um país com abundância de terras, o monopólio destas dificilmente pode ser mantido. O problema está em utilizar o instrumento fiscal para criar uma agricultura nova, dirigida por autênticos empresários, que possa ir minando as bases da velha agricultura feudal. Com esse fim, é indispensável taxar a propriedade de terras ociosas. Além disso, é também indispensável evitar que os proprietários da terra sejam os principais beneficiários dos investimentos e do crédito públicos, particularmente quando são os arrecadadores da renda do solo (FURTADO 1957 [1958]: p. 50).

Não incentivar políticas de desenvolvimento em regiões de alto crescimento populacional significava, para Furtado, contribuir para o agravamento social das áreas. Defender políticas no tocante à reforma agrária adentra num campo de forças da política de alto conflito na sociedade brasileira. A colonização na forma de latifúndio constituiu a disposição espacial da estrutura agrária concentrada e legou relações políticas de mando e privilégios dos proprietários sobre as populações rurais, relações que se reconfiguraram diante da industrialização do Centro-Sul, cujas oligarquias nordestinas continuavam por barganhar seu espaço no pacto federativo. Esta reconfiguração da ação das elites nordestinas frente à industrialização foi o que Fiori apontou como significativo no nacional-desenvolvimentismo que é o nó cego do desenvolvimentismo brasileiro. Modernização urbano-industrial em correspondência às estruturas rurais absolutamente conservadoras. A dificuldade de uma reforma agrária estava nos privilégios e no estagnacionismo das oligarquias latifundiárias nordestinas, por todos os motivos até aqui apontados.

Segundo Camargo (1981) o problema da consistência de um *projeto* político estava na extrema dificuldade de um pacto político federativo em torno de estratégias nacional-desenvolvimentistas. Antes do Golpe de 64 Furtado (1964) falava das debilidades dos projetos políticos de desenvolvimento para o Nordeste diante do monopólio da terra e da rigidez das estruturas criadas pela agricultura açucareira, além do fato destas grandes fazendas ocuparem grande parte da faixa úmida do Nordeste, cuja qualidade do solo era subutilizada em produções de baixíssima técnica e produtividade. Camargo afirma sobre o que significava o atraso do rural no começo da década de 1960:

Calcanhar de Aquiles na transposição do polo agrário ao industrial, é nas mãos de um numeroso e frágil campesinato – e de sua antítese, os senhores de terra – que se repousa os destinos políticos das sociedades modernas. De fato, tanto a questão da igualdade quanto a da democracia dependerão da forma com que se articulam as populações rurais ao mundo urbano que

ajudarão a construir, e de sua capacidade de inserção e de pressão no jogo do poder (CAMARGO 1981: p. 123)

Furtado considerou na construção do seu *projeto* a necessidade da reforma agrária para que o acesso das populações das áreas de subsistência e o fim dos privilégios senhoriais se tornassem um imperativo para qualquer ação econômica e de regulação estatal pelo desenvolvimento. “Tudo que se passa como se a nova classe capitalista (os empresários industriais) fosse chamada a pagar o setor mais retrógrado da antiga um direito de senhoria” (FURTADO 1964: 126). Em meados da década de 1960 as classes latifundiárias agiam sob signos políticos e econômicos retardatários, que para Furtado proporcionam entrave. Afirma sobre a reforma agrária em *Dialética do desenvolvimento*:

A reforma agrária, atualmente em discussão no Congresso, dará provavelmente a prova decisiva dos limites de pressão que comporta o atual sistema político. Os resultados da presente contenda, em torno desta reforma, serão decisivos para a evolução do sistema político brasileiro nos anos futuros (FURTADO 1964: p: 111).

A reforma agrária firmou-se como um imperativo a qualquer planejamento governamental. “Sendo região pobre de terras, o Nordeste também é pobre de alimentos. Além disso, a economia agrícola da região está deformada pela tradição de monocultura imobilizada por um sistema latifundiário. Assim, a região mais pobre de terras é também a que menos as utiliza para alimentar a própria população” (FURTADO 1958 [1957]: p. 57). Tocar na concentração fundiária era fundamental na garantia de um desenvolvimento com democracia. Remanejar as áreas de produção, buscando através da técnica e da coletivização do acesso a terra integrar a todos no processo de desenvolvimento estava conectado a um *projeto* que desejava aprofundar a democracia. A inclusão dos trabalhadores rurais despossuídos na distribuição dos resultados do desenvolvimento partiria da reorganização da estrutura agrária como forma de manter a população fixa nas áreas das quais migravam, eliminando o novo círculo vicioso entre o polo dinâmico industrial e o polo do atraso, o rural.

Somado aos desequilíbrios está a força das elites da velha estrutura agrária nordestina que no *projeto* furtadiano são responsabilizadas pela herança colonial, por manterem intacto o dual-estruturalismo (exportação e subsistência), o que contribuiu por *institucionalizar* as formas de manutenção da ampla desigualdade. As relações políticas de privilégio daquele que Furtado intitulou o “senhorio” das elites nordestinas, mantinha os trabalhadores rurais – os *sem direitos* cf. Maria Ap. Moraes Silva (1999) afirmou sobre os trabalhadores rurais despossuídos de direitos trabalhistas e de propriedade – em um reservatório de áreas de subsistência de alta pobreza. A condição de subdesenvolvimento foi apregoada no final da

década de 1950 até antes do Golpe de 64 por Furtado (1964) a dois elementos fundamentais: à estrutura da economia açucareira estável em plena década de 1960 com mais de quatro séculos e meio e as formas que se *institucionalizaram* a desigualdade, a partir das estruturas historicamente constituídas do Nordeste. Ambos os elementos reforçam a necessidade de olhar o rural como fundamental na definição de atraso e da condição de subdesenvolvimento. Furtado afirmou em *A Operação Nordeste* sobre os dois elementos:

Identificamos, para efeito de análise, *o que poderíamos chamar de sistema subdesenvolvido mais importante do Brasil* – a velha economia da cana-de-açúcar na forma como se apresenta hoje em dia – o Nordeste. Isolamos esse velho sistema que se estende do Piauí à Bahia, do sistema econômico do Centro-Sul do Brasil, cujo centro é São Paulo. O ritmo de crescimento econômico do Centro-Sul é sensivelmente mais intenso que o da região Nordeste.

(...) Esse é um segundo aspecto do problema – seguramente o mais grave – para o qual tenho chamado à atenção repetidas vezes. A desigualdade econômica, quando alcança certo ponto, se institucionaliza. Tal fato, que observamos nas sociedades humanas – a tendência das desigualdades a se institucionalizarem e a formar classes –, também pode ocorrer entre regiões do mesmo país. Quando a desigualdade entre níveis de vida de grupos populacionais atinge a certos limites, tende a institucionalizar-se. E quando um fenômeno econômico dessa ordem obtém sanção institucional, sua reversão espontânea é praticamente impossível. Além disso, como os grupos economicamente mais poderosos são os que detêm o comando da política, a reversão mediante a atuação dos órgãos políticos também se torna extremamente difícil (FURTADO 1959: p. 14-15).

A indústria permitiu a diversificação das atividades econômicas com uma maior divisão do trabalho, absorvendo em ritmo lento a população migrante, crescendo a indústria com excesso de mão-de-obra⁴¹. Mas a estrutura agrária não se transformava, pelo contrário, retraía a expansão da produção de alimentos.

Apontar que a moderna industrialização em crescimento poderia não efetivar uma expansão da modernização sobre a estrutura agrária foi uma crítica de Furtado aos grupos políticos e econômicos que compartilhavam da ideologia do industrialismo. Centralizar forças numa política industrial correspondia à necessidade de uma região, o Centro-Sul; já o

⁴¹ Oliveira afirma a respeito: “Uma vez mais, está já em ação teórica, tensionando-se com as soluções históricas, a construção do dual-estruturalismo cepalino-furtadiano: a economia do café será o fundamento do setor moderno, enquanto as economias de subsistência de Minas e do Nordeste, e o resto da economia açucareira também em regressão, funcionarão como o setor arcaico ou atrasado. Além disso, essa especial construção econômica desliza em direção a um permanente desequilíbrio externo, tanto por ingressar na divisão internacional do trabalho da fase pós-colonial, com sua dualidade de produtores de matérias-primas (a periferia) e produtores de manufaturas (o centro), quanto porque a específica articulação interna da economia nacional entre setor moderno e setor atrasado impedia ao primeiro a internalização de um setor de produção de bens de capital. São as bases teórico-históricas para a emergência do padrão de relações centro-periferia e a constituição do subdesenvolvimento como formação histórica singular, e não uma fase do desenvolvimento capitalista primitivo em direção à maturidade (OLIVEIRA 2001: p. 327)”.

Nordeste necessitava alterar a concentração da terra e da renda, minimizando o poder das oligarquias regionais. A condição da dualidade tinha a necessidade de ser modificado a partir do princípio teórico de Furtado, que considerava o desenvolvimento um processo integrado, entre todas as regiões, o que inclui a racionalização e o bem-estar dos homens, a democracia e o estado de direito, de forma que permita um desenvolvimento nacional que passa pelo pacto federativo entre as elites regionais. Esse desenvolvimento em todas as suas possibilidades tinha que mobilizar as forças do Nordeste na utilização do que o território proporciona. O latifúndio na forma do dual estruturalismo (latifúndio e a subsistência), segundo o *projeto furtadiano*, realizava uma verdadeira cisão do homem e a natureza, já que as formas do rural adquiriram características estranhas à própria realidade do Nordeste. Furtado afirma em *A Operação Nordeste* (1959): “O sistema econômico que existe na região semi-árida do Nordeste constitui um dos casos mais flagrantes de divórcio entre o homem e o meio, entre o sistema de vida da população e as características mesológicas e ecológicas da região (FURTADO 1959: p. 30)”⁴².

Em *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961) analisou-se um traço do que convencionou como fundamental na economia agrícola brasileira, que era a co-existência de um latifúndio com abundância de terras. Mesmo com a abundância de terras o latifúndio não permitiu o acesso das populações rurais a terra, assim como o latifúndio também não absorveu grande parte da população. A agricultura de exportação obtinha disponibilidade de terras, o que favoreceu o atraso técnico e a agricultura de exportação foi marcado pelo uso predatório do solo – argumentos que se repetem do antigo dualismo colonial. Quando a produção atingia um limite de esgotamento do solo, novas terras eram buscadas para a produção.

A agricultura de subsistência como um resultado de desagregação da agricultura de exportação, se expandia dependente do latifúndio. Reorganizar a estrutura agrária, estimulando a produção para o mercado interno não tinha sido uma tarefa ainda inclusa pelas políticas de desenvolvimento segundo o autor. Uma política de créditos voltados para agricultura de subsistência era considerada fundamental para expandir a produção de alimentos, assim como se fazia necessário incorporar mecanismos que facilitasse a troca direta entre o produtor e o consumidor. O porquê de se combater as formas pré-capitalistas de agricultura devia-se a maneira que estas formas de agricultura mantiveram as antigas formas do dualismo estrutural.

⁴² Interessante ressaltar que o presente argumento de dissociação entre o homem e o meio no sistema econômico nordestino foi recorrente no pensamento brasileiro anterior a Furtado, como Euclides da Cunha e Alberto Torres.

Pensar em uma nova agricultura deveria tocar na distribuição e no uso da terra, medindo a sua produtividade. O problema era que a abundância de terras e a oferta elástica de uma mão-de-obra em baixíssimas condições de vida impossibilitava o surgimento dentro da própria agricultura de uma pressão para se modificar sua estrutura. O problema da estrutura econômica tinha raízes políticas, e desta maneira também a sua solução. A imobilidade da estrutura agrária somada às pressões sobre os salários dos trabalhadores estavam contribuindo para o aumento das tensões sociais. Dois caminhos para conter as tensões sociais foram esboçados por Furtado em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961). Tratava-se de problemas estruturais do desenvolvimento a serem solucionados para evitar conflitos sociais: primeiro o aumento de produtividade da indústria deveria ser transferido aos trabalhadores assalariados, possibilitando crescer o poder aquisitivo da população urbana e rural. A elevação da produtividade deveria então influenciar uma maior capitalização da agricultura, o que provavelmente aumentaria os salários agrícolas, abrindo o mercado consumidor da população rural aos produtos manufaturados. A segunda direção referia-se à estrutura agrária.

A segunda direção é a da transformação direta da estrutura agrária. A base de uma modificação ordenada dessa estrutura, que permita racionalizar o uso dos fatores, particularmente da mão-de-obra, seria possível reduzir os custos do excedente agrícola e ampliá-lo, com elevação dos salários reais dentro e fora da agricultura. Esse processo poderia traduzir-se em ampliação da procura de bens de produção, de origem industrial, pelo setor agrícola, assim como em redução dos custos industriais e dos serviços em geral – através da baixa relativa dos preços agrícolas – ampliando nas zonas urbanas o mercado de manufaturas (FURTADO 1961: p. 267).

Em 1964 Furtado já acena para as duas possibilidades que se delineavam na resolução dos conflitos em torno da questão rural e da relação da indústria com este rural. As tensões sociais em razão da miséria e a dificuldade de consenso quanto aos *projetos* nacional-desenvolvimentistas, estiveram associadas à questão das reformas de base, que Furtado atuou como *policy maker*, e levaram o autor em 1964 a questionar os obstáculos estruturais à continuidade do processo de industrialização conectado ao desenvolvimento social e político. Reformas ao invés de revolução, ponto fundamental no *projeto* furtadiano. E reformas para o rural através de uma nova e necessária configuração de elites, que refaçam os pactos de compromisso com as massas trabalhadoras, a partir de um entrosamento com as questões urbano-industriais.

Eliminar atavismos coloniais como a maior estratégia de superação da condição de subdesenvolvimento do *projeto* furtadiano. Quanto ao Nordeste este papel significava reconfigurar o rural através de uma modernização combinada que rompa com a dependência interna entre as regiões, elimine as formas conservadoras das oligarquias, aproxime o *projeto*

das elites nordestinas de forma que esteja conjugado ao projeto desenvolvimentista industrialista. No rural essas mudanças somente procedem no pensamento furtadiano realizando uma reforma agrária e transformando as ações governamentais na concentração de esforços para o fim do antigo modelo dual estruturalista que perdurou sobre o Nordeste. A função de rural se modifica, mas o que na *teoria do subdesenvolvimento* significava romper com o círculo vicioso do desenvolvimento, o *projeto* furtadiano acena também para o mesmo fenômeno – não mais setor moderno exportador e setor atrasado de subsistência, mas setor industrial moderno e setor rural atrasado – o círculo vicioso do dualismo agricultura e indústria, representado nos desequilíbrios regionais. O rural tornou-se mantenedor do atraso no *projeto*, mas também setor das possíveis transformações da qual Furtado identificou em seu diagnóstico de construção de novas bases econômicas e sociais para o Nordeste.

Considerações finais

Analisar o rural no pensamento furtadiano foi mais do que isolar termos de um conceito dentro de um campo teórico. Significou buscar a compreensão de qual sentido o rural foi operado no pensamento furtadiano, o que fez buscar uma divisão da obra em momentos, de maneira que conseguisse abarcar os vários fenômenos possíveis para o mesmo conceito. A divisão entre *teoria do subdesenvolvimento* e o *projeto desenvolvimentista* de Furtado conseguiu dar conta da distinção que Furtado realiza entre *formação histórica* e *diagnósticos do presente*. Por mais que seja justificada a relação entre a teoria e a história, através de interpretações que respaldaram sim o projeto furtadiano, buscou-se aqui estabelecer os diferentes vínculos do rural de acordo com o sentido da interpretação furtadiana, que caminhou entre *teoria do subdesenvolvimento* e *projeto*. Bastos afirma sobre as ideias serem antes de tudo forças sociais. Uma coisa foi Furtado localizar o rural a partir de todo o debate com a tradição do pensamento brasileiro, quanto as questões da sociabilidade e formação econômica geradas pelo processo de colonização. Outro rural está nas posições políticas frente aos cenários da década de 1950 e 1960, principalmente de Furtado, na função de “homem moral”, na expressão de Tavares, que frente à Sudene teve de enfrentar as tradicionais oligarquias nordestinas. A interpretação histórica sustentava o projeto, mas o rural no projeto serviu a interesses de um projeto que reunia democracia e desenvolvimento social. Integrar e desenvolver o Nordeste necessitava da ação técnica da *intelligentsia*, mas essencialmente de ação política por parte do Estado. Então propor estratégias para o rural no projeto lidava com as possibilidades de consenso sobre uma respectiva *via de desenvolvimento*, cujo diagnóstico operava num sentido de reforçar um projeto político. Racionalizar a ação planejada e técnica, mas com valores éticos sobre a situação de miséria dos trabalhadores rurais e urbanos (em migração). Dai o reconhecimento dos elementos democráticos, analisados principalmente por Cepêda (1998), como força da ideia de custo social do desenvolvimento sobre o pensamento de Furtado.

O dualismo apontado pelo *projeto* de Furtado foi fruto de um dos principais trabalhos de crítica à Furtado, realizado por Chico de Oliveira em *Crítica à razão dualista*. Oliveira, repensando a dualidade cepalina-furtadiana, afirmou que o setor industrial não era em si dinâmico, mas foi uma escolha política de favorecimento da indústria. A expansão da ideologia industrialista na década de 1950 de matriz cepalina reservaria um lugar subalterno e problemático às áreas de subsistência, quando na verdade as áreas de subsistência, para este autor, não seriam um dos principais responsáveis por retardar o desenvolvimento brasileiro,

com inelasticidade da sua oferta de alimentos, como aponta a dualidade estrutural de Furtado. Para Oliveira, as populações das áreas de subsistência sofriam tal pressão para não aumentar o custo dos alimentos, que acabou por manter estas populações em situação de miséria. O fato que se quer apontar é não haver uma tentativa de Furtado em delinear esta agricultura de subsistência de forma mais aprofundada. A agricultura de subsistência era um problema pela sua descapitalização e falta de importância nas obras de 1948 e 1954. Já em 1959 adquire determinado tom de ser este setor um entrave ao desenvolvimento, até a adequação deste setor ao seu *projeto desenvolvimentista*. Iglesias, Novaes e Szmrecsányi, como já foi apontado, cobraram maiores explicações dos vínculos entre a agricultura de exportação e a de subsistência. Não se conhecia as outras economias artesanais e domésticas da colonização. Talvez se estas economias estivessem presentes na análise de Furtado, principalmente a análise das relações entre a subsistência e a exportação, o dualismo pudesse ser diferente. Mas é interessante como o setor de subsistência vai se deslocando da tese (1948) até *A economia brasileira*, e toma outro sentido em *Formação* (1959), cuja tendência estrutural a baixa de salários foi fundamental nas inversões que os empresários realizaram.

Do *projeto* furtadiano, o rural além de compor o setor crítico, mantenedor do antigo dualismo através da permanência do passado colonial, a resolução dos conflitos em torno da questão agrária mobilizou forças conservadores e tornou-se ponto fundamental para o Golpe de 1964. A possibilidade de realizar transformações operadas no sentido da distribuição da renda e da propriedade foram absolutamente rechaçadas pelas oligarquias agrárias, que se recompunham diante da industrialização e fim do coronelismo. Analisar o rural no *projeto* permite localizar melhor as estratégias do Nordeste, mas caba por recolocar quais eram as raízes das transformações que as reformas administrativas, econômicas e sociais de Furtado propuseram. As reformas de base passavam inteiramente pela eliminação do atraso, mas se tratava de um atraso do rural. Olhar o *projeto* desenvolvimentista de Furtado sob a luz da sua própria *teoria do subdesenvolvimento* tem que ter claro de qual lugar se fala do rural, com foco em qual sentido da explicação se deseja obter. Os aspectos da *formação* sobreviveram no *projeto*, mas tem outros sentidos. E buscar estes sentidos tem que combinar texto e contexto em associação à relação entre a *teoria* e *história*. Desejou-se buscar os vários sentidos operados, o que resultou na compreensão de qual era a interpretação histórica para o fenômeno do rural em distinção a um perfil de rural enquanto projeto político, sendo este um processo de análise que se encerrou com o Golpe de 1964. Portanto, o rural neste trabalho ganhou um sentido na força do nacional-desenvolvimentismo no que se referiu as décadas de 1940, 1950 e 1960.

Referências bibliográficas

ABREU, M. P. (org.) *A ordem do progresso – cem anos de política econômica republicana. 1889/1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BASTOS, E. R. & IANNI, O. *A questão nacional*. São Paulo: Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais, PUC-SP, 1985.

BASTOS, E. R. & RIDENTI, M. & ROLLAND, D. *Intelectuais, sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003.

BASTOS, E. R. “Pensamento e sociedade: o efeito político das ideias”. Texto para o I Seminário Internacional Linhagens do Pensamento Político-Social Brasileiro, São Paulo, FFLCH-USP. Mídia digital, 2010.

BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento Econômico Brasileiro - O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004 [1988].

_____. “Formação econômica do Brasil: uma obra-prima do estruturalismo cepalino”. In: *Revista de Economia Política*, São Paulo, vol. 9, n. 04, outubro-dezembro, p. 38-55, 1989.

BRANDÃO, G. M. “O peregrino da ordem do desenvolvimento”. In: *Primeira Leitura*, São Paulo, 2002.

_____. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2007.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *Desenvolvimento e Crise no Brasil (1930-1967)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

CAMARGO, A. A. “A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)”. In: FAUSTO, B (Org.). *História geral da civilização brasileira. O Brasil republicano*. São Paulo, Difel, v. III, t.3, 1981.

CAMARGO, A. A. & LOYOLA, M. A. *Celso Furtado – entrevistado por Aspásia Camargo e Maria Andréa Loyola* (Pensamento Contemporâneo; 3). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002

CÂNDIDO, A. “Prefácio”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

CANO, W. *Raízes da concentração industrial*. 2ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983.

CARDOSO, F. H. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. “Prefácio”. In: COELHO, Francisco da Silva; GRANZIERA, Rui G. *Celso Furtado e a formação econômica do Brasil*. São Paulo: Atlas; OAB, 2009.

CARDOSO DE MELLO, J. M. *O capitalismo tardio*. 8ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1991 [1982].

CARVALHO, J. M. “Mandonismo, coronelismo clientelismo: uma discussão conceitual”. In: *Revista Dados*, Rio de Janeiro, vol. 40, n. 2, 1997.

CARVALHO, L. C. *Transição e tradição: mundo rústico e mudança social na sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz*. Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGSA/IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.

CEPÊDA, V. A. *Raízes do pensamento político de Celso Furtado. Desenvolvimento, nacionalidade e Estado democrático*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Ciência Política, FFLCH-USP, 1998.

_____. “O pensamento político de Celso Furtado: democracia e desenvolvimento”. In: BRESSER-PEREIRA, L. C. e REGO, J. M. (Orgs.) *A grande esperança em Celso Furtado*. São Paulo: Editora 34, 2001.

_____. *Roberto Simonsen e a formação da ideologia industrialista no Brasil*. Tese de Doutorado. FFLCH/ USP. (datilo), 2004.

_____. “O lugar da teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado no pensamento político dos anos de 1950”. In: BASTOS, E. R. & BOTELHO, A. & BÔAS, G. V. (Orgs.) *O moderno em questão. A década de 1950 no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

_____. “Celso Furtado e a interpretação do subdesenvolvimento”. In: LIMA, M. C. & DAVID, M. D. (Orgs.) *A atualidade do pensamento de Celso Furtado*. Leste Vila Nova: Verbena, 2009.

_____. “Capital, trabalho e intelligentsia modernização e democracia no pensamento de Celso Furtado”. In: BOTELHO, A. & FERREIRA, G. N. (orgs.) *Revisão do pensamento conservador. Ideias e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2010.

COHN, A. *Crise regional e planejamento – O processo de criação da SUDENE*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

DELGADO, G. “Terra e mão de obra em *Formação econômica do Brasil*”. In: ARAÚJO, T. P., MACAMBIRA, J., VIANNA, S. T. W. (Orgs.) *50 anos de Formação Econômica do Brasil. Ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: IPEA, 2009.

DINIZ, E. “O Estado Novo: Estrutura de Poder e Relações de Classes”. In: FAUSTO, B. (Org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. 1 ed. São Paulo: DIFEL, v. 3, p. 79-120, 1981.

DRAIBE, S. *Rumos e metamorfoses – Estado e industrialização no Brasil 1930/1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FERNANDES, F. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981 [1968].

_____. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2006 [1975].

FIORI, J. L. “O nó cego do desenvolvimentismo”. In: *Novos estudos*, São Paulo, Cebrap, nº 40, p. 125-144, novembro de 1994.

FREYRE, G. *Casa-grande e senzala. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2003 [1933].

FURTADO, C. *A economia brasileira*. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.

_____. *Uma economia dependente*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956.

_____. *Perspectiva da economia brasileira*. Rio de Janeiro: DASP, 1958 [1957].

_____. *Operação Nordeste*. Rio de Janeiro: ISEB, 1959.

_____. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. *A Pré Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

_____. *Dialética do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

_____. *Um projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

_____. *A economia latino-americana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978 [1969].

_____. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional 1980 [1959].

_____. *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1986 [1967].

_____. *Os ares do mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996 [1974].

_____. *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII. Elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais*. 1ª ed. São Paulo: Hucitec/ABPHE, 2001 [1948].

_____. *Formação Econômica do Brasil. Edição comemorativa - 50 anos*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 [1959].

GARCIA JR., A. R. *O sul – Caminho do roçado – Estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

HOBBSBAWM, E. *A Era dos Extremos. O Breve Século XX (1914-1991)*. São Paulo: Cia das Letras, 2005 [1994].

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993 [1936].

IANNI, O. *Pensamento social no Brasil*. São Paulo: Edusc; Anpocs, 2005.

IGLESIAS, F. “Prefácio”. In: FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil. Edição comemorativa - 50 anos*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 [1963]

_____. *História e ideologia*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1981.

JAGUARIBE, H. “O problema do desenvolvimento nacional: considerações em torno do pensamento de Celso Furtado”. In: BRESSER-PEREIRA, L. C. e REGO, J. M. (Orgs.) *A grande esperança em Celso Furtado*. São Paulo: Editora 34, 2001.

LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976 [1949].

LIMA, M. C. “Revisitando a teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado”. In: LIMA, M. C & DAVID, M. D. (Orgs.) *A atualidade do pensamento de Celso Furtado*. Leste Vila Nova: Verbena, 2009A.

_____. “O Conselho Deliberativo da Sudene”. In: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento *O Nordeste e a saga da Sudene – 1958-1964* (Arquivos Celso Furtado, n. 3), 2009B.

LIST, G. F. *List* (Coleção Os Economistas). São Paulo: Nova Cultural, 1997.

MALLORQUÍN, C. *Celso Furtado: um retrato intelectual*. 1ª ed. São Paulo: Xamã; Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

_____. “La nación interrumpida: Celso Furtado”. In: CORSI, F. L. & CAMARGO, J. M. *Celso Furtado. Os desafios do desenvolvimento*. 1ª ed. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2010.

MANNHEIM, K. *Ideologia e Utopia – Introdução à Sociologia do Conhecimento*. Tradução de Emílio Willems. 3ª edição, Rio de Janeiro: Editora Globo, 1954 [1931].

_____. “O Pensamento Conservador”. In: MARTINS, J. S. *Introdução Crítica à Sociologia Rural*. São Paulo: Hucitec, 1986.

MANTEGA, G. “Celso Furtado e o pensamento econômico brasileiro”. *Revista de Economia Política*, São Paulo, vol. 9, nº. 4, pp. 29-37, 1989.

MOORE JR., B. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. Lisboa: Cosmos, 1975 [1966].

MYRDAL, G. *Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: Saga, 1972 [1956].

NOVAIS, F. “Resenha” In: FURTADO, C. (autor) & FURTADO, R. F. *Formação econômica do Brasil – edição comemorativa 50 anos*. São Paulo: Companhia das Letras 2009 [1961].

NURKSE, R. “A Formação de Capital em países Subdesenvolvidos”, *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro: FGV, 1951.

OLIVEIRA, F. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1977A.

_____. *Elegia para uma re(li)gião. SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflitos sociais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977B.

_____. “Viagem ao olho do furacão. Celso Furtado e o desafio do pensamento autoritário brasileiro”. *Novos Estudos*, São Paulo, nº 48, pp. 3-19, 1997.

_____. “Celso Furtado: Formação Econômica do Brasil”. In: MOTA, L. D. *Um banquete no trópico*. 1ª ed. São Paulo: SENAC, 2001.

_____. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003A [1972].

_____. “A navegação venturosa”. In: OLIVEIRA, F. *A navegação venturosa – ensaios sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo, 2003B [1983].

_____. “Diálogo da nova tradição: Celso Furtado e Florestan Fernandes”. In: NOVAES, A. *A crise do Estado-nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003C.

_____. “Deslocamento do centro dinâmico em Celso Furtado” Cap. I. In: ARAÚJO, T. P., MACAMBIRA, J., VIANNA, S. T. W. (Orgs.) *50 anos de Formação Econômica do Brasil. Ensaio sobre a obra clássica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: IPEA, 2009A.

_____. “Depoimento na CPI sobre a Sudene”. In: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento *O Nordeste e a saga da Sudene – 1958-1964* (Arquivos Celso Furtado, n. 3), 2009B.

PAULANI, L. “A utopia da nação: esperança e desalento”. In: BRESSER-PEREIRA, L. C. & REGO, J. M. (Orgs.) *A grande esperança em Celso Furtado*. São Paulo: Editora 34, 2001.

PECÁUT, D. *Os intelectuais e a política no Brasil – entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PINTO, A. & SUNKEL, O. “Economistas Latino-Americanos nos Países Desenvolvidos”. In: *Revista Civilização Brasileira*. N. 8. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

POCOCK, J.A.G. *Linguagens do ideário político*. Tradução de Fábio Fernandez e organização de S. Miceli. São Paulo: Edusp, 2003 [1995].

PRADO JÚNIOR, C. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1977a [1945].

_____. *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1977b [1953].

_____. “Contribuição para a análise da questão agrária”. In: *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979 [1960].

_____. *Formação do Brasil Contemporâneo. Colônia*. São Paulo: Nova Cultural, 2000 [1942].

QUEIROZ, M. I. P. “Uma categoria rural esquecida”. In: *Revista Brasiliense*, n. 45, janeiro-fevereiro, São Paulo, p. 85-97, 1963.

_____. “Do rural e do urbano no Brasil”. In: SZMRECSÁNYI, T. & QUEDA, O. *Vida rural e mudança social*. 3ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

RANGEL, I. *Dualidade básica na economia brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1956.

_____. *A Inflação Brasileira*. 3ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1978.

REZENDE, M. J. “As contribuições de Celso Furtado para a teoria da mudança social no Brasil”. In: *Revista Plural*. N° 11. São Paulo: USP, 2004.

RICUPERO, B. *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: Departamento de Ciência Política; FAPESP; Editora 34, 2000.

_____. “Celso Furtado e o pensamento social brasileiro”. In: LIMA, M. C. & DAVID, M. D. (Orgs.) *A atualidade do pensamento de Celso Furtado* Leste Vila Nova: Verbena, 2009.

ROSTOW, W. W. *Etapas do desenvolvimento econômico – um manifesto não comunista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972 [1956].

SÁ JR., F. (org.) *A agricultura subdesenvolvida*. Petrópolis: Vozes, 1969.

SACHS, I. “Um projeto para o Brasil: a construção do mercado nacional como motor do desenvolvimento”. In: BRESSER-PEREIRA, L. C. & REGO, J. M. (Orgs.) *A grande esperança em Celso Furtado*. São Paulo: Editora 34, 2001.

SILVA, M. A. de M. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Unesp, 1999.

SILVA, S. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978 [1976].

SIMONSEN, R. C. *As crises no Brasil*. São Paulo: São Paulo Editora, 1930.

_____. *A evolução industrial do Brasil*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1939.

_____. *História Econômica do Brasil. 1500-1820*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978 [1937].

SINGER, P. “Resenha”. In: FURTADO, C. (autor) & FURTADO, R. F. D *Formação econômica do Brasil – edição comemorativa 50 anos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 [1959].

_____. “Interpretação do Brasil: uma experiência histórica do desenvolvimento” Cap IV. In: FAUSTO, B. *História geral da civilização brasileira (Tomo III O Brasil republicano, Vol. 04. Economia e cultura 1930-1964)*. São Paulo: Difel, 1981.

SKINNER, Q. “Significado y comprensión en la historia de las ideas”. *Prismas – Revista de historia intelectual*, n° 4, pp. 149-191, 2001.

SODRÉ, N. W. “Resenha”. In: FURTADO, C. (autor) & FURTADO, R. F. D *Formação econômica do Brasil – edição comemorativa 50 anos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 [1959].

SUZIGAN, W. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: IPEA, 1978.

SZMRECSÁNYI, T. “O desenvolvimento da produção agropecuária (1930-1970)” Cap. III. In: FAUSTO, Boris *História geral da civilização brasileira (Tomo III O Brasil republicano, Vol. 04. Economia e cultura 1930-1964)*. São Paulo: Difel, 1981.

_____. “Sobre a formação da Formação da econômica do Brasil de C. Furtado”. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 13, nº 37, pp. 207-214, 1999.

_____. “Retomando a questão do início da historiografia econômica no Brasil”. *Nova Economia*, Belo Horizonte, vol. 14, nº 1, pp. 11-37, 2004.

_____. “Análise da estrutura agrária na teoria de desenvolvimento econômico de Celso Furtado”. In: CORSI, F. L. & CAMARGO, J. M. *Celso Furtado. Os desafios do desenvolvimento*. 1ª ed. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2010.

TAVARES, M. C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

VIANNA, O. *Instituições políticas brasileiras*. 2 vols. São Paulo: EDUSP; Niterói (RJ): Universidade Federal Fluminense, 1987 [1949].

VIEIRA, R. M. *Celso Furtado. Reforma, política e ideologia (1950-1964)*. São Paulo: EDUC, 2007.

VIEIRA, W. *A construção da nação no pensamento de Celso Furtado*. Tese de doutorado apresentada no IFCH/UNICAMP, 2010.

WEFFORT, F. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. “Novas democracias: Que democracias?”. In: *Revista Lua Nova*, São Paulo, dez., n. 27, p. 05-30, 1992.

ZAHLUTH BASTOS, P. P. “A construção do nacional-desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a dinâmica de interação entre Estado e Mercado nos setores de base”. In *Revista Economia*, Brasília, v.7, n. 4, p.239-275, dez. 2006.

ZAMORA, F. “Subdesenvolvimento e política global de desenvolvimento”. In: PEREIRA, L. C. B. (Org.) *Subdesenvolvimento e Desenvolvimento*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976 [1966].